

## ATA DA 266ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2  
3 Aos vinte de agosto de 2021, realizou-se a ducentésima sexagésima sexta Plenária  
4 Ordinária do CEAS, coordenada pela vice presidente que assumiu interinamente como  
5 presidente, Mariana de Resende Franco, onde estavam presentes os seguintes  
6 **Conselheiros Titulares:** Isaura dos Santos Lopes – ASQUIS; Silvestre Dias – SEF; Carla  
7 Valéria Soares Vita – Fasemig; Elder Gabrich Júnior – Sedese; Gabriela de Almeida Loiola  
8 – Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas de Salinas; Ana Maria Mezonato – Cmas  
9 Juiz de Fora; Anédia Miranda Farias – Fórum Municipal dos Usuários do Suas/BH; Lucas  
10 Estevão Ribeiro da Silva – Conselho Central de Curvelo; Stella Samara de Paula Faria –  
11 Seapa; **Ainda os seguintes Conselheiros Suplentes:** Suzanne Horta (Subas); Marinete  
12 da Silva Moraes – Cogemas; Francielly Ferreira Caetano, Fórum Municipal dos  
13 Trabalhadores do Suas; Domingos Sávio de Araújo – CMAS/BH; Alison Pereira Ramos –  
14 Adra; Jéssica Teixeira Silva – Movimento Nacional de População de Rua; Ligia Camargos  
15 da Silva – Secretaria de Estado de Saúde; Vinícius de Queiroz Castanheira – SEF; Márcio  
16 Caldeira – Assprom; Poliana de Souza Vieira Leal – SEE; e também os seguintes membros  
17 da secretaria executiva: Daniel Henrique da Cunha Campos; Rosalice Tassar de Almeida  
18 Roque, Regina Varela Caldeira, Vera Lúcia Rodrigues Maria de Paula Ribeiro, Adelmira  
19 Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Jeane Araújo Jorge Magnane. Os convidados:  
20 Marcela (assessora da Subas); Suzane Cristina da Silva; Nilson (Idene); Edeilson –  
21 Representante dos usuários – Pirapora; Ana – Assessora do Gabinete do Deputado André  
22 Quintão. **PRESIDENTE:** Eu sou a Subsecretária de Assistência Social, Vice-Presidente do  
23 CEAS, eu vou conduzir a plenária hoje, na ausência da Presidente, a Patrícia. Ela está  
24 licenciada por alguns dias por motivo de trabalho. Ela não está podendo presidir a reunião  
25 essa semana. Sim, nós agora temos *quórum* para iniciar a reunião da Plenária. Essa  
26 reunião é gravada então peço a permissão de todos, informo também que essa reunião  
27 está sendo gravada. Eu vou pedir a Secretaria Executiva para fazer a contagem dos  
28 conselheiros presentes para iniciarmos a Plenária. **DANIEL - CEAS:** Está certo. Rosa, você  
29 faz essa, por favor. Rosa? Deve ter caído, eu vou fazer aqui. Então pessoal, todo mundo  
30 está me ouvindo? Espero que sim. Bom dia a todas e a todos, então vamos ver antes os  
31 que já estão presentes, caso alguém que não esteja anotado aqui, e estiver presente, por  
32 favor se pronuncie. Está bom? Então estamos hoje com a presença da Dona Anédia... A  
33 Patrícia – como a Mariana já disse, ela está de licença. Temos a presença também da  
34 Francielly, temos a presença da Gabriela de Almeida Loiola, do Márcio Caldeira, do  
35 conselheiro Lucas Ribeiro. Desculpa pessoal estou em obra aqui, viu. Temos a presença  
36 do Alison Pereira Ramos, da Mariana de Resende Franco, da Susane Cristina da Silva,

37 Conselheiro Elder Gabrich Júnior, do Domingos Sávio de Araújo, da Ligia Camargos da  
38 Silva, da Marinete da Silva Moraes e do Vinícius de Queiroz. Agora que eu acabei de falar  
39 que a obra parou. E do Vinícius de Queiroz. Caso vocês não tenham escutado, eu repito  
40 aqui. **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel. Para iniciar, nós vamos dar a posse para os  
41 conselheiros que foram recentemente nomeados, a Conselheira Carla Valéria Soares, está  
42 presente entre nós para tomar posse? Seja Bem-vinda Carla, muito prazer. **CARLA:** Muito  
43 obrigada. É um prazer estar aqui, contribuir para as atividades desse importante Conselho  
44 do Estado de Minas Gerais. Vai ser muito bom interagir com vocês e aprender também.  
45 **PRESIDENTE:** Que bom. Estamos à disposição, e qualquer dúvida você pode estar nos  
46 acionando: fazendo a inscrição no *chat*, abrindo o microfone; pedir ajuda da Secretaria  
47 Executiva para te auxiliar, te orientar. **CARLA:** Ótimo. **PRESIDENTE:** Nós temos hoje  
48 algumas ausências. Eu acabei dando posse para ela primeiro, porque ela está chegando  
49 hoje. Temos outros conselheiros que estão, que tiveram a nomeação publicada hoje e  
50 estão sendo chamados também para tomar posse e, no decorrer da reunião, eles vão  
51 entrar. Eu já apresentei a justificativa de ausência da Patrícia, nossa presidente, que hoje  
52 não pôde estar aqui. Temos outras ausências também, que foram justificadas, eu peço a  
53 Secretaria Executiva para falar quem justificou a ausência. Rosa? Opa, Rosa? Daniel?  
54 **DANIEL - CEAS:** Eu vou falar aqui porque eu acho que a Rosa está com um probleminha  
55 técnico. Está bom? Então o Élerson justificou a ausência por motivo de férias, a Luana  
56 também justificou a ausência por motivo de férias, a Patrícia também por causa da questão  
57 da licença. Temos algumas confirmações de presença, mas as justificativas que estão aqui  
58 no nosso controle são só essas. **PRESIDENTE:** Está ok. Obrigada, Daniel. Para iniciar a  
59 reunião, a gente faz a apreciação da Ata da reunião passada. A Ata foi enviada para o *e-*  
60 *mail* dos conselheiros. Eu pergunto se tem algum destaque, alguma consideração.  
61 Podemos considerar a Ata aprovada? A Ata da última reunião. Não havendo  
62 manifestação... Não temos manifestação? Vou dar sequência, consideramos a Ata da  
63 última reunião aprovada pelos presentes. Dando início a nossa pauta, nós temos os  
64 informes da Sedese, eu gostaria de dizer que os informes foram enviados para o *e-mail* e  
65 foram enviados no grupo de *WhatsApp*. A conselheira que está chegando agora, ela  
66 também será incluída. Nós temos um grupo de *WhatsApp*, temos grupos de *e-mail*, temos  
67 grupos de comissões, muitos grupos desse Conselho. Esses informes foram enviados, eu  
68 vou fazer uma menção rápida desses informes aqui. A Secretaria Executiva está com ele  
69 na tela? **DANIEL - CEAS:** Eu vou apresentar, Mariana. Eu apresento, pode deixar.  
70 **PRESIDENTE:** Eu não vou ler tudo, não. Vou passar de forma rápida os principais pontos,  
71 o documento está sendo compartilhado com todos os conselheiros. O primeiro informe que  
72 é importante a gente destacar aqui, e para lembrar os conselheiros que não estavam  
73 acompanhando ou que estão chegando agora, nós estamos no processo de celebração de

74 parcerias do Programa Rede Cuidar, que é um programa de transferência de recursos para  
75 as unidades de Assistência Social, governamental ou não governamental. De acordo com o  
76 calendário de execução do Programa Rede Cuidar desse ano, a gente tinha um prazo até o  
77 mês de julho para adesão e manifestação das entidades. Esse prazo foi prorrogado até  
78 hoje. Nós temos essa informação que está na tela. Nós tivemos a primeira parte da  
79 celebração da Rede Cuidar, é a manifestação de interesse das unidades. A Sedese  
80 encaminhou o ofício para as instituições que foram selecionadas de acordo com os critérios  
81 de elegibilidade pactuados na CIB e aprovados no CEAS, então encaminhou um ofício  
82 informando o início do Programa em 2021, a necessidade de as instituições manifestarem  
83 interesse em participar do programa com a organização dos documentos obrigatórios para  
84 celebração de parceria e recebimento de recurso público. Esse prazo foi até 30/07 e nós  
85 estendemos até hoje por solicitação das instituições, dificuldades de organização dos  
86 documentos, dos requisitos obrigatórios. Esse contato tem sido feito por telefone, por  
87 *mail*, por *WhatsApp*, para orientação das entidades de forma que elas consigam organizar  
88 essa documentação e se regularizar para conseguir receber os recursos. Gente, eu acho  
89 que o Silvestre está com dificuldade de entrar na reunião também, está me ligando aqui.  
90 Da Secretaria Executiva, vocês estão auxiliando os conselheiros que estão tentando  
91 entrar? **DANIEL - CEAS:** Sim, estamos. **PRESIDENTE:** Eu não vou atender, estou vendo  
92 que está me ligando aqui. (Áudio ruim) [00:11:05]. **PRESIDENTE:** Obrigada. Dando  
93 continuidade, o cenário que a gente tinha: ontem, das 87 OSCs elegíveis para receber o  
94 recurso desse ano, 15 não poderão participar porque não estão em conformidade com o  
95 artigo 3º da LOAS, ou tiverem interdição judicial. Apresentaram motivos que realmente não  
96 as credenciam como entidades de Assistência Social para estar recebendo o recurso. 5  
97 informaram não ter o interesse em participar do programa, 48 já realizaram essa  
98 manifestação de interesse, encaminhado documentação mínima que é o Cagec e o Cneas,  
99 e 19 estão ainda com a regularidade de documentação, que foi o prazo estendido até hoje,  
100 e acreditamos que essas 19, até semana que vem, consigam ter a documentação  
101 regularizada para estar participando do programa. Como eu disse, o prazo foi estendido. A  
102 equipe de Sedese está fazendo um apoio intenso com as instituições para ajudar resolver  
103 os problemas, sejam problemas de sistema, orientação com as certidões, regularidade que  
104 eles têm que providenciar. O contato com a gestão municipais, quando o problema é de  
105 Cneas; e o contato com a Segov, quando o problema é do Cagec. As próximas etapas, nós  
106 faremos a divisão do recurso disponível para a Rede Cuidar. A divisão do recurso é feita  
107 novamente, agora, para todas as entidades elegíveis, aptas que manifestaram o interesse.  
108 Fizemos a divisão do recurso no início, a expectativa era que se todas aderissem, o valor  
109 estava girando em torno de R\$ 64 mil para cada instituição, para cada plano de trabalho.  
110 Considerando as entidades que desistiram, ou que não aderiram, ou que não tenha

111 documentação, a gente pega o valor integral que foi destinado para o programa a faz a  
112 redivisão com essas que estão aptas. Pensando assim, em uma conta que fizemos com a  
113 equipe essa semana, esse valor vai girar em torno R\$ 90 mil. É a nossa expectativa, e  
114 ainda está abaixo do valor da última rodada. No programa do ano passado, para quem  
115 lembra, o valor que cada instituição recebeu foi de R\$ 100 mil, então acreditamos que  
116 ainda está em um valor razoável para celebração de parceria, que vai ter grande utilidade  
117 para eles, para as instituições que vão ser beneficiadas. Feita essa divisão agora,  
118 passamos para assinatura dos termos e apresentação do restante da documentação,  
119 porque eles têm que apresentar plano de trabalho, planilha de itens e custos, e celebração  
120 das parcerias por meio de elaboração e pactuação de plano de trabalho e instrumento  
121 jurídico, que é um termo de colaboração. O próximo informe, pode passar também, é sobre  
122 o Auxílio Emergencial Mineiro que foi criado pela Assembleia Legislativa, que ganhou o  
123 nome de Força Família. Isso foi pauta também da reunião passada, a lei que criou o auxílio  
124 prorrogou o prazo de pagamento tendo em vista que o auxílio emergencial do Governo  
125 Federal também foi prorrogado, então o objetivo desse auxílio era completar o pagamento  
126 de auxílio para as famílias – ainda no ano da pandemia. O prazo foi prorrogado para  
127 novembro. A Caixa Econômica Federal foi contratada pelo Estado, por meio de processo  
128 licitatório. O modelo de pagamento é semelhante ao utilizado no Programa Renda Minas.  
129 Atualmente está sendo feito o tratamento da base de dados e envio para a Caixa  
130 Econômica Federal, para identificação das famílias que ainda não tem conta, dos números  
131 de identificação social das famílias que tem alguma eventualmente alguma irregularidade.  
132 O calendário de pagamento, vai ser fechado a proposta com a Caixa de fazer esse  
133 pagamento em outubro, de forma escalonada, assim como é feita do Bolso Família, pelo  
134 aniversário do beneficiário. Então vamos diluir esse pagamento de mais de 1 milhão de  
135 famílias, em 15 dias no mês de outubro. Esse dinheiro vai ser depositado direto na conta  
136 das famílias, nas contas sociais que elas já tem aberto. E quem ainda não tem aberto,  
137 está tendo que fazer a abertura da conta. Situação do pagamento do Piso Mineiro. Nesse  
138 ponto não temos grandes novidades do mês passado para esse. Os pagamentos estão  
139 sendo feitos regularmente, o pagamento das parcelas extraordinárias já foi feito. Então só  
140 números, atualmente temos 34 municípios com irregularidade no Cagec, mas com o  
141 pagamento autorizado porque é uma irregularidade que entende não ser motivo de  
142 bloqueio de pagamento. E 12 irregularidades, sendo três com pendência de prestação de  
143 contas. Na medida que eles se regularizam, eles passam a receber o recurso. Essa  
144 situação é do Piso Fixo, a do Piso Extraordinário também a mesma situação. Já pagamos  
145 quase todos os municípios o Piso Extraordinário, que a previsão era de 7 parcelas até  
146 julho, e esse pagamento já foi feito. Nós tivemos a partir de ontem, a disponibilização do  
147 plano de serviços do Piso Mineiro fixo de 2021, junto com o termo aditivo do recurso

148 extraordinário. Isso estava sendo muito esperado pelos municípios e a gente já tinha  
149 divulgado amplamente as nossas dificuldades, esse ano, com a troca do sistema do plano  
150 de serviços. Isso ficou pronto, esse plano foi aberto. Os municípios estão sendo  
151 comunicados, e foram comunicados – fizemos um ofício circular. Um manual de orientação  
152 para os gestores municipais para o preenchimento de planos de serviços, pedimos o auxílio  
153 do Cogemas, das diretorias regionais para fazer uma grande divulgação e uma atuação  
154 intensa para que todos os municípios e todos os conselhos municipais consigam preencher  
155 e acompanhar: entrar no novo sistema e fazer aprovação dos planos de serviços desse  
156 ano. Por fim, aqueles números de apoio técnico e qualificação, que apresentamos todo  
157 mês, são os atendimentos realizados pela Sedese, principalmente junto aos municípios. Os  
158 cursos à distância, esse mês temos a realização do curso de Trabalho Social com as  
159 famílias no âmbito do PAIF. Esses números... Eu queria aproveitar e dar outra notícia  
160 também – apesar estarmos no teletrabalho, e todos nós da Sedese, da Subsecretaria,  
161 estarmos trabalhando de forma virtual. Assim como a Secretaria Executiva do CEAS e nós  
162 aqui, CEAS também, desde o ano passado em reuniões virtuais – a gente também já tinha  
163 falado que desde o ano passado estava em vias de transferir a sede administrativa do  
164 CEAS, que é a Secretaria Executiva lá do prédio da Casa de Diretos Humanos para a  
165 Cidade Administrativa. Então isso finalmente está acontecendo agora, depois de muito  
166 tempo. A gente ficou um tempo sem previsão, o prédio do Centro da Casa de Direitos  
167 Humanos ficou fechado, agora ele precisou passar até por manutenção. É um prédio que  
168 não era da Sedese, tinha um custo muito alto de aluguel, então parte desse prédio está  
169 sendo devolvido e nós optamos por transferir a Secretaria Executiva para a Cidade  
170 Administrativa. Isso está sendo feito ainda. Estamos em processo de mudança, de  
171 reorganização. Sobre o trabalho presencial é importante a gente dizer que não existe ainda  
172 data definida para que seja retomada as atividades presenciais. O que o Governo de Minas  
173 está propondo é um início gradativo, o revezamento. E como a gente já falou outras vezes,  
174 e a gente vem falando, agora vamos ter que encontrar o equilíbrio do trabalho híbrido.  
175 Vamos ter que nos adaptar e reorganizar também as atividades – eu acredito mais para o  
176 ano que vem, o que vai ser mantido no trabalho virtual e o que vai ser feito no trabalho  
177 presencial. Quanto informe, eu acho que é isso. Estou aberta a dúvidas, se alguém quiser  
178 ponderar, fazer algum questionamento sobre os informes. Esse mês, já vou aproveitar e  
179 falar, não houve reunião da CIB. A reunião da CIB vai acontecer agora, no final do mês.  
180 Cogemas se tiver algum informe, ou outras entidades aqui, se tiverem informes também.  
181 **MARINETE, COGEMAS:** Eu tenho alguns. Bom dia a todos e todas. Eu tenho alguns  
182 informes do Cogemas posso colocá-los agora, ou a gente aguarda um pouco se tem  
183 alguma intervenção acerca dos informes da Sedese? **PRESIDENTE:** Marinete, deixa eu  
184 ver aqui se tem alguma mensagem no *chat*. Alguém quer fazer algum comentário ou

185 pergunta? Ou posso passar para Marinete? Deixa eu ler. “Com essa mudança da  
186 Secretaria Executiva para Cidade Administrativas, as Plenárias serão realizadas na Cidade  
187 Administrativa?”. Ainda não temos previsão de realização de reuniões. O fato de a  
188 Secretaria Executiva ir para a Cidade Administrativa, o que estamos falando aqui é apenas  
189 a transferência dos materiais, dos equipamentos que estavam na Casa de Direitos  
190 Humanos. Mas, não tem previsão de retorno presencial para esse ano não, porque ainda  
191 estamos com restrições de pandemia, mesmo tendo avançado para Onda Verde, onde  
192 podemos ter pequenas aglomerações, nós não temos autorização na Cidade  
193 Administrativas – em nenhum outro órgão do governo, eu desconheço – autorização para  
194 fazer grandes reuniões e ocupar salas de plenária que temos. Não tem previsão para isso.  
195 Para esse ano, não. Para o ano que vem, vamos aguardar, ok? Eu vou passar para  
196 Marinete. Por favor, Marinete. **MARINETE, COGEMAS:** Ok. Obrigada, Mariana. Eu vou  
197 passar bem em linhas gerais, porque na verdade o que tem de evidente mesmo, do  
198 Cogemas nesses meses de junho e julho é esse apoio aos municípios na organização das  
199 conferências municipais e nas realizações das palestras. Então estamos a todo vapor,  
200 extremamente envolvidos, tanto é que a Ivone justificou não estar presente, porque nós  
201 estamos apoiando os municípios nas palestras e até mesmo na organização das  
202 conferências. Mas, o Cogemas também teve a elaboração de 42 informes nas páginas  
203 oficiais do colegiado. Temos também um dos atendimentos do controle interno, e os temas  
204 que, na verdade, o Cogemas tem dado mais apoio. O número de atendimentos que nós  
205 tivemos nesse período foi de 1126, considerando aproximadamente 273 municípios  
206 atendidos. Média de atendimento por dia, está dando em média 51, digo 20%, e por  
207 município uma média de 4,12. Lembrando que esses atendimentos, temos os temas mais  
208 abordados como eu disse, o maior percentual é a discussão da conferência e apoio da  
209 conferência; a gestão financeira a gente ainda tem, essa questão da gestão e regularização  
210 do Suas; e as conferências mesmo que são os temas mais abrangentes do Cogemas  
211 nesse momento. Em relação ao Suas também nessa oficialização do diário com o  
212 Cogemas para o lançamento da plataforma Suas em números. Estamos com o  
213 questionário também, que estamos em discussão com os municípios, o pouco do que o  
214 Cogemas tem feito nesses últimos tempos, até tendo em vista a conferência, o foco maior  
215 tem sido a conferência. O apoio e palestras nas conferências. Ok mais isso. **PRESIDENTE:**  
216 Obrigada, Marinete. **MARINETE, COGEMAS:** De nada, tranquilo. **PRESIDENTE:** Vários  
217 diretores da Sedese também têm participado, assim como os conselheiros aqui. A gente  
218 tem tido vários conselheiros fazendo palestras nos municípios. Alguma outra entidade quer  
219 fazer informes aqui? Tem algum informe, alguma notícia que queria dar destaque, que  
220 queria aproveitar o momento? A palavra está aberta. Podemos passar para os pontos de  
221 deliberação, de apresentação. Voltar para a nossa pauta. **DANIEL - CEAS:** Eu vou

222 apresentar aqui, está bom? **PRESIDENTE:** Isso, ok. **DANIEL - CEAS:** Mariana, estamos  
223 agora nos informes da Mesa Diretora. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, Daniel. A pauta tinha  
224 sumido da minha tela, não estava vendo. Sobre a Mesa Diretora, ontem nós tivemos a  
225 reunião da Mesa Diretora do CEAS, e nós temos, já estava marcado e programado para  
226 acontecer uma plenária conjunta entre o CEAS e o Cedca para o dia 26 de agosto, que é  
227 na semana que vem. Essa plenária tem uma pauta única, o objetivo é só discutir e aprovar  
228 uma minuta de resolução sobre o acolhimento familiar e o acolhimento institucional de  
229 crianças e adolescentes. Essa pauta, a discussão dessa resolução tem sido feita há alguns  
230 anos, e esse ano o Ministério Público – especialmente a Promotoria de Direitos, da Defesa  
231 da Criança e do Adolescente – solicitou para o CEAS e o para o Cedca que concluísse  
232 esse trabalho de elaboração dessa resolução, de revisão dessa resolução. Porque essa  
233 resolução foi vigente, salvo engano é de 2010, 2012, é uma resolução antiga e que  
234 precisava ser revista. Esse trabalho foi feito pela comissão de política dos CEAS. O  
235 documento foi discutido pelos conselheiros, em reuniões, e foi encaminhado por *e-mail*  
236 para conhecimento de todos. A Secretaria me ajuda, se tiver informação para  
237 complementar. Essa minuta de resolução vai ser apreciada, e aprovada, ou alterada nessa  
238 plenária que está marcada para semana que vem. Essa plenária estava marcada  
239 inicialmente para a parte da manhã e houve um pedido de alteração para que seja feita na  
240 parte da tarde. Como é uma pauta única e que já foi discutida previamente, acreditamos  
241 que será suficiente e só para conhecimento dos conselheiros sobre essa plenária, que é  
242 importante a participação dos conselheiros na semana que vem. Algo mais, Secretaria  
243 Executiva, que eu esqueci? **DANIEL - CEAS:** Mariana, só complementando rapidinho, a  
244 plenária era o dia inteiro, e por causa de agenda pedimos para ser só a parte da tarde, por  
245 parte dos conselheiros. Eles nos pediram, a gente já comunicou o Cedca e a Promotoria, a  
246 Doutora Paula já me respondeu no *WhatsApp* que para ela está ok. Ela me mandou só um  
247 “ok” e o Cedca falou que já estava na Mesa Diretora, que ia nos encaminhar o *e-mail*. E  
248 assim que eles encaminharam o *e-mail* – que eu também mandei para eles pelo *WhatsApp*,  
249 para reforçar – e assim que eles encaminharem o aval deles, por *e-mail*, eu vou  
250 encaminhar para todos vocês também. **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel. Segundo ponto  
251 que foi discutido na Mesa Diretora para estar informando nessa plenária, é que recebemos  
252 uma proposta da comissão de ética, do próprio conselho mesmo, para realização de  
253 capacitação dos conselheiros sobre a importância da participação ética dos conselheiros  
254 no controle social, e isso seria para ser... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
255 **CURVELO/SSV:** Mariana. **PRESIDENTE:** Oi? Oi, Lucas. Desculpa. **LUCAS, CONSELHO**  
256 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Só uma questão de ordem, me perdoe se eu tiver perdido  
257 isso, a pauta foi aprovada? **PRESIDENTE:** Muito obrigada por lembrar. Eu acho que pulei  
258 essa parte, não é? Podemos voltar neste ponto. Obrigada, Lucas. Essa pauta foi

259 encaminhada para os conselheiros por *e-mail*, podemos passar a leitura da pauta toda,  
260 para conhecimento dos presentes, para perguntar se podemos aprovar essa pauta, ou se  
261 podemos ter inclusão de pauta. Eu posso terminar os informes ou você acha que tem que  
262 ser feita agora, Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu queria  
263 pedir que esses três informes fossem ponto de discussão. **PRESIDENTE:** Ok. A plenária  
264 concorda? Primeiro, eu vou perguntar se os conselheiros receberam a pauta, viram a pauta  
265 e se tem também pontos para acrescentar na pauta? Que podemos ter inclusão de ponto  
266 aqui, caso seja de interesse de alguém ou retirada de pontos. **LUCAS, CONSELHO**  
267 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não sei se a Luanda está junto conosco, geralmente ela  
268 sempre tem algum informe do fórum. Não sei. **PRESIDENTE:** Eu perguntei se alguém tinha  
269 algum informe e não houve manifestação de ninguém, não. No *chat* alguém se manifestou  
270 por ter mais informe, gente? Acho que não. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Pessoal, a  
271 Luanda está de férias. Eu que represento o fórum, nós não temos pauta não.  
272 **PRESIDENTE:** Obrigada, Francielly. Então sobre o que o conselheiro... (áudio ruim)  
273 [00:34:29]. **PRESIDENTE:** Repete, por favor, não ouvi. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Eu  
274 queria fazer uma observação. O Lucas pediu – para ver se eu entendi – para os três últimos  
275 informes virarem ponto de pauta? **DANIEL - CEAS:** Ponto de deliberação. **PRESIDENTE:**  
276 Ele quer ponto de deliberação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso.  
277 **PRESIDENTE:** Porque na Mesa Diretora esses pontos foram trazidos aqui, para a plenária  
278 como informe. E por isso que eu comecei falando sobre essa plenária da Cedca, e estava  
279 falando dessa outra proposta. O Lucas quer que isso seja ponto de discussão e  
280 deliberação. Ok, Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso.  
281 **PRESIDENTE:** A plenária está de acordo? **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** A observação  
282 que eu queria fazer é justamente pela quantidade de pauta que temos, pelo horário. Talvez  
283 não tenha nenhuma pauta que a gente possa jogar para a próxima? Para incluir os pontos  
284 de pauta dele, que não seja tão urgente? Eu falo isso por conta da apresentação mesmo,  
285 da pauta e horários para incluir o número de pautas que dê para discutir dentro do horário  
286 da plenária. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu acredito que sejam  
287 pontos rápidos, Fran. Não sei o que você acha. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Sei, Lucas,  
288 quando a gente acha com uma pauta é 5 minutos e estoura. **LUCAS, CONSELHO**  
289 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É verdade. **PRESIDENTE:** Que isso, Lucas, seu  
290 microfone? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não fui eu, não. Que eu  
291 já estava com o microfone fechado. **MARCELA, SEDESE:** Desculpa, gente, foi o meu. Foi  
292 mal. É porque eu fui entrar pelo computador e estava com o áudio aberto. Me desculpem.  
293 **DANIEL - CEAS:** Deu um remix no computador da Marcela. **PRESIDENTE:** Deu, é bom  
294 para quebrar o gelo. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Eu só queria levantar essa questão,  
295 gente. Se não tiver como, vamos embora. **PRESIDENTE:** Eu quero entender primeiro,

296 quando Lucas pede para discutir esses pontos... Deixa eu passar os três pontos, Lucas. Eu  
297 quero explicar qual foi o objetivo da Mesa Diretora, e depois que eu passar os três pontos e  
298 você puder colocar qual é a sua ideia, eu acho que fica mais fácil. Pode ser? Então só  
299 dando continuidade, esse ponto de proposta da comissão de ética para uma capacitação, a  
300 Mesa Diretora – ontem – nós discutimos e entendemos que para esse ano não  
301 conseguimos realizar uma capacitação com os conselheiros, porque nos meses de  
302 setembro e outubro nós temos que priorizar as nossas conferências regionais e estadual  
303 (áudio ruim) [00:37:44]. É isso o que a Francielly falou, as vezes até acha que consegue  
304 discutir tudo no mesmo dia, mas a gente não consegue. Então nós optamos em – na Mesa  
305 Diretora – deixar essa proposta de capacitação para o próximo ano. Lembrando que nós  
306 temos a conferência estadual com eleição de novos conselheiros, então nós temos ainda,  
307 depois, a posse dos novos conselheiros, e esses novos conselheiros seriam capacitados a  
308 partir de janeiro. Essa foi a proposta da Mesa Diretora que a gente queria trazer como  
309 informe. Como o Lucas está colocando para discussão e deliberação, eu vou só terminar  
310 de passar os outros pontos e eu abro para você, está bem, Lucas? Para explicar qual foi a  
311 nossa intenção na Mesa Diretora. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:**  
312 Mariana, tem que aprovar a pauta antes. **PRESIDENTE:** Eu achei que ela tinha sido  
313 aprovada, então eu que confundi aqui, gente, desculpa. É porque eu perguntei se tinha  
314 manifestação e ninguém manifestou, a não ser você, não é? Eu posso considerar a pauta  
315 aprovada? Com essa questão que o Lucas pediu para discutir esses pontos. **SUZANNE,**  
316 **SEDESE:** Mariana, eu posso só falar uma coisa rapidinho? Eu percebi uma coisa aqui,  
317 agora. Eu só queria avisar porque, talvez, algum conselheiro está com essa dificuldade.  
318 Para ingressar na reunião, quem está ingressando pelo computador tem a opção de baixar  
319 o programa e tem a opção de entrar pelo próprio navegador. Quem entrou pelo navegador,  
320 não tem a opção de *chat*, então quem puder acompanhar, aí nesse caso é melhor  
321 acompanhar pelo celular. Quem está pelo navegador, não tem como ser pelo celular, tem  
322 uma opção de erguer a mão, que é uma mãozinha para cima, que dá para ver quem está  
323 pedindo fala também. É só que eu reparei isso agora, e talvez alguém está passando pelo  
324 mesmo problema, mas é isso. Quem entrou pelo navegador não vai conseguir acessar o  
325 *chat*. **MARINETE, COGEMAS:** Isso mesmo, eu estava tentando e não estava conseguindo.  
326 Eu passei por isso. **PRESIDENTE:** Suzanne, para mim aparece. **DANIEL - CEAS:** Para  
327 mim também aparece, Suzanne. **PRESIDENTE:** Tem essa barrinha onde tem uma  
328 mãozinha, do lado tem um balãozinho. **DANIEL - CEAS:** Exato, exatamente. Para mim  
329 também aparece, eu acho que... Mas, também, Mariana, estamos entrando com a nossa  
330 conta no *Teams*. Talvez tenha alguma diferença com isso, com quem não tenha conta.  
331 **SUZANNE, SEDESE:** Isso, é isso. **DANIEL - CEAS:** Talvez tenha sido isso. **MARINETE,**  
332 **COGEMAS:** O meu não aparece essa opção. **SUZANNE, SEDESE:** É isso mesmo, Daniel.

333 **DANIEL - CEAS:** Então é isso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu  
334 acredito que o *Teams* aparece para todo mundo, você só tem que clicar na tela, ele vai  
335 aparecer logo embaixo da parte de cima. **SUZANNE, SEDESE:** No navegador não aparece  
336 mesmo, não, Lucas, para quem não está com a conta. Mas, pelo celular tem jeito, é só pelo  
337 navegador mesmo. **PRESIDENTE:** Mas, quem quiser fazer intervenção, gente, e que não  
338 conseguir fazer pelo *chat*, abra o microfone e peça palavra também. **MARINETE,**  
339 **COGEMAS:** Ok. **DANIEL - CEAS:** Sim, e se tiver dificuldade também manda no grupo do  
340 *WhatsApp*, que a Secretaria Executiva está ajudando. Está bom? **PRESIDENTE:** Voltamos  
341 para a nossa pauta, considera aprovada? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
342 **CURVELO/SSV:** Acho que está aprovada. **PRESIDENTE:** Então agora a pauta está  
343 aprovada e nós vamos discutir esses pontos, Lucas. Eu só me perdi aqui na tela. Pode  
344 rolar a tela um pouquinho para baixo, eu acho que eu estava nesse ponto de cima. **DANIEL**  
345 **- CEAS:** Você estava na comissão de ética? **PRESIDENTE:** Isso, ok. Já falamos da  
346 capacitação. **DANIEL - CEAS:** É porque assim, isso, já falou. Agora seria a oficialização  
347 dos conselheiros em relação a participação, depois seria a terceira e última ponto de  
348 informe da Mesa Diretora. **PRESIDENTE:** Ontem, na Mesa Diretora, nós discutimos mais  
349 uma vez, como também já foi discutido aqui na plenária outras vezes, que nós estamos  
350 tendo faltas reiteradas de alguns conselheiros. Nós decidimos ontem oficializar novamente as  
351 entidades e os órgãos governamentais, que estamos falando de conselheiro de modo  
352 geral, independentemente de ser da sociedade civil ou do governo, para alertar sobre a  
353 baixa participação, reforçar a importância do controle social, e se for o caso, a substituição  
354 do conselheiro. Lembrando que isso já foi feito no mês de junho, salvo engano, as  
355 entidades já foram oficializadas, então vamos reiterar esse ofício e, se for o caso, a  
356 substituição do conselheiro. Por fim, no último ponto, é a perda – que nós discutimos na  
357 Mesa Diretora... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana.  
358 **PRESIDENTE:** Oi? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu posso  
359 comentar sobre esses dois? **PRESIDENTE:** Claro. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
360 **CURVELO/SSV:** Eu acredito que estejam juntos. Bem, a proposta da comissão de ética,  
361 que até é uma ideia da Conselheira Ivone para fazer uma formação com os conselheiros, e  
362 a gente propôs agora, nesse momento, para justamente fomentar a participação daqueles  
363 que estavam ausentes. Então seria um apoio maior da comissão da ética, para que  
364 aqueles conselheiros pudessem participar mais, estarem mais envolvidos tanto nas  
365 comissões, quanto nos eventos que o CEAS tem participado e organizado, que no caso  
366 são as conferências. A ideia era justamente isso: fortalecer a participação desses  
367 conselheiros, justamente para poder evitar a oficialização novamente das entidades.  
368 Porque, veja bem, se a minha entidade recebe um ofício comunicando da falta de  
369 participação, a primeira coisa que ela vai fazer é me substituir. A gente já está chegando ao

370 fim do mandato, então fazer a troca de representante, nesse momento vai prejudicar até as  
371 discussões que já temos, discussões continuadas dentro do conselho. Isso é prejudicial  
372 para a representação das entidades, e acredito também que até para os órgãos  
373 governamentais. Então a minha ponderação é nesse sentido: de reforçar com a plenária a  
374 necessidade de fazermos... Não é nem uma formação técnica, é uma conversa com os  
375 conselheiros, no sentido mesmo de reforçar essa necessidade de participação, nas  
376 comissões temáticas, em principal, que subsidiam a plenária nas suas deliberações. Então  
377 isso é muito importante, e acredito que seja muito prejudicial para as representações das  
378 cadeiras, que hoje tem assento no conselho, a troca dos conselheiros, uma vez que  
379 estamos a pouco mais de quatro meses, a quatro reuniões de troca de mandato. Acredito  
380 que isso seja prejudicial tanto para o conselho quanto para a representação, então nesse  
381 sentido eu gostaria de reforçar esse pedido da comissão de ética para que a gente consiga  
382 fazer esse bate papo que foi considerado como formação, mas na verdade não seria uma  
383 formação técnica, mas algo de no máximo uns 40 minutos, e que pode ser inserida nas  
384 reuniões conjuntas, na quinta-feira, ou na reunião plenária do próximo mês, para que a  
385 gente consiga fortalecer a participação dos nossos conselheiros. Eu acho que é muito  
386 prejudicial fazer essa troca logo nesse momento, sabemos da burocracia danada que é  
387 para que faça essa troca, haja nomeação por parte do governador, que é a autoridade  
388 competente para poder fazer a nomeação, conforme a Lei 12.262. Sabemos dessa  
389 dificuldade, e isso pode ser prejudicial para os trabalhos do conselho. Então é nesse  
390 sentido que eu queria ponderar, que é um esforço a mais da comissão de ética, que  
391 estamos tentando fazer para fomentar essa participação. Só queria ponderar isso.  
392 Obrigado, Presidente. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Licença um pouquinho. Lucas, eu estou de  
393 acordo com você, e tem que ver quem que pode entrar em contato com esses conselheiros  
394 e saber deles qual é a dificuldade para podermos ajudar, você não acha? Eu estou de  
395 acordo com você, que não é hora de mexer e que nós temos que procurar dar mais suporte  
396 para eles, que eles devem estar tendo dificuldades. Certo, é isso o que eu tinha para falar.  
397 **PRESIDENTE:** Obrigada, Lucas e obrigada também, Dona Anédia. Mais alguém quer  
398 comentar, ponderar, sugerir sobre esse ponto? Lucas, quando a gente falou de  
399 capacitação, pensamos em uma coisa mais ampla. O que você está dizendo é de fazer  
400 mesmo uma... Estou tentando assim... Uma roda de conversa, uma informação... **LUCAS,**  
401 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** (Trecho incompreensível) [00:47:49]  
402 **PRESIDENTE:** Sim, é porque eu acho que quando pensamos em capacitação, vimos da  
403 impossibilidade de conseguir fazer isso agora, de forma rápida, porque capacitação que  
404 estamos passando é um curso de 20, 40 horas, com material, um manual para os  
405 conselheiros na plataforma. Para a gente organizar isso com os conselheiros. Então eu  
406 acho que temos que pensar se para o próximo mês a gente consegue incluir, na pauta,

407 uma reunião conjunta das comissões para que tenha um momento de formação para os  
408 conselheiros sobre esse assunto. É isso? Os conselheiros entenderam? Estão de acordo  
409 com essa proposta? Essa proposta é viável de executar no próximo mês, considerando as  
410 nossas agendas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Seria isso,  
411 Mariana. Ou, na quinta-feira junto das reuniões em conjunto, e caso haja a discussão da  
412 apresentação do relatório, pode tentar jogar para a plenária. Uma vez que as discussões  
413 ficam mais adstritas na quinta-feira, podemos tentar jogar para o plenário. É algo que não  
414 precisa passar de 30, 40 minutos. É algo bem leve mesmo para motivar a participação dos  
415 conselheiros. **MARINETE, COGEMAS:** Ok, tranquilo. Eu acho bom fazer essa intervenção  
416 para que garanta, de fato, a participação dos demais conselheiros porque, senão a gente  
417 perde a oportunidade de nos aproximar destes. Eu acho válido essa questão do Lucas.  
418 **PRESIDENTE:** Obrigada também, Marinete. Quem ergueu a mão, eu queria ajuda da  
419 Secretaria Executiva, ou quem estiver vendo. Eu só consigo ver a mãozinha, mas não sei  
420 quem. Aparece para mim que tem uma mãozinha levantada. **DANIEL - CEAS:** O Silvestre  
421 e a Francielly. **PRESIDENTE:** Francielly, você primeiro. Pode ficar à vontade.  
422 **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Pessoal, eu acho super válida a proposta, eu acho  
423 interessante, mas temos que ter um pé no chão e saber daquilo que a gente dá conta. Eu  
424 acho que fazer isso no momento das comissões, no momento da plenária, não tem tempo,  
425 não. Não cabe espaço de tempo para fazer isso, por mais que a gente acha que é 30  
426 minutos, 20 minutos, não temos controle sobre isso. 30 minutos pode virar 1 hora, 1 hora e  
427 meia. A plenária para discutir o GT do sigilo, a gente achou que era coisa de 15 minutos,  
428 saímos 1 hora da tarde, praticamente, discutindo um assunto. Eu acho que é uma coisa  
429 que não temos controle. Eu acho que o tempo é muito corrido para as discussões das  
430 comissões e da plenária. Eu acho que é uma proposta boa, mas nesses horários, eu não  
431 acho que é viável. Eu não acho que ela vai operacionalizar. Talvez marcar uma data, uma  
432 outra data, um outro momento, em outro espaço, em outro lugar. E se o foco é os  
433 conselheiros que estão faltando, e se eles faltarem no dia da plenária e da comissão?  
434 Então eu acho que a gente precisa organizar melhor, acredito que a proposta é boa, mas  
435 eu acho que precisa de uma organização melhor. **PRESIDENTE:** Obrigada. Silvestre é o  
436 próximo. **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu entendo que isso seria ser importante discutido na  
437 plenária, porque nas comissões existe uma ausência grande de conselheiros. Percebemos  
438 isso nos encontros das reuniões, percebemos que falta realmente muitos conselheiros. Isso  
439 nas reuniões das comissões, mas na plenária a presença é maior. Diante disso que a  
440 Francielly colocou, e hoje a gente vive a dificuldade de isso ser virtual – não ser presencial  
441 – essa colocação da Francielly tem sentido, sim. O tempo, porque nós não vamos poder  
442 controlar o tempo de cada um. Pode ser até tentado marcar 30 minutos e não deixar passar  
443 disso, mas eu acho mais complicado, realmente. Mas que seria muito importante essa

444 capacitação a cada conselheiro, para ele ter uma consciência maior – apesar de eu achar  
445 que a maioria tem – nesse processo de presença deles, porque é importante demais. Até  
446 por virtude de votações, então é importante a presença. Quando levamos esse assunto na  
447 comissão, levamos com esse sentido, com esse pensamento de chamar o cuidado de cada  
448 um conselheiro sobre a importância da presença deles nessas reuniões. Porque são as  
449 reuniões de conselheiros, de comissões que irão levar o assunto para plenária de uma  
450 forma mais segura de deliberações. É isso que eu penso, é isso que eu queria falar.  
451 Obrigado. **DANIEL - CEAS:** Inscrição da Suzanne, Mariana. **PRESIDENTE:** Obrigada,  
452 Silvestre. Suzanne. **SUZANNE, SEDESE:** Bom dia, gente. Eu só queria uma dúvida com a  
453 Secretaria Executiva, eu não sei. Sabemos o motivo dessa não participação? Porque eu  
454 acho que a ação que vamos fazer depende do motivo, então pode ser que tenha  
455 conselheiros que precisam de uma sensibilização sobre o papel do conselheiro mesmo.  
456 Pode ter conselheiros, por exemplo, trabalhadores ou entidades que a chefia não está  
457 liberando, então já seria o caso mesmo de oficial os gestores, as entidades. Eu só queria  
458 saber se já houve algum contato com esses conselheiros e se sabemos o motivo? Porque  
459 eu fico pensando: como é que vamos planejar uma estratégia, se a gente não sabe motivo  
460 dessa não participação. Eu só queria saber se isso já foi conversado, se já foi levantado  
461 junto com esses conselheiros. **DANIEL - CEAS:** Sim, Suzanne, inclusive já foi oficiado  
462 antes mesmo de eu ser nomeado aqui. Imagino que já tenha sido oficiado antes, inclusive  
463 foi discutido ontem na Mesa Diretora, então seria um segundo ofício, digamos assim. Os  
464 motivos são vários, mas muitos – desculpe pela obra aqui – pela questão da internet,  
465 questão da participação mesmo. Alguns nem respondem, enfim. **SUZANNE, SEDESE:**  
466 Entendi, está bom. Obrigada, Daniel. **PRESIDENTE:** Gente, eu acho que uma coisa não se  
467 conflita com a outra. Podemos ver a possibilidade de fazer esse momento de formação no  
468 próximo mês, e podemos também reiterar o ofício para as entidades. Considerando isso,  
469 que os motivos são variados, e também corremos o risco – como a Francielly falou – de  
470 quem está ausente, continuar ausente e não participar desse momento de formação que  
471 está sendo falado aqui. Então, eu primeiro gostaria de manter os dois encaminhamentos, aí  
472 pergunto se todos concordam de manter os dois encaminhamentos? Esse momento de  
473 formação, eu acho que vamos ter que tentar conciliar com as pautas. Nós vamos chegar  
474 em setembro, temos uma pauta de comissão em conjunta que é de apreciação de  
475 prestação de contas trimestral, tem as outras pautas de rotina das comissões. Então eu,  
476 realmente, acho que a dificuldade vai ser de agenda, mas se a maioria entender que  
477 podemos tentar. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Mariana. **PRESIDENTE:** Sim, pode falar.  
478 **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Mariana, eu não sei se eu entendi direito, mas eu acho, a minha  
479 opinião seria o seguinte: conversar com essas pessoas, que estão faltando,  
480 individualmente primeiro. Antes de chamar para a reunião conjunta, saber de cada um que

481 estão faltando o porquê, saber deles antes de trazer. Não sei se isso é viável. Precisa  
482 saber o que está acontecendo com eles que eles não está presente nas reuniões.  
483 Entendeu o que eu quis dizer? **PRESIDENTE:** Sim, Dona Anédia. **ANÉDIA,**  
484 **FMUSUAS/BH:** Pois é, mas antes da reunião. **PRESIDENTE:** Sempre a Secretaria  
485 Executiva tenta contato, consegue fazer os contatos, não é? Isso é feito com todos.  
486 **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Então está bem, era isso que eu pensei. **PRESIDENTE:**  
487 Obrigada, Dona Anédia. A tela está branca para mim Daniel. **DANIEL - CEAS:** Deu  
488 problema aqui, calma que eu vou. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Para mim também. **DANIEL -**  
489 **CEAS:** Sim, é porque eu estou vendo. Eu vi que deu problema, eu estou com dois  
490 celulares também. **PRESIDENTE:** Então, eu vou perguntar se mantemos os dois  
491 encaminhamentos, se a gente faz votação e a maioria decide. Se a gente faz esse  
492 momento de formação no próximo mês e a gente reitera o ofício para as entidades, ou a  
493 gente não toma nenhuma dessas duas posições. Eu estou colocando aqui, a gente precisa  
494 de votação para isso? **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Eu preciso de um esclarecimento.  
495 **PRESIDENTE:** Sim, pode ficar à vontade. Quem quer perguntar? Francielly. **FRANCIELLY,**  
496 **FETSUAS/MG:** Francielly, isso. Esse encaminhamento: manter a capacitação seria nas  
497 comissões e na plenária? **PRESIDENTE:** É isso que o Lucas... Eu entendi que o Lucas e o  
498 Silvestre estão colocando que seria importante fazer um momento de formação, aí a gente  
499 teria que decidir se na comissão ou na plenária. É isso, Lucas, que eu entendi? Silvestre  
500 acha que tem que ser na plenária, porque a participação das comissões está sendo baixa  
501 em algumas, então realmente não faz sentido, se vamos fazer para atingir quem está  
502 faltando. **SILVESTRE, SEF/MG:** Mariana, eu penso que essa colocação desse ofício para  
503 as entidades, o ponto que o Lucas colocou, ele tem muito argumento porque nesse  
504 momento, em final do exercício, não seja tanto pelos (áudio ruim) [00:59:38] tanto para  
505 isso. No meu modo de entender, falta quatro meses para terminar o exercício. Não seria o  
506 momento, iria atrapalhar o nosso processo de decisões, mas eu não creio que seria a  
507 melhor medida oficializar nesse momento, não. Talvez, no início do ano que vem, isso  
508 tenha que ser colocado de forma enfática para entender que cada conselheiro que está  
509 tomando posse, está tomando e tem consciência da importância e da responsabilidade  
510 dele dentro do conselho, nas atividades do conselho. Eu creio que talvez seja oficializar o  
511 próprio conselheiro que está faltoso, um ofício ao próprio: “Olha você está faltando as  
512 reuniões, o que está havendo com você? O que está acontecendo? Você está com alguma  
513 dificuldade?” Se tiver, vamos ajudá-lo, mas as entidades eu acho que não é o momento,  
514 não. Quanto ao plenário, não sei o que a plenária decidir, será a melhor medida.  
515 **MARINETE, COGEMAS:** Ouvindo aqui a fala do Silvestre – não sei se tem mais alguém  
516 inscrito – eu fiquei aqui pensando o que o Regimento Interno diz sobre essa situação dos  
517 faltosos. Eu estou chegando agora, eu tive uma leitura muito breve do regimento, eu não

518 fiquei atenta a essa questão, mas o que o regimento fala sobre a situação dos faltosos?  
519 Alguém lembra, alguém sabe? Porque eu fiquei curiosa em saber do Regimento Interno do  
520 conselho. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Parece que quem falta três vezes é substituído, não é?  
521 **PRESIDENTE:** Isso, exatamente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:**  
522 Mariana. **PRESIDENTE:** Oi? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu  
523 queria a palavra. **PRESIDENTE:** Pode falar, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
524 **CURVELO/SSV:** Obrigado. A nossa preocupação... Foi a Marinete que interveio, não foi?  
525 **MARINETE, COGEMAS:** Eu que intervi sobre essa questão do Regimento. **LUCAS,**  
526 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Ótimo, a preocupação da comissão de ética  
527 está justamente com relação a isso. O art. 40 do Regimento Interno fala das faltas  
528 consecutivas nas plenárias, fala das faltas nas comissões e nos grupos do trabalho que é  
529 motivo de perda de mandato. A nossa preocupação é justamente nesse sentido, eu  
530 gostaria até de convalidar com a fala de Silvestre nesse sentido, que eu acredito que oficial  
531 as entidades, nesse momento, vai ser justamente ocasionar a substituição. E para poder  
532 fazer a nomeação de outro conselheiro é um processo mais demorado, mais árduo. Nós  
533 temos a representação da Conselheira Ariadna, por exemplo, que até o momento não  
534 conseguiu nomear outro conselheiro no lugar. Eu acredito que seja importante evidenciar,  
535 respeitar mesmo essa representação que já está colocada no conselho. Tentar reforçar a  
536 necessidade da participação deles para que a gente fortaleça o nosso conselho com essas  
537 participações que foram eleitas, então o nosso intuito – pegando a ideia de Ivone – era  
538 justamente nesse sentido, as faltas consecutivas elas têm como consequência a perda do  
539 mandato, então essa é a nossa preocupação. Para poder garantir essa cadeira para as  
540 entidades que foram eleitas, estão em exercício, mas com algumas dificuldades, mas para  
541 reforçar a necessidade de participação deles. **PRESIDENTE:** Ok, mais algum inscrito?  
542 Podemos dar o encaminhamento? Pelas falas da maioria, eu entendi que não seria o  
543 momento de fazer as substituições. Eu pergunto se a plenária concorda, a gente retira esse  
544 encaminhamento da Mesa Diretora de oficial as instituições que tem a vaga no conselho.  
545 Quanto ao ponto de fazer o momento de formação no próximo mês, a minha pergunta: se  
546 mantemos esse momento de formação, e eu vou até colocar como proposta, para não  
547 prejudicar as outras pautas, considerando a sugestão de que seja feita na plenária. Então  
548 para a plenária do próximo mês, a gente trataria das deliberações primeiro e colocaria esse  
549 momento de formação no final, para não prejudicar as pautas do próximo mês. Foi o que  
550 eu pensei aqui para conciliar as propostas. Pergunto o que vocês acham disso? **ANÉDIA,**  
551 **FMUSUAS/BH:** Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:**  
552 Geralmente... Oi, Dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Então vamos continuar até o final  
553 com a falta deles? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não, vamos  
554 tentar esforçar para que eles participem. Fazer tudo necessário para que eles participem.

555 **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Sim, mas se não coisa, nós vamos terminar sem eles? **LUCAS,**  
556 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** A nossa parte temos que fazer, não é, Dona  
557 Anédia? E a deles também tem que fazer a parte deles. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Certo,  
558 eu estou achando que vai ser difícil eles começarem a participar agora, pegar quase no  
559 final, mas vamos ver. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana.  
560 **SUZANNE, SEDESE:** Eu fiquei com a mesma preocupação da Dona Anédia, que bom que  
561 ela falou. Eu acho que se na próxima plenária não conseguirmos de novo, talvez é hora de  
562 pensar em outra alternativa. Eu concordei com tirar esse encaminhamento, a gente faz o  
563 momento de formação, mas se não tiver participação, pensar em outra estratégia. **LUCAS,**  
564 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Sim, eu só queria destacar que eu acredito  
565 que os momentos de formação na plenária, salvo melhor juízo, sempre acontecem no  
566 início. Pedir alguém da Secretaria Executiva verificar se é isso mesmo. **PRESIDENTE:**  
567 Mas, Lucas, me preocupa as pautas que precisam de deliberação. Isso para mim que é  
568 preocupante, entendeu? Tem coisas que também não vamos poder deixar de discutir,  
569 deliberar. Vamos estar no mês de setembro, a poucos dias das conferências, eu acho que  
570 vai ser a nossa pauta principal do mês de setembro e outubro, a organização e a realização  
571 das nossas conferências, os relatórios das conferências municipais. Eu acho que o mês de  
572 setembro e outubro, eles vão ficar muitos dedicados a isso. Eu acho que é a nossa  
573 prioridade são as conferências agora, então por isso que me preocupa deixar um momento  
574 de formação tome um espaço muito grande e acabar comprometendo a nossa pauta  
575 principal. A minha preocupação é essa. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
576 **CURVELO/SSV:** Não, tudo bem. Eu acho que essa organização fica mais fácil com a Mesa  
577 Diretora, uma vez que a Mesa Diretora que organiza a pauta, mas se plenária considera  
578 relevante tentar mais uma vez com esses conselheiros, aí a organização fica por conta da  
579 Mesa, pelo menos na distribuição do tempo e qual é o melhor horário para fazer.  
580 **PRESIDENTE:** Eu estou vendo que a Francielly continuou se manifestando contra a minha  
581 pergunta, aí se a gente faz a votação desse ponto, se a maioria concorda que seja dessa  
582 forma. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Mariana só uma questão de ordem. **PRESIDENTE:**  
583 Oi? **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Eu fui contra ser no início da plenária. **PRESIDENTE:**  
584 Ok. Obrigada por esclarecer. Isso eu também sou contra, porque eu acho que podemos  
585 prejudicar a falta de deliberação. O encaminhamento pode ser que seja feito esse momento  
586 de formação na próxima plenária, no mês de setembro, depois que as pautas de  
587 deliberação sejam apreciadas. A maioria concorda com esse encaminhamento?  
588 **MARINETE, COGEMAS:** Por mim, ok. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Por mim, ok também.  
589 **PRESIDENTE:** Obrigada e podemos passar para o próximo ponto. O próximo ponto  
590 discutido na Mesa Diretora ontem, que seria trazido como informe e o Lucas quer colocar  
591 para discussão, então nós vamos abrir aqui. É que na plenária do mês passado, durante a

592 discussão sobre a classificação, categorização de um processo que nós temos no CEAS,  
593 que é um processo relativo a uma solicitação de informação de um jornalista, que chegou  
594 por meio de ouvidoria para o CEAS e depois foi encaminhando para Controladoria do  
595 Estado. Se eu tiver os nomes aqui, vocês me corrijam. Um jornalista fez uma solicitação de  
596 acesso a documentos de um plano de barragens que está arquivado no CEAS. No primeiro  
597 momento, o CEAS entendeu que esses documentos não poderiam ser acessados, eles não  
598 seriam públicos. Esse jornalista insistiu nessa solicitação, isso foi para a Controladoria  
599 Geral do Estado que orientou a criação de um grupo do CEAS para analisar esses  
600 documentos e classificar o grau de sigilo desses documentos. A partir dessas discussões –  
601 e essas discussões estavam sendo feitas dentro da comissão de normas do CEAS, veio  
602 para plenária a necessidade de criação de um grupo para classificar o sigilo dos  
603 documentos. Eu estou vendo que tem a mãozinha levantada, é para acrescentar alguma  
604 coisa? Quem pediu fala? **DANIEL - CEAS:** Marcela que pediu Mariana. **SUZANNE,**  
605 **SEDESE:** Não, é que na verdade tem duas pessoas com a mão levantada, eu pedi para  
606 testar com a Marcela se tem como... Se as pessoas esqueceram de abaixar a mão, eu  
607 acho que não é inscrição, não. **PRESIDENTE:** Eu posso continuar gente? **ANÉDIA,**  
608 **FMUSUAS/BH:** Eu acho que a minha está e eu não consigo abaixar ela, não. Eu levantei...  
609 **DANIEL - CEAS:** Dona Anédia e da Francielly. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu não consigo  
610 abaixar. **SUZANNE, SEDESE:** Dona Anédia, eu vou pedir licença para abaixar **ANÉDIA,**  
611 **FMUSUAS/BH:** Sim, faça isso por mim. **SUZANNE, SEDESE:** Pronto. **ANÉDIA,**  
612 **FMUSUAS/BH:** Obrigada. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Não sei como baixar esse trem,  
613 não. **PRESIDENTE:** Gente, dando continuidade – eu estou fazendo um breve relato do  
614 assunto. Na plenária passada ficou aprovado que deveria ter criação de um outro grupo,  
615 além da comissão das normas, para fazer o tratamento dessas informações e a  
616 classificação do sigilo das informações. E na plenária passada, o Lucas, conselheiro pediu  
617 vistas para estudar e aprofundar nesse assunto, então foi dado vistas para o Lucas, só que  
618 na sequência a Mesa Diretora deliberou pela realização de uma extraordinária para  
619 tratamento desse assunto e criação desse grupo. Essa extraordinária aconteceu há uns 15  
620 dias e foi criado um grupo para organizar a resposta para esse pedido de acesso a esses  
621 documentos sobre esse processo. Bom, o que nós discutimos na Mesa Diretora ontem? O  
622 pedido de vistas do conselheiro é feito em uma plenária para ter retorno na plenária  
623 seguinte. Considerando que já houve uma extraordinária do conselho que discutiu o  
624 assunto há uns 15 dias atrás, a gente entendeu que não havia mais motivo para esse  
625 pedido de vistas, então teve uma perda do objeto do pedido de vistas. Esse foi o  
626 entendimento da Mesa Diretora ontem, que a gente queria trazer como informe. Agora eu  
627 abro a palavra, principalmente para o Conselheiro Lucas também, para ele expor sua  
628 opinião, ou até para ver se ficou claro qual foi o entendimento da Mesa Diretora, Lucas.

629 Que entendimento foi esse, que a gente perdeu o objeto do seu pedido, pelo fato da de ter  
630 ocorrido uma plenária extraordinária e ter tratado o assunto. **LUCAS, CONSELHO**  
631 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Sim, Mariana. Obrigado. Na verdade, eu vou até levantar  
632 questão de ordem, parágrafo segundo do art. 11 do Regimento Interno, que é a  
633 reapresentação da matéria sobre qual se pediu vistas fica a carga do solicitante, ou seja,  
634 fica a cargo da minha apresentação. Essa é a questão de ordem. **PRESIDENTE:** Repete  
635 para esclarecer e eu vou abrir para os participantes para a gente chegar em um  
636 entendimento aqui. Você acha que (áudio ruim) [01:14:28] **LUCAS, CONSELHO**  
637 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso, a reapresentação da matéria da qual se pediu vistas,  
638 fica a cargo do conselheiro que solicitou. Ou seja, a reapresentação da matéria deveria ter  
639 sido apresentada por mim, até porque o meu pedido de vistas era justamente com a  
640 relação a quem seria a competência para poder fazer a análise dos documentos. Eu acho  
641 que é um ponto que a plenária não chegou a debruçar sobre. **PRESIDENTE:** Eu pergunto,  
642 quem estava na plenária passada, qual foi o encaminhamento? E aí eu pergunto também,  
643 Lucas, qual é a sua proposta agora? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:**  
644 Eu queria só reapresentar. Eu queria só reapresentar a matéria com o meu pedido de  
645 vistas, para poder apresentar o que eu entendi do pedido de vistas que eu fiz.  
646 **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Só um esclarecimento, eu ainda não entendi qual é a  
647 questão. Você pode repassar? Eu não entendi, sinceramente. **LUCAS, CONSELHO**  
648 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É porque eu pedi vistas para poder entender melhor aquilo  
649 que estava sendo discutido, foi concedido o prazo para poder analisar. Analisei e agora eu  
650 estou dando retorno para a plenária, do prazo que foi me dado. Estou indo apresentar para  
651 a plenária aquilo que eu entendi da matéria. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Você está  
652 querendo um tempo para você fazer a sua apresentação, é isso? **LUCAS, CONSELHO**  
653 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso, do prazo já concedido. **FRANCIELLY,**  
654 **FETSUAS/MG:** Olha, gente, se ele quer só apresentar o que ele entendeu, ok. Mas, Lucas,  
655 o que você vai apresentar, você quer alterar o resultado da plenária? Porque se quiser  
656 alterar o resultado da plenária, isso que é o problema, mas se for só para apresentar para o  
657 nosso conhecimento. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não, eu não  
658 sei se vai alterar o resultado da plenária, porque eu não pude participar. Eu não tinha nem  
659 agenda para poder participar dela e justifiquei para a Secretaria Executiva. **MARANA,**  
660 **SEDESE:** Bom, primeiro podemos ouvir a sua apresentação, eu acho que é importante, a  
661 gente abre para você apresentar e depois a discussão aqui. **DANIEL - CEAS:** Lucas, você  
662 tem algum slide? Alguma coisa assim, que você quer apresentar? **LUCAS, CONSELHO**  
663 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu só vou fazer uma leitura mesmo de um texto, para  
664 poder ser bem mais breve e otimizar o nosso tempo. **DANIEL - CEAS:** Qualquer coisa você  
665 me fala. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Está bom. Obrigado,

666 Daniel. Obrigado, Presidente, e demais conselheiros. O retorno de vista trata sobre a  
667 classificação do sigilo dos processos sobre responsabilidade do CEAS e a sua respectiva  
668 competência, de quem seria a competência para fazer a classificação do sigilo, ou se seria  
669 da comissão de normas, ou se seria um grupo de trabalho a ser criado. Analisando melhor  
670 a matéria, foi constatado uma situação peculiar e que toma um outro caminho daquele que  
671 estávamos direcionando e vou tentar explicar melhor. Antes de tudo é preciso entender que  
672 a classificação do sigilo, resguardada a toda regra da publicidade, é um ato administrativo  
673 que incumbe a autoridade competente a análise dos documentos e da pertinência da  
674 publicização. Conforme o artigo 1º do Regimento Interno, o Conselho Estadual de  
675 Assistência Social é um órgão autônomo, instituído nos termos da Lei 12.262/96 com  
676 competência de elaborar, alterar, aprovar e publicar normas administrativas para orientar o  
677 seu funcionamento na forma do artigo 2º, inciso XXV. Sendo um órgão autônomo, não  
678 poderia ser direcionada a responsabilidade para a Sedese, que não tem gerência sobre os  
679 processos que estão sobre responsabilidade do órgão de fiscalização autônoma, sendo,  
680 portanto, uma competência privativa do Conselho. Ou seja, uma competência exclusiva do  
681 Conselho. Nota-se que o processo a ser analisado inicialmente, que é o PAS Barragem  
682 Barra de Braúna, para resposta imediata a solicitação trazida ao Conselho, já foram  
683 encerrados e encontra-se sobre tutela e responsabilidade administrativa, ou seja, vinculada  
684 à Secretaria Executiva. Caso o processo tivesse ainda em andamento e sobre relatoria de  
685 algum conselheiro, tal incumbência de classificação sigilo recairia sobre o conselheiro  
686 relator, por ser a autoridade imediata responsável. Importante destacar que os conselheiros  
687 relatores tem poder de autoridade pública, conforme Resolução CEAS 381/2019. Nesse  
688 sentido, estando o processo encerrado e sobre responsabilidade administrativa, tal  
689 classificação deve ser feita pela autoridade administrativa do Conselho, ou seja, a  
690 presidente, tal competência é prevista pelo art. 21, inciso VII, que determina que a  
691 presidente deverá praticar os atos necessários ao exercício das tarefas administrativas. A  
692 tarefa não incumbe a Secretaria Executiva, porque está subordinada a Presidente do  
693 Conselho, conforme o Decreto Executivo 44 mil e alguma coisa, que trata da Secretária  
694 Executiva. E por não ser competência do órgão, tão pouco do Secretário Executivo. Quanto  
695 a definição das normas a serem observadas e a metodologia a ser aplicada na  
696 classificação, a apresentação deve se dar pela Mesa Diretora, como o devido diálogo com  
697 a Mesa Diretora ampliada, a plenária para aprovação, conforme estabelece o inciso I, do  
698 art. 20 do Regimento Interno, que diz que a Mesa Diretora disporá sobre as normas e atos  
699 relativos ao funcionamento administrativo do Conselho. Diante disso, conclui-se que a  
700 Mesa Diretora deverá apresentar a normativa para a classificação do sigilo, ou seja, a  
701 resolução de classificação do sigilo, com a devida discussão com a Mesa Diretora ampliada  
702 e submetê-la a apreciação da plenária por se tratar de matéria exclusivamente

703 administrativa. Não podendo ser delegada tal responsabilidade aos demais conselheiros,  
704 por ser competência privativa, ou seja, daqueles que foram eleitos para comporem a Mesa  
705 Diretora. E a classificação do sigilo, dos processos em geral, será feita pela autoridade  
706 direta dos processos. No caso dos processos de barragens encerrados, que estão em  
707 responsabilidade administrativa, deve ser feito pela presidente do Conselho. Os demais  
708 processos em andamento, a classificação deve ser feita pelos respectivos relatores dos  
709 processos. É isso, presidente, obrigado. **PRESIDENTE:** Bom, eu entendi então que de  
710 acordo com a sua análise a competência para essa classificação de sigilo seria da  
711 presidência do Conselho junto com a Mesa Diretora, é isso que você está trazendo aqui  
712 para nós, correto? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** A classificação, o  
713 ato de classificar é da presidente e o estabelecimento das normas de classificação é da  
714 Mesa Diretora. Se fosse possível, Presidente, gostaria de sugerir que fosse encaminhado  
715 esse retorno de vistas para o jurídico da Sedese, para que fosse averiguado se tem razão  
716 ou não desse parecer. Obrigado. **PRESIDENTE:** Vou abrir a palavra, que eu vi que tem  
717 inscritos, mas eu não sei quem inscreveu primeiro. Estou vendo as mãozinhas. **SUZANNE,**  
718 **SEDESE:** Eu acho que fui eu, Mariana. **PRESIDENTE:** Suzanne? **SUZANNE, SEDESE:** É  
719 só para você e para o Lucas, e os outros conselheiros que estavam na Extraordinária, me  
720 lembrem também se eu estou falando certo. Na verdade, na plenária Extraordinária nosso  
721 problema maior realmente foi a dúvida de quem é a competência de fazer isso, sabe?  
722 Então a gente não formou o GT para classificar, porque a gente tinha em dúvida, inclusive  
723 se era o caso de formar um GT. O problema todo é que temos um prazo de até o dia 23, se  
724 não me engano, para responder a CGE, então fizemos um grupo meio provisório – os GT  
725 são todos provisórios – mas, assim, um GT mais curtinho, com um tempo de duração mais  
726 curtinho, simplesmente para elaborar a resposta. Mas, a questão toda era exatamente  
727 essa: não saber de quem era a competência para fazer isso e a gente nem formou o GT  
728 para classificação. Só para dar esse informe da plenária Extraordinária. **LUCAS,**  
729 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pelo que tem Suzanne falou, não teve  
730 nenhuma deliberação com relação a isso? **SUZANNE, SEDESE:** Teve a formação desse  
731 GT para elaborar a ação da resposta. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
732 **CURVELO/SSV:** Sim, mas não influi no meu pedido de vista. **SUZANNE, SEDESE:** Não é  
733 sobre classificação, não. **PRESIDENTE:** Quem mais levantou a mão? Francielly? **PAULA -**  
734 **CEAS:** Francielly se inscreveu. **PRESIDENTE:** Sim, Francielly. **FRANCIELLY,**  
735 **FETSUAS/MG:** Então, gente, eu acho assim que o pedido do Lucas foi para ler a análise  
736 dele, eu acho que ele leu, ok? A gente agradece as cooperações, mas eu acho que não  
737 tem que colocar em discussão o relato dele, até porque na plenária extraordinária a  
738 discussão foi bastante sabatinada, discutimos bastante isso, tem o encaminhamento da  
739 plenária. E é isso, gente, eu acho que temos que seguir o encaminhamento da plenária, o

740 que eu estou querendo dizer é que não tem de abrir a discussão em cima do parecer dele.  
741 Ele leu, estamos cientes, mas acho que não precisa estender a discussão. **PRESIDENTE:**  
742 Mais alguém? **DANIEL - CEAS:** Pessoal só para atualizar a discussão – se eu puder,  
743 Mariana? Rapidinho. O que aconteceu, o que a Suzanne falou está correto, no sentido em  
744 que o GT elaborou a resposta que vai ser lido aqui, posteriormente, mas o que foi decidido  
745 no GT pelos conselheiros é que a publicação dessa resposta seria daquilo que seria  
746 notoriamente público, então não passaria por uma comissão de sigilo. Passaria então pelo  
747 arquivo que a gente já teria, um embasamento de resolução, ou então, por exemplo, atas,  
748 um plano mesmo, enfim. Essas questões que seriam notoriamente públicas, seriam  
749 compartilhadas com o jornalista. A Secretaria Executiva já fez toda questão do apoio  
750 administrativo, a gente digitalizou os documentos que iam compartilhar com o jornalista e a  
751 resposta então foi por mais esse sentido. Só complementando para todo mundo ficar a par  
752 do que acontece, mas depois vamos deliberar mais a tarde. **PRESIDENTE:** Pelo que vocês  
753 estão me falando, eu também já vou opinar como conselheira. Na verdade, estamos  
754 falando de dois assuntos ou dois encaminhamentos diferentes para um problema que  
755 surgiu. O caso específico de resposta a CGE, ele foi feito pelo grupo e está na pauta de  
756 hoje aprovar essa resposta. **DANIEL - CEAS:** Isso. **MARIANA:** O que o Lucas está  
757 trazendo é que independente disso, aquela questão que foi discutida e não chegou a  
758 nenhum consenso, é sobre a competência e a forma de classificação do sigilo dos  
759 documentos. É isso? Lucas e Daniel. **DANIEL - CEAS:** Exato. **LUCAS, CONSELHO**  
760 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso. **MARIANA:**A gente está falando de duas coisas  
761 diferentes. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Que foi o objeto do  
762 pedido de vistas e, por isso, eu considero que não houve perda do objeto. **PRESIDENTE:**  
763 Entendi. E nada do que você está trazendo vai contra a deliberação da plenária  
764 extraordinária e o encaminhamento que essa plenária tomou, correto? **LUCAS,**  
765 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Justamente, porque o meu pedido de vista –  
766 pelo que Suzanne relatou aqui – não teve influência nenhuma. **SUZANNE, SEDESE:** É por  
767 isso que eu pedi ajuda para quem mais estava presente, porque eu entendo que não. Na  
768 verdade, igual eu falei, o GT – está até na resolução que o formou – é exclusivamente para  
769 resposta. Mas é isso, eu peço a sua ajuda para quem mais estava presente na  
770 extraordinária. **DANIEL - CEAS:** É exatamente isso. Todo mundo compreendeu bem.  
771 **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Eu levantei a mãozinha, posso falar? **PRESIDENTE:** Pode.  
772 **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Eu discordo. Eu discordo, por quê? Eu estava na plenária  
773 extraordinária e a discussão que mais perpetuou era a questão da competência. De quem  
774 era a competência de fazer essa classificação de sigilos. A proposta da criação do GT,  
775 inclusive foi para fazer a classificação dos sigilos, tinha toda uma resolução, uma proposta  
776 que a gente teve que alterar, e nós chegamos nesse formato, nesse encaminhamento, no

777 formato desse GT após discutir muito sobre a competência da classificação de sigilos. Nós  
778 não ficamos discutindo na plenária extraordinária esse formato de GT, nós chegamos a  
779 esse formato após muita discussão e chegamos a esse encaminhamento, mas a discussão  
780 principal foi: compete aos conselheiros fazer essa classificação? Quem estava na plenária  
781 extraordinária vai lembrar. Nós fizemos muito a discussão em relação a isso e entendemos  
782 que não compete ao conselheiro, então nós tiramos esse encaminhamento nesse formato  
783 para fazer a resposta, por causa do prazo. **DANIEL - CEAS:** Suzanne se inscreveu.  
784 **PRESIDENTE:** Suzanne. **SUZANNE, SEDESE:** Não, é que eu tinha entendido que esse  
785 ponto se era competência do CEAS, eu não tinha entendido que isso tinha sido um  
786 consenso, então eu fiquei com essa dúvida agora, mas é isso. **DANIEL - CEAS:** Não foi  
787 consenso, não. Deram a intenção de que não era, mas não teve consenso mesmo não,  
788 não teve votação. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** A maioria se manifestou de que não era,  
789 consenso não teve, não, mas a maioria se manifestou de que não era atribuição do  
790 conselheiro. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana, só uma  
791 questão de ordem. **PRESIDENTE:** Sim. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
792 **CURVELO/SSV:** Só para verificação, se for possível que a Secretaria Executivo verifique a  
793 ata da plenária extraordinária e verificar se houve a deliberação nesse sentido ou não,  
794 porque se não houver deliberação, não houve consenso e nem tampouco decisão do  
795 plenário. Do contrário, se houver algum ato decisório, é deliberação e eu vou concordar  
796 com a Fran. Do contrário, eu vou discordar. **SUZANNE, SEDESE:** Eu não lembro mesmo,  
797 eu concordo com o Lucas, porque realmente eu não lembro se foi deliberado. **DANIEL -**  
798 **CEAS:** Teve sim uma discussão, teve uma deliberação, só que não teve uma votação no  
799 sentido de decisão. Isso podemos até pegar depois, na degravação, quando a gente pegar.  
800 Não teve nesse sentido de decisão da deliberação, a decisão que teve, de fato, foi a  
801 constituição do GT enquanto resposta, mas agora teve, sim, a deliberação. Isso aí teve  
802 mesmo. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Sim, Anédia que está falando. Eu também, eu acho que  
803 estava com a reunião também, concordo com a Fran. Eu estava nessa também.  
804 **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu estava na reunião e acho que a Fran está correta, o Daniel aí,  
805 não houve assim – pelo menos o que eu me lembro – nenhuma deliberação nesse sentido.  
806 **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Também não. **SILVESTRE, SEF/MG:** Mas a sugestão do Lucas,  
807 de pegar a ata e confirmar isso na ata, eu acho uma boa. **MARINETE, COGEMAS:** Na  
808 verdade, eu também estava na reunião, na plenária extraordinária, o ponto forte da  
809 discussão foi exatamente quem é que faz. Isso ficou muito evidente, inclusive o Élerson foi  
810 muito incisivo nessa reflexão, quem é que tem a competência de classificar. Esse foi o  
811 grande debatido, foi muito debatido isso na plenária extraordinária, quem tem competência  
812 de classificar o sigilo, então eu acho que isso que ficou evidente na plenária. **DANIEL -**  
813 **CEAS:** Tudo bem pessoal foi discutido isso mesmo, mas não foi decidido quem que seria o

814 competente para tal. É isso que estou falando, não ficou definido. **FRANCIELLY,**  
815 **FETSUAS/MG:** Daniel, não ficou definido quem seria competente, mas nós chegamos ao  
816 consenso de que não eram os conselheiros. **PRESIDENTE:** Entendi, ou seja, os  
817 conselheiros... **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Mariana, só esclarecendo a plenária. O  
818 Élerson colocou e nós acompanhamos a colocação dele, como tinha que emitir uma  
819 resposta, a gente criou um GT nesse sentido. Porque se nós deliberamos que compete aos  
820 conselheiros essa classificação, a gente teria permanecido na primeira proposta, quando  
821 convocou a plenária. Os conselheiros acompanharam a colocação do Élerson, agora se  
822 não entrou na ata como deliberado, como votação, então foi um erro que a gente cometeu  
823 na plenária, mas a discussão definiu de que não era competência dos conselheiros.  
824 **DANIEL - CEAS:** Isso entrou na ata Francielly, isso está na ata. Vamos trazer a  
825 degravação no final. A questão que ficou, foi de fato, o Élerson teve esse acompanhamento  
826 mesmo. O que estou tentando falar é que não teve, digamos assim, a decisão de quem  
827 seria o responsável por isso, é isso que estou falando. Mas, toda essa questão da  
828 deliberação, essa questão eu estou falando que teve sim e vocês estão corretos nisso.  
829 **PRESIDENTE:** Eu entendi, gente. Eu acho que assim, primeiro: não decidiu quem tem a  
830 competência para analisar, mas decidiu que os conselheiros não são competentes, é isso?  
831 **DANIEL - CEAS:** Sim. **PRESIDENTE:** Resumindo, foi isso? Ok, isso eu entendi. Voltando  
832 ao encaminhamento aqui sobre o que o Lucas apresentou, porque o Lucas apresenta que  
833 na análise que ele fez a competência é da Mesa Diretora, e o que vocês estão dizendo que  
834 na plenária já foi decidido que a competência não é dos conselheiros, então minha  
835 pergunta – até para o Lucas: mantem a sua proposta de encaminhar esse relatório? O seu  
836 pedido hoje é: encaminhe o meu relatório, que é o seu entendimento para o jurídico da  
837 Sedese, para que o jurídico se manifeste sobre de quem é competência. Minha pergunta:  
838 se a gente acata o pedido do Lucas, ou dá-se o assunto por encerrado, pelo menos nesse  
839 momento, considerando que a plenária decidiu que os conselheiros não são competentes  
840 para classificar? Só me preocupa um ponto, isso eu acredito que isso ainda vai voltar em  
841 algum momento, porque o assunto na verdade não foi resolvido de forma geral, de quem é  
842 a competência da classificação do sigilo. Acredito que isso ainda vai ser tratado  
843 posteriormente, mas para esse momento a minha pergunta é: se a gente dá sequência e  
844 acata o pedido do Lucas, ou se essa questão já está encerrada com a decisão da plenária?  
845 **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Eu posso falar? **PRESIDENTE:** Sim, por favor.  
846 **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Eu vou fazer a defesa de encerrar, porque nós ficamos  
847 quase até uma hora na plenária extraordinária discutindo isso. E o GT, construímos o GT.  
848 À tarde temos esse ponto de pauta, de novo, para discutir, apesar de que é a resposta do  
849 GT. Mariana, concordo plenamente com você que essa discussão não se encerrou, mas  
850 que a gente faça a discussão de forma natural, à medida que ela for aparecendo. Por

851 exemplo, o GT trouxe o produto, então vamos discutir o produto. Depois o produto tem um  
852 segundo passo, então a gente discuti o passo, porque a gente já teve uma plenária  
853 extraordinária, a gente já sabatinou, todo mundo se organizou para participar dessa  
854 plenária extraordinária. Eu, por exemplo, tive que fazer toda uma reorganização da minha  
855 agenda, e já deliberamos, então eu defendo que siga o rito natural da situação.  
856 **PRESIDENTE:** Obrigada, Francielly. Mais alguém? Lucas você quer se manifestar?  
857 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não, eu só quero fazer a defesa. A  
858 gente não vai perder se submeter isso ao jurídico da Sedese. Se eu estiver equivocado,  
859 eles vão reafirmar o posicionamento da plenária. Se eu estiver correto, não há prejuízo  
860 para nós enquanto conselheiros. Serve até mesmo para compreensão melhor de todos  
861 nós, conselheiros. Eu acredito que isso também está fluindo de forma natural, porque a  
862 265ª Plenária me concedeu o pedido de vistas e estou fazendo a representação do pedido  
863 de vistas, então em respeito justamente a plenária, ao prazo dado. Em respeito a todos os  
864 conselheiros que estou trazendo esse posicionamento aqui, eu não estou querendo  
865 afrontar a decisão, ou o entendimento da plenária. Mas, eu estou querendo apontar um  
866 entendimento diferente para que a gente possa analisar. Não percebo que seja prejudicial  
867 para nós, muito antes pelo contrário. Se temos um parecer do jurídico da Sedese, que  
868 esteja correto ou que esteja incorreto o entendimento, para nós vai ser muito mais fácil  
869 para poder clarear o caminho, para podermos achar melhor solução para esse embrolho.  
870 Se não são os conselheiros competentes para poder fazer essa classificação de sigilo,  
871 quem o é? Lembrando que a própria Lei 12.262 coloca os nossos conselheiros como  
872 função pública de serviço relevante, e é importante resguardar essa posição que também  
873 nos é dado. Eu não vejo prejuízo nenhum de verificarmos isso. Se eu estiver equivocado,  
874 não tenho problema nenhum de reconhecer o equívoco, mas eu acho que é importante  
875 para podermos esclarecer melhor o nosso entendimento, até porque se a gente não der a  
876 resposta a contento para as pessoas, todos nós poderemos ser penalizados com relação a  
877 isso. As ações judiciais para obter informação está justamente para isso, então isso recai  
878 sobre cada um de nós, então é importante ter o mais claro possível, mais fácil possível  
879 para poder facilitar. Eu estou tentando facilitar, mas se não é o entendimento da plenária,  
880 tudo bem. **SILVESTRE, SEF/MG:** Mariana, eu entendo da seguinte forma: quando o  
881 Élerson pediu a palavra e fez a colocação dele, ele alertou pela responsabilidade que  
882 estaria sendo julgado pelos ombros de cada conselheiro na decisão dos conselheiros que  
883 estivessem nesse grupo. Foi a razão pela qual isso foi modificada a colocação, chamou por  
884 um outro grupo que é para oficializar de outra forma. Agora, eu entendo que o Lucas traz  
885 para nós um embasamento jurídico da coisa, na forma dele, como advogado, como jurista  
886 entender. Isso para nós é uma sustentação de argumento, é argumento a mais que a gente  
887 possa ter pela frente, para a segurança que está trazendo para nós, conselheiros. Eu acho

888 que não vai atrapalhar em nada encaminhar isso para o departamento jurídico da Sedese,  
889 para os juristas de lá avaliarem essa razão pela qual chegou até a eles. É uma forma de  
890 estarmos mais seguros nessa decisão, porque é um assunto extremamente delicado isso  
891 aí. E chamar para o ombro dos conselheiros uma decisão dessa natureza, eu acho muito  
892 sério. **PRESIDENTE:** Obrigada, Silvestre, Lucas, pela manifestação. Mais alguém? O  
893 encaminhamento, então a gente coloca isso para votação? Se o relatório que o Lucas fez,  
894 o relatório do pedido de vistas, e o pedido que ele faz agora é de que seja feita uma  
895 consulta jurídica para a Sedese, a pergunta é se a plenária está de acordo com esse  
896 encaminhamento ou não? **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Eu votei no *chat*, pessoal.  
897 **PRESIDENTE:** Eu acho que vamos ter que abrir planilha de votação. Tem mais  
898 manifestações, gente, contra ou a favor? Vocês querem tempo para pensar, dois minutos?  
899 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Dá para fazer pelo contraste, igual a  
900 Patrícia faz, Mariana. Acho que só teve o voto contrário de Francielly. **PRESIDENTE:** É  
901 isso? Vou repetir a pergunta, o tema, o assunto. O Conselheiro Lucas está fazendo um  
902 pedido de envio para o jurídico da Sedese para uma consulta sobre a competência de  
903 classificação do sigilo dos documentos pelo CEAS, se a competência é dos conselheiros, a  
904 competência é da Mesa Diretora, é da Presidência, da Secretaria Executiva. Nós não  
905 temos consenso, nem chegamos a uma conclusão de que é a competência para a  
906 classificação do sigilo, e o Conselheiro Lucas está solicitando de que isso seja  
907 encaminhado para o jurídico da Sedese. Então minha pergunta para plenária: a plenária  
908 está contra ou a favor que isso seja, que esse consulta jurídica seja feita? **ANÉDIA,**  
909 **FMUSUAS/BH:** Eu acho que pode ser feita, desde que não vá prejudicar nada, uma coisa  
910 que só vai somar, eu acho que deve ser feita sim. Ele se dedicou, pesquisou e tudo, eu  
911 acho que a gente deve aceitar. Isso é o meu ponto de vista. **LUCAS, CONSELHO**  
912 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, dona Anédia. **PRESIDENTE:** As pessoas estão  
913 votando no *chat*, por favor, peço que a Secretaria Executiva contabilize. **SILVESTRE,**  
914 **SEF/MG:** Eu não estou conseguindo abrir o *chat*, então eu voto de acordo com a minha  
915 falha: eu estou de acordo ao encaminhamento para o jurídico, está bem? **PRESIDENTE:**  
916 Ok. Obrigada, Silvestre. **MARINETE, COGEMAS:** Eu acho importante encaminhar para o  
917 jurídico, porque até as dúvidas e o que a gente levantou na plenária extraordinária, quem  
918 sabe através dessa iniciativa de levar essa proposta ao jurídico, a gente tenha um retorno  
919 favorável ou não, até pelas discussões que nós esgotamos sobre essa situação na plenária  
920 anterior. **DANIEL - CEAS:** Mariana, só tiveram dois votos contra e o restante a favor.  
921 **PRESIDENTE:** Ok. A gente conclui essa discussão desse ponto de pauta, encaminhando o  
922 relatório. Ai, Lucas, eu te peço que depois encaminhe para a Subas, para fazermos a  
923 consulta para o jurídico da Sedese. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:**  
924 Beleza. **PRESIDENTE:** Fechamos a discussão? Podemos passar para o próximo ponto?

925 Eu vou pedir dois minutos para levantar aqui também, gente. Porque hoje eu que estou  
926 conduzindo, a gente fica o tempo todo sentado. Antes, vamos fazer a eleição do cargo do  
927 primeiro secretário da mesa diretora. Relembrando, a Conselheira Ariada saiu do conselho,  
928 e nós ficamos com a vacância do cargo de primeiro secretário, esse cargo é da sociedade  
929 civil. Eu pergunto para a sociedade civil se houve discussão na reunião da sociedade civil,  
930 se vocês já têm a indicação da pessoa, se precisa de fazer votação para isso. Eu vou  
931 passar a palavra. Quem da sociedade civil pode discorrer? Acho que o Márcio Caldeira,  
932 ontem, estava representando na sociedade civil. Está presente, Márcio? Ou se tiver outra  
933 pessoa também que quiser falar. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Posso falar. A gente  
934 escolheu a dona Anédia, vai nos representar muito bem. **PRESIDENTE:** Quem bom, dona  
935 Anédia, então bem-vindo a Mesa Diretora. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Obrigada, gente.  
936 **PRESIDENTE:** Isso. Então podemos passar para o próximo ponto? **FRANCIELLY,**  
937 **FETSUAS/MG:** Podemos. **PRESIDENTE:** O próximo ponto é sobre a vacinação dos  
938 trabalhadores do Sua. Retomando o assunto para relembrar. Foi feita uma nota técnica,  
939 enviada para a Secretaria de Saúde, junto com a solicitação de participação em reunião do  
940 Conselho Estadual de Saúde e da CIB da Saúde. Essa participação em reunião, ela não foi  
941 respondida ou não foi acatada, o CEAS não participou de nenhuma reunião com o  
942 Conselho de Saúde, a CIB da Saúde. Houve uma resposta formal a essa nota técnica, que  
943 solicitava a inclusão dos trabalhadores dos Suas como grupo prioritário no plano nacional  
944 de vacinação, a resposta que veio foi de que isso seria encaminhado, já foi encaminhado  
945 para o Ministério da Saúde. Na plenária passada, o CEAS deliberou por uma nota de  
946 repúdio, essa nota de repúdio foi feita e posterior a isso, o CEAS continuou solicitando  
947 reunião com o Secretário de Saúde para tratar do tema, e a resposta do Secretário de  
948 Saúde que chegou – me parece, na semana passada – foi de que está aguardando e que  
949 foi enviado para o Ministério da Saúde. Paralelo a isso, surgiu a proposta de uma reunião  
950 com representantes de entidades do Suas, Fórum de trabalhadores e colegiados. Essa  
951 reunião foi convocada, comunicada no início, há uns 15 dias atrás – não sei precisar a data  
952 correta. Essa reunião aconteceria agora, na segunda-feira, dia 23. Acontece que as  
953 pessoas convidadas não confirmaram participação nessa reunião, a confirmação foi  
954 apenas do Cogemas e da Sedese. Então ontem, na Mesa Diretora, o que nós discutimos e  
955 que eu estou trazendo aqui para conhecimento da plenária é que não havendo confirmação  
956 dos convidados para essa reunião, seria mais uma reunião entre Sedese e Cogemas.  
957 Como nós já temos, inclusive a gente também tem CIB marcada para os próximos dias.  
958 Não havendo a confirmação dos convidados, essa reunião ela não vai ocorrer, ela vai ser  
959 desmarcada. Considerando ainda que a gente já avançou no estado na vacinação por  
960 idade, acreditamos – foi o que nós discutimos na Mesa Diretora ontem – que inclusive  
961 temos que atualizar o nosso pleito, porque para esse ano as pessoas estão sendo

962 vacinadas por idade e por idade a vacinação para o público de 18 anos já está  
963 acontecendo nesses dias. O que a gente teria que atualizar como pleito, seria para as  
964 campanhas anuais de vacinação, porque ao que tudo indica – também não tenho um  
965 conhecimento de uma posição do Ministério da Saúde – mas, a vacinação da covid vai  
966 entrar no calendário anual, assim como a vacinação da gripe, então o pedido seria para  
967 prioridade no calendário anual de vacinação. Além disso, foi também discutido que não foi  
968 feito nenhuma reunião... Ficou solicitando reunião com o Secretário de Saúde, com o  
969 Conselho Estadual de Saúde, mas não foi feito nenhuma reunião ainda com a Secretária  
970 Elisabete, que é a Secretária de Estado da Sedese. O que estou trazendo aqui para  
971 deliberação, o que foi discutido na Mesa Diretora ontem é que essa reunião do dia 23 não  
972 vai acontecer, por falta mesmo de confirmação dos convidados, e que o encaminhamento  
973 agora seria atualizar o nosso pleito e convidar a Secretária da Sedese para uma reunião  
974 com CEAS, em uma agenda a ser marcada ainda, para uma conciliação de agenda, mas  
975 para tratar dessa questão da inclusão dos trabalhadores como prioridade no plano anual de  
976 vacinação. Quem estava na Mesa Diretora ontem, e quiser fazer algum complemento e  
977 também abrir agora o assunto para discussão. **DANIEL - CEAS:** Mariana, só fazer um  
978 comentário, Ana Maria Mezonato que foi, acabou de entrar, seria a questão que a gente  
979 discutiu sobre a posse... Que ela foi publicada, ela está até sorrindo aí para gente. Bom dia,  
980 Ana Maria. Se vocês quiserem fazer a posse dela, ela já está presente. **PRESIDENTE:** Ah,  
981 sim. Bom dia, Ana Maria. Muito prazer, seja bem-vinda. Meu nome é Mariana, estou como  
982 Subsecretária de Assistência Social, vice-presidente do CEAS, e hoje conduzindo a  
983 plenária porque a Presidente, a Patrícia, hoje não pôde estar presente. Seja bem-vinda,  
984 declaramos a Ana Maria como empossada, nova conselheira. Pode ficar à vontade aqui  
985 para fazer o uso da palavra. E, precisando de apoio, estamos aqui, a Secretaria Executiva  
986 para te apoiar. Seja bem-vinda ao Conselho. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Bom dia a  
987 todos, muito obrigada. Desculpe-me, mas a gente as vezes tem algumas plataformas que a  
988 gente não consegue ainda lidar, então tive uma certa dificuldade, mas consegui pelo  
989 celular. Agradeço muito o carinho, a compreensão de todos vocês. Estou muito orgulhosa  
990 de estar fazendo parte desse Conselho. Agradeço muito e vou precisar mesmo de muito  
991 apoio, apesar de ter um pouquinho de experiência dentro do municipal, mas nós sabemos  
992 que o estadual é um outro patamar. Estamos aqui para contribuir e fazer o melhor pela  
993 Política de Assistência Social, principalmente por eu estar representando os usuários.  
994 Agradeço muito a compreensão, muito obrigada. **PRESIDENTE:** Que ótima, e que bom.  
995 Seja muito bem-vinda. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Bem-vinda,  
996 Ana Maria. **PRESIDENTE:** Isso. Você pode ficar à vontade aqui, quando quiser pedir falar,  
997 abrir o microfone ou se inscrever pelo *chat*. Essas plataformas são assim mesmo, a gente  
998 estava usando o Google, agora a gente agora passou para o *Teams*, vamos nos

999 habituando. Obrigada, mais uma conselheira representante de usuários. Muito importante.  
1000 Gente, voltando para esse ponto de pauta. A palavra está aberta aqui. **LUCAS,**  
1001 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana. **PRESIDENTE:** Sim. **LUCAS,**  
1002 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu acredito que a gente precisa atualizar os  
1003 nossos pedidos, é claro que vamos começar uma nova etapa de vacinação, isso vai ser  
1004 uma vacinação anual, vai entrar no calendário anual de vacinação, a vacina contra a covid.  
1005 Isso eu ouvi em alguns outros estados, apesar de não ter ouvido do Estado de Minas, mas  
1006 acredito que isso vá ser uma regra geral. Eu acredito que a gente possa tentar priorizar os  
1007 nossos trabalhadores nessa regra de vacinação, então eu acho que é importante tentar  
1008 colocá-los como uma fatia em separado dessa vacinação, sabe? Como aqueles primeiros,  
1009 acho que agora na vacinação da gripe teve a vacinação dos professores primeiro, então  
1010 tentar encaixar os nossos trabalhadores com essa prioridade também. Acho isso  
1011 importante também. Com relação da reunião do dia 23, eu acho oportuno também reforçar  
1012 sempre com os autores envolvidos, achar outros meios também de comunicação, de  
1013 reforçar essa participação. Não só participação via *e-mail*, mas um contato mais próximo,  
1014 com telefonema também, envio de mensagem no *WhatsApp*, outras alternativas para tentar  
1015 fortalecer e fazer cumprir as agendas. Ainda mais uma pauta tão importante quanto essa.  
1016 Seria isso. Obrigado. **DANIEL - CEAS:** A Jéssica se inscreveu, Mariana. **PRESIDENTE:**  
1017 Por favor, Jéssica. **JÉSSICA, MNPR:** Bom dia, gente. Lucas, eu só completando o que  
1018 você está falando, eu penso que é muito importante – não sei como fazer, mas peço para  
1019 vocês pensarem também – de como o Suas entrar, chamar o SUS para um planejamento  
1020 unificado, sabe? Porque agora estamos na pandemia, está nesse momento de desespero,  
1021 tendo que passar por essa situação. Mas que fique um documento como prioridade,  
1022 principalmente o serviço social, como é que eu falo... Você estão entendendo, está dando  
1023 para entender o que estou falando? Porque, senão a gente preocupa só com esse  
1024 momento agora, da pandemia, e vamos tendo um trabalho danado para essa questão, e as  
1025 coisas se perdem. Isso a gente esquece que lá no futuro, podemos passar por isso  
1026 novamente. Eu sei que estamos em um momento de pandemia, mas eu acho que temos  
1027 que pensar muito além, pelo tempo que se é gasto. Então, por exemplo, se a gente já tem  
1028 uma lei de prioridades de serviços – eu não sei se está dando para entender o que estou  
1029 falando, mas eu acho que deve estar – se a gente já consegue colocar isso e chamar uma  
1030 discussão para isso, que fique como um documento que se acontecer novamente, não tem  
1031 que iniciar tudo de novo. Toda essa luta, sabe? Deu para entender, Lucas, o que eu estou  
1032 falando? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu concordo com você,  
1033 Jéssica. Eu acho que seria até importante, Mariana – eu não sei se isso seria possível – a  
1034 gente tentar celebrar um termo de priorização... Seria mesmo um termo de priorização do  
1035 próprio estado, da Sedese junto da Secretaria da Saúde, para poder tentar, pelo menos

1036 tentar não medir esforços para colocar os trabalhadores dos Suas como prioridade. E aí,  
1037 em qualquer tipo de calamidade pública, seja ela em Saúde, ou fenômenos naturais, eu  
1038 acho que seria importante. Porque querendo ou não, o assistente social vai ser prioridade  
1039 em qualquer tipo de situação, seja ela de formato constitucional, como estado de sítio, de  
1040 guerra e tudo mais, mas é importante que seja priorizado os trabalhadores porque,  
1041 querendo ou não, é quem vai estar na linha de frente, assim como os trabalhadores da  
1042 saúde. Eu acho que é importante tentar concluir isso tudo, essa discussão com um termo  
1043 de priorização. Um documento assinado mesmo, como a Jéssica trouxe. Pelo menos como  
1044 uma forma de... Como se fosse uma nota promissória para que, depois, a gente possa  
1045 tentar cobrar. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu acho que isso que o Lucas trouxe, a Jéssica,  
1046 isso tem que ser permanente agora. Não é tentar, não, Lucas. É exigir que isso seja feito.  
1047 Porque não pode haver essa diferenciação do Suas pelo SUS, porque trabalham  
1048 praticamente igual. O que aconteceu agora na pandemia, foi visto isso. Vocês tiveram na  
1049 frente, não pararam nenhum dia, tanto quanto o SUS. Eu acho que é uma coisa que tem  
1050 que ser permanente agora, não pode tentar, não. Tem que exigir mesmo, que isso seja  
1051 prioridade para vocês trabalhadores. Certo? Nós usuários estamos a favor de que isso seja  
1052 permanente, está bom? **JÉSSICA, MNPR:** Esqueci o nome da menina que está  
1053 coordenando a reunião. **PRESIDENTE:** Mariana. **JÉSSICA, MNPR:** Mas eu penso que a  
1054 gente já podia, para não ser perder, tentar na próxima reunião trazer como ponto de pauta,  
1055 e já ver se consegue fazer uma reunião. Não sei como, se é com o Comitê da Saúde, com  
1056 o Conselho da Saúde, não sei como, mas para pensarmos como pauta para a próxima  
1057 reunião. Se fosse possível, para não se perder, porque se não a gente lança, tem essa  
1058 ideia e se perde, sabe? Tem que amarrar bem amarrado, pensando no futuro. Eu não sei  
1059 como é que está, eu tinha pedido ponto de pauta, eu tenho que aproveitar a internet,  
1060 porque eu estou no interior, e aqui na mesma tem hora que está dando área, não está  
1061 dando. Até peço desculpas, eu tentei muito entrar, mas eu não consegui. **PRESIDENTE:**  
1062 Sim, Jéssica. Obrigada pela colaboração. Gente, a proposta agora... Eu acho que não tem  
1063 mais inscritos, não é? A proposta agora seria convidar a Secretária da Sedese, a Elisabete,  
1064 fazer uma reunião com ela aqui, no âmbito do CEAS. Não é a reunião de plenária, é uma  
1065 reunião a ser marcada, a gente ia conciliar as agendas e marcar uma reunião do CEAS  
1066 com ela, para tratar desse assunto e pedir que ela... Porque ontem nós tivemos a seguinte  
1067 discussão: por mais que eu aqui, nós, outros representantes do governo estejamos levando  
1068 isso, inclusive temos aqui representantes da Saúde aqui no Conselho, a gente ainda não  
1069 teve um momento com a Secretaria de Estado da Sedese, e o Secretário de Saúde  
1070 também não conseguimos essa agenda com ele. Então nós temos duas questões: agora  
1071 não vamos mais tratar da vacinação desse ano, vamos tratar de um plano anual de  
1072 vacinação. Como vocês disseram aqui, e é isso mesmo, a prioridade tem que ser todos

1073 anos. E segundo é que precisamos levar também, diretamente, para a nossa Secretária da  
1074 Sedese e pegando esse compromisso com ela, de que isso seja tratado o quanto antes  
1075 com a Secretaria de Saúde, já pensando no ano que vem. Então essa que é a proposta e  
1076 estamos trazendo aqui. Estão de acordo, alguém quer se manifestar? **ANÉDIA,**  
1077 **FMUSUAS/BH:** De acordo, Mariana. Não tem o que discutir, não. Tem que votar.  
1078 **PRESIDENTE:** Então está bem. Quem está registrando os encaminhamentos? Que a tela  
1079 está congelada para mim. **DANIEL - CEAS:** Sou eu, Mariana. Então foi cancelada, de fato,  
1080 a reunião do dia 23, e vai ser o encaminhamento mesmo da Elisabete, é isso?  
1081 **PRESIDENTE:** Sim, e só acrescentar que a inclusão dos trabalhadores do Suas no plano  
1082 anual, como grupo prioritário no grupo anual de vacinação, que estamos tratando aqui.  
1083 Porque o pedido é outro, a gente estava tratando da vacinação para agora, então essa  
1084 temos que só fazer uns ajustes nos nossos pedidos e nos nossos documentos. **LUCAS,**  
1085 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana, eu acho que também firmar esse  
1086 termo de prioridade nessa conversa, como substrato dela. **PRESIDENTE:** Ótimo. Acho que  
1087 pode registrar isso também, Daniel, de que a Sedese faça um termo de compromisso – não  
1088 sei qual o nome – pactue com a Secretaria de Saúde um compromisso de que isso seja  
1089 feito. **DANIEL - CEAS:** Pelo que eu entendi, marcar essa reunião para incluir os  
1090 trabalhadores do Suas no plano de vacinação e fazer um termo de prioridade, ou de  
1091 compromisso para pactuar a inclusão, é isso? Perfeito? Então está anotado.  
1092 **PRESIDENTE:** Encerrada essa discussão. Passando para o próximo ponto. Instituição da  
1093 Comissão Eleitoral da sociedade civil para a eleição que vai acontecer esse ano nas  
1094 conferências. Esse assunto foi tratado também na plenária passada, e foi esclarecido, eu  
1095 vou relembrar aqui. Nós temos previsão de eleição para escolha de entidades, dos  
1096 membros da sociedade civil para o próximo mandato que vai iniciar no ano que vem. Essa  
1097 eleição acontece na conferência estadual, que vai acontecer na última semana de outubro.  
1098 Para organizar essa eleição, nós temos que formar uma comissão eleitoral. Essa comissão  
1099 eleitoral só pode ser composta pela sociedade civil, e só podem participar conselheiros que  
1100 não irão concorrer a um novo mandato. A Secretaria Executiva me corrija se eu estiver  
1101 errada, então já foi feito um levantamento de quais os conselheiros poderiam participar e a  
1102 Secretaria Executiva agora vai apresentar o nome dessas pessoas e a minuta de resolução  
1103 para criação dessa comissão. Correto, Daniel e Rosa? **DANIEL - CEAS:** Isso mesmo,  
1104 Mariana. Eu vou parar de apresentar a pauta só por um instante e vou demonstrar a  
1105 resolução. Só um instante. A Rosa também vai informar os conselheiros que aceitaram  
1106 participar, viu Mariana? Rosa pode falar, por favor. Rosa, a gente não está te ouvindo, se  
1107 você estiver falando. Qualquer coisa você fala que eu falo aqui também. Eu vou apresentar  
1108 a Resolução, se a Rosa não entrar, eu mesmo falo quem aceitou. **ROSA, SEDESE:** Vocês  
1109 me ouvem agora? **DANIEL - CEAS:** Sim, agora sim, Rosa. **ROSA, SEDESE:** Eu tive que

1110 sair e voltar. O administrativo do CEAS fez um levantamento e consultou os conselheiros  
1111 que estão no segundo mandato, aqueles que não vão poder concorrer mais. Nós tivemos  
1112 um retorno da Roseane, que ela não está presente, mas ela concordou em participar dessa  
1113 comissão; o Márcio Caldeira ontem manifestou que pode participar; o Éleron ele não está  
1114 presente, mas na época ele concordou em participar; e o Márcio Evangelista, então são  
1115 esses quatro conselheiros que estariam participando dessa comissão. **DANIEL - CEAS:**  
1116 Maravilha Rosa, muito obrigado. Eu vou ler aqui a Resolução, ela é curtinha, eu posso ler  
1117 para vocês. Espero que esteja todo mundo vendo, ela é bem curtinha. Resolução nº 739, já  
1118 temos o número da Resolução. Dispõe sobre a composição da Comissão responsável pela  
1119 Coordenação do Processo Eleitoral da representação da sociedade civil e dos Conselhos  
1120 Municipais para compor o CEAS 2021/2023. O Conselho Estadual de Assistência Social de  
1121 Minas Gerais, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 13 da Lei Estadual nº 12.262,  
1122 de 23 de julho de 1996, e pelos artigos 2º e 42 do Regimento Interno do Conselho, e  
1123 considerando a deliberação de sua 265ª plenária Ordinária, realizada em 16 de julho de  
1124 2021. Resolve: Art. 1º a Coordenação do Processo Eleitoral da representação da  
1125 sociedade civil e dos Conselhos Municipais de Assistência Social para compor o Conselho  
1126 Estadual de Assistência Social gestão 2021/2023 será da seguinte comissão: a gente  
1127 colocaria o nome da Rosiane, Márcio Caldeira, Éleron e Márcio Evangelista. Art. 2º esta  
1128 Resolução entra em vigor na data de sua publicação. É isso. Aqui temos que mudar o  
1129 nome, porque a Patrícia está de licença, tem que colocar Mariana. **ANÉDIA,**  
1130 **FMUSUAS/BH:** Vai mudar a data também? A data está de 16. **DANIEL - CEAS:** Vai mudar  
1131 a data também, dona Anédia. Vai sim. **PRESIDENTE:** Dona Anédia está atenta, muito bem.  
1132 **DANIEL - CEAS:** Mariana, outra coisa: você quer que eu coloque presidente interina ou  
1133 presidente só? Ou vice-presidente. **PRESIDENTE:** É presidente interina, porque é só na  
1134 ausência da Patrícia. **DANIEL - CEAS:** Está no drive já. **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel.  
1135 Com essa resolução também aprovada e comissão construída. Tem um ruído muito  
1136 grande... **DANIEL - CEAS:** Mariana, já estamos avançados na nossa pauta, podemos  
1137 puxar da parte da tarde para já discutir agora de manhã, se os conselheiros e conselheiras  
1138 assim quiserem. **PRESIDENTE:** Deixa eu fazer uma pergunta: quantas comissões tem  
1139 pauta para apresentar? Eu sei que a Comissão de Normas tem, porque eu sou da  
1140 Comissão de Normas. E eu ia fazer uma sugestão aqui, de subirmos o ponto de pauta da  
1141 resposta da CGE, porque agora são 11h10, 11h15. Já iniciamos essa discussão agora de  
1142 manhã, eu acredito que a gente consiga discutir esse ponto até o 12h00. A minha sugestão  
1143 seria, porque a gente já iniciou esse debate e conclui-lo agora de manhã, se for possível,  
1144 porque seria apresentação da resposta que o grupo elaborou para a CGE. A outra pergunta  
1145 seria quantas pautas das comissões que temos e se as pautas das comissões estão  
1146 extensas também. Mas, enfim, é isso. Pergunto também se esse GT dessa resposta da

1147 CGE poderia apresentar, e se a plenária concorda de subir esse ponto de pauta? **DANIEL -**  
1148 **CEAS:** Quem ficou responsável pela apresentação foi o Conselheiro Elder e, salvo engano,  
1149 ele está aqui com a gente. **ELDER, SEDESE:** Estou aqui. **DANIEL - CEAS:** Bom dia, Elder.  
1150 **ELDER, SEDESE:** Bom dia. **DANIEL - CEAS:** Cabe ao Elder decidir. **ELDER, SEDESE:**  
1151 Podemos apresentar agora, sim. Eu vou entrar no computador. **LUCAS, CONSELHO**  
1152 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Só uma questão de ordem, a Resolução já foi aprovada?  
1153 **PRESIDENTE:** A Resolução da Comissão Eleitoral? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
1154 **CURVELO/SSV:** É. **PRESIDENTE:** Ah, gente, desculpa, eu entendi que sim. Ninguém  
1155 manifestou, eu posso... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É porque eu  
1156 não vi você falando para poder manifestar. **PRESIDENTE:** Eu perguntei, é porque eu  
1157 perguntei: então esse ponto está discutido e encerrado, gente? Desculpa. **LUCAS,**  
1158 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu me acostumei com a Patrícia colocando  
1159 em aprovação. **PRESIDENTE:** E eu como ninguém manifestou, eu achei que estava tudo  
1160 certo. Gente, cumprindo formalidades. Consideramos a Resolução 739 que dispõe sobre a  
1161 composição da Comissão Responsável pela Coordenação do Processo Eleitoral da  
1162 representação da sociedade civil para compor o Conselho Estadual CEAS, gestão  
1163 2021/2023, consideramos a Resolução aprovada, ok? Por ausência de manifestação  
1164 contrária. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Queria só uma correção,  
1165 Mariana, na sua assinatura em baixo. O correto é vice-presidente em exercício.  
1166 **PRESIDENTE:** Ótimo. Obrigada também. **DANIEL - CEAS:** Anotado. Anotado, Lucas.  
1167 **PRESIDENTE:** Bom, então sobre subir um ponto e sobre o GT, acho que Elder tinha  
1168 começado a falar. Elder? **ELDER, SEDESE:** Oi. **PRESIDENTE:** O GT que elaborou a  
1169 resposta para a CGE, você pode apresentar o assunto e apresentar a resposta para  
1170 apreciação do plenário. **DANIEL - CEAS:** Eu sugeri para o Elder eu apresentar, então eu  
1171 vou demonstrar, o Elder vai me dando as orientações que eu vou te ajudando aqui. Só um  
1172 minutinho aqui. **ELDER, SEDESE:** Bom dia todas e todos. Só fazer uma contextualização  
1173 desse ponto de pauta, e ele é o seguinte: estamos fazendo um ofício para responder a  
1174 Controladoria Geral do Estado, por causa de um pedido de um jornalista que ele havia  
1175 entrado em contato com o CEAS e, de acordo com a Lei de Acesso à informação, ele havia  
1176 pedido o acesso a um processo sobre um Plano de Assistência Social que foi analisado e  
1177 aprovado pelo CEAS há muito tempo. Se não me engano, em 2005, tem a data certinha,  
1178 daqui a pouco eu falo para vocês. Essa Resolução tratava da análise que o CEAS fez de  
1179 um plano de Assistência Social que foi feito para subsidiar a decisão de se construir uma  
1180 usina hidrelétrica, a Usina Hidrelétrica de Barra de Braúna. Existe uma Legislação no  
1181 Estado, a Lei Estadual 12.812/1998, que ela diz que quando há a construção de grandes  
1182 empreendimentos, que eles vão causar uma série de impactos ambientais, financeiros e  
1183 também sociais a um grande número de famílias, o empreendedor precisa fazer um plano

1184 de assistência social que visa exatamente falar como vai ser o atendimento dessa famílias  
1185 que, muitas vezes, vão ser deslocadas de um determinado local, que vão ter suas casas  
1186 retirados daquele local, porque o empreendimento vai ser feito ali, então tem que ser  
1187 desenvolvido um plano de assistência social para falar como que vai ser o atendimento  
1188 dessas famílias, considerando que elas vão passar por umas séries de situações: de  
1189 rompimento de vínculos familiares e comunitários, que elas vão mudar de localidade, que  
1190 elas vão passar por uma série de situações. Toda vez que o empreendedor faz esse plano,  
1191 ele tem que submeter esse plano a análise e a aprovação do Conselho Estadual de  
1192 Assistência Social, que vai basicamente ler esse documento, vai discutir e vai decidir se  
1193 esse plano é satisfatório, se de fato vai atender as necessidades daquela população  
1194 atingida ou não. Lá em 2002, se eu não me engano, houve esse pedido, houve um plano  
1195 de construção de uma usina hidrelétrica, chamada da Barra de Braúnas, que ficava no  
1196 município, se não me engano, de Laranjal. E devido a essa legislação, a empresa teve que  
1197 fazer esse plano de Assistência Social, ele foi submetido para apreciação do CEAS, foi  
1198 aprovado e, depois que ele é aprovado, o Conselho também tem a atribuição de  
1199 acompanhar a implementação desse plano e a situação dessas famílias. Então esse foi o  
1200 contexto geral. Agora no início do ano, se eu não me engano, um jornalista solicitou acesso  
1201 a esse processo. Ele queria ver tanto o plano, com queria ver as Resoluções do CEAS,  
1202 como queria ver as documentações relativas ao monitoramento desse plano, e todas as  
1203 informações relativas a isso. Todas as documentações relativas a esse caso. Ele entrou, se  
1204 eu não me engano, pediu via Lei de Acesso à Informação, no portal de Transparência e  
1205 pediu acesso a esse processo. Qual é a questão? Esse processo é um processo que ainda  
1206 não está digitalizado, é um processo em papel. Juntando todos os documentos desse  
1207 processo, ele é um processo em papel que tem mais de aproximadamente 10 mil páginas.  
1208 Então disponibilizar esse processo para o jornalista seria algo extremamente trabalhoso e  
1209 difícil para o CEAS, considerando principalmente a situação da Secretaria Executiva, que  
1210 tem o número limitado de técnicos. Não temos muitos técnicos trabalhando na Secretaria  
1211 Executiva, infelizmente. E além disso, estamos em um ano de conferência, ou seja, a gente  
1212 pega os técnicos hoje e coloca eles para digitalizar todos esse processo, tomaria muito  
1213 tempo. Então temos esse problema para fazer essa disponibilização. Além disso, em vários  
1214 dos documentos que ele pediu, existem dados pessoais, dados com nome, endereço, as  
1215 vezes até documento das pessoas envolvidas, das famílias que foram envolvidas nesse  
1216 processo de criação da usina hidrelétrica, de mudança (áudio ruim) [02:23:04], de como  
1217 seria o tratamento. **PRESIDENTE:** Só um minuto. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
1218 **CURVELO/SSV:** Teve uma interferência. **PRESIDENTE:** Obrigada, é que deu uma  
1219 interferência. **ELDER, SEDESE:** Como seria esse tratamento. Sem problemas...  
1220 Tratamento desses dados identificados presentes nesses documentos, já que a Lei LGPD

1221 prevê, tem uma série de diretrizes que tem que ser seguidas para você disponibilizar  
1222 dados, em forma de documentos que tem informações pessoais. Então, a princípio parece  
1223 que o jornalista pediu acesso a essa documentação, o CEAS fez uma resposta, que se eu  
1224 não me engano respondeu com base nisso, nessa dificuldade, e ele recorreu dessa  
1225 resposta. Ele pediu novamente e recorreu, inclusive argumentando que a gente não estaria  
1226 seguindo essa Lei de Acesso à Informação, estaria cerceando o direito de ele ter acesso a  
1227 essas informações. Essa questão, esse recurso dele chegou na Controladoria Geral do  
1228 Estado, que por sua vez comunicou o CEAS, comunicou a Sedese querendo saber o que  
1229 teria acontecido, qual eram as dificuldades relacionadas a liberação dessa documentação.  
1230 Foi realizado uma reunião da Controladoria Geral do Estado com membros do CEAS – eu  
1231 não participei, na época – mas, então foram apresentados as dificuldades, as questões  
1232 relacionadas a disponibilização desse processo, e ficou combinado que a gente iria  
1233 responder a Controladoria Geral do Estado explicando quais são as nossas dificuldades  
1234 para liberar esse processo para acesso do jornalista. E, principalmente, o que a gente  
1235 consegue liberar agora, o que a gente consegue passar para ele, e o que não consegue. O  
1236 que a gente não consegue, quais são os nossos motivos, as nossas razões e as nossas  
1237 dificuldades para não liberar esse acesso. Essa resposta que eu vou passar para vocês  
1238 agora é justamente esse documento que fizemos para a CGE explicando toda essa  
1239 questão desse processo da hidrelétrica, o que conseguimos disponibilizar e o que não  
1240 conseguimos. É uma resposta muito grande, eu vou passar ela, mas assim... Não  
1241 rapidamente, mas não vou ler ela toda, mas só para vocês verem o que estamos  
1242 respondendo, para depois discutirmos e, se possível, pactuar a entrega dela. É um ofício, a  
1243 Controladoria nos mandou o ofício perguntando isso tudo, estamos respondendo por ofício.  
1244 Começamos por uma contextualização no item um, e falamos exatamente isso que eu falei  
1245 para vocês, fala que teve a construção dessa hidrelétrica de Barra de Braúnas, citamos  
1246 essa legislação que fala que o CEAS tem essa atribuição de avaliar esse plano de  
1247 Assistência Social que foi feito pelo empreendedor, colocamos até o artigo que fala que o  
1248 CEAS tem que fazer, que é o artigo 3º. Depois disso, continuamos na contextualização e  
1249 passamos a falar sobre como foi o processo da aprovação desse plano de Assistência  
1250 dentro do CEAS. Então o plano foi entregue ao CEAS em dezembro de 2002 e foi  
1251 aprovado por meio da Resolução 082/2005, em junho de 2005. Depois, a gente explica a  
1252 questão da usina, quais que foram os impactos. Essa usina, a implementação dessa usina  
1253 hidrelétrica impactou 156 imóveis, além de 62 ilhas na margem direita do Rio Pomba, na  
1254 região dos municípios dos Municípios de Leopoldina, Recreio e Laranjal, e um outro  
1255 município que está ali em cima, que passou muito rápido e eu não consegui ler.  
1256 Cataguases, desculpa. O plano foi entregue em 2022, aprovado em 2005 por essa  
1257 resolução 082. Lá em 2009, passados quatro anos dessa aprovação, chegaram no CEAS

1258 denúncias, pendências de 201 casos relacionados a essa questão da usina. Casos de  
1259 pessoas que entenderam que estavam ainda sendo prejudicadas com aquela  
1260 implementação, ou que o plano não estava sendo cumprido, ou que tinham sido atingidas e  
1261 não foram consideradas, coisas desse tipo. Devido ao conteúdo dessas denúncias, no dia  
1262 16 de março de 2011 – meu aniversário de 21 anos, há 10 anos atrás – foi realizado uma  
1263 plenária extraordinária do CEAS para discutir a situação dessa Barragem. Nessa plenária  
1264 extraordinária estavam presentes o Prefeito de Laranjal, representantes do Conselho  
1265 Municipal de Laranjal, representantes do empreendedor também, que criou a usina  
1266 hidrelétrica, para discutir como é que seriam os tratamentos desses 2021 casos, dessas  
1267 pendências. Durante o trabalho desse grupo, houve uma grande discussão sobre como  
1268 que seria feito esse tratamento desses casos, definiu-se em fazer um programa de  
1269 reativação econômica para atender as demandas dessa população que estava atingida,  
1270 com foco no cooperativismo para desenvolver a comunidades, fazer empreendimento  
1271 coletivos, que foi o encaminhamento dessa reunião. Esse programa de reativação  
1272 econômica, chamado de PRE. Esse PRE, para ser implementado, a empresa responsável  
1273 pela hidrelétrica que chama *Brookfield*, ela assinou um convênio com o núcleo de  
1274 assessoria nas comunidades atingidas por barragens, na NACAB, que era o núcleo que  
1275 defendia o interesse dessas famílias atingidas, e esse convênio garantiu que essa  
1276 empreendedora iria fazer uma série de projetos para auxiliar no desenvolvimento social das  
1277 famílias, para diminuir esses impactos que elas estavam sofrendo por causa dessa  
1278 hidrelétrica. Dentro desse projeto havia várias iniciativas que foram feitas, e na nossa  
1279 resposta até falamos que nos anos seguintes alguns representantes do CEAS visitaram  
1280 essas regiões, visitaram esses projetos, e esses projetos estavam até andando bem. Eles  
1281 estavam gerando renda para as famílias, se tornou até uma referência na região da Zona  
1282 da Mata. Também recebeu visitas de outros órgãos, como o Ministério Público, Vale,  
1283 Emater, Ministério da Pesca, Ministério do Meio Ambiente, então o que foi entendido,  
1284 naquela época, é que os projetos estavam andando, estavam sendo capazes de atender  
1285 essas demandas da população. Ok. Depois disso, a gente começa a discutir, de fato, quais  
1286 são as nossas dificuldades de disponibilizar esse processo para o jornalista. Qual que é o  
1287 nosso ponto? Nosso ponto é discutir exatamente que não estamos cerceando a liberdade  
1288 de ninguém de acessar aquela informação. Porém, a Lei de Acesso à informação já prevê  
1289 que se você, para disponibilizar uma informação vai gerar um trabalho muito grande, que  
1290 pode até atrapalhar a função principal daquele setor, você tem que conversar e verificar  
1291 quais são as possibilidades para vocês fazer a liberação dessas informações. Então a  
1292 gente fala do SEI – o Sistema de Eletrônico de Informações foi implantado no Estado a  
1293 partir de 2017, 2018, passando a ser obrigatório em 2019, e que toda a nossa tramitação  
1294 de documento ela passou a ser digital. Não temos mais documento em papel. Se você

1295 entrega o documento em papel do Estado, ele vai ser digitalizado e colocado no SEI para  
1296 responder. Porém, o problema é que este processo é anterior a instituição do SEI, então  
1297 esse processo não está no SEI. Ele não está facilmente visualizado, ele não está  
1298 facilmente disponibilizado, então ele é um processo em papel, é composto por uma série  
1299 de pastas e documentos, de ofícios, memorandos, coisas afins que não foram digitalizadas  
1300 ainda. E a gente começa a discutir que o processo de digitalização desse material, de  
1301 todos esses documentos, é um processo que ele iria causar grandes impactos na rotina de  
1302 trabalho da Secretaria Executiva do CEAS, e que ela não teria condições de parar todas as  
1303 suas atividades para que ela pudesse fazer essa digitalização de todos esses documentos.  
1304 Inclusive, até argumentamos que nós estamos no ano da 14ª Conferência Estadual de  
1305 Assistência Social, principalmente nesse período que estamos vivendo, um período de  
1306 emergência de saúde pública, de pandemia, é um período muito desafiador para fazermos  
1307 essas conferências, os municípios estão precisando de muitas orientações a respeito de  
1308 como vai ser feito essa conferência, então a equipe da Secretaria Executiva está  
1309 completamente tomada por essas atividades. A gente pega o art. 16 da Lei de Acesso à  
1310 Informação, que ela trata que não serão atendidos pedidos de acesso à informação que  
1311 exigem trabalho adicionais de análise, interpretação, consolidação de dados e informações,  
1312 ou serviços de produção a tratamentos de dados, que não sejam de competência de órgão  
1313 ou entidade. Então a gente utiliza dessa parte, como eu disse, o processo todo tem 9.095  
1314 folhas e a gente utiliza desse art. 16, esse inciso III, para argumentar nossa impossibilidade  
1315 de fazer a digitalização toda desse processo e a disponibilização para ele, Trazemos outras  
1316 legislações para embasar o nosso ponto e já vamos encaminhando para as nossas  
1317 respostas. E o que a gente diz, qual que é a nossa proposta? Nossa proposta é que vamos  
1318 disponibilizar para o jornalista os documentos que já estejam disponibilizados, que estejam  
1319 digitalizados, por exemplo, a ata, a resolução de aprovou o plano, esses documentos já  
1320 estão digitalizados. E que os demais documentos a gente não consegue digitalizar a tempo  
1321 e entregar e ele, devido aos impactos que vão ter no setor. Além disso, argumentamos  
1322 também que o jornalista pediu acesso a uma série de denúncias que foram feitas por causa  
1323 daqueles casos, daqueles 201 casos de pessoas que disseram que estavam sendo  
1324 afetadas pela usina hidrelétrica e que não tinham sido atendidas pelo plano de assistências  
1325 social. Sobre essas denúncias, a gente argumenta que essas denúncias foram  
1326 encaminhadas para o Ministério Público para apuração, elas contém dados pessoais e  
1327 essas denúncias, devido a LGPD, não podem ser disponibilizadas para eles, devido a  
1328 restrições legais que impedem que a gente disponibilize essas denúncias que ele está  
1329 pedindo. Falamos também que para que a gente pudesse disponibilizar todos esses  
1330 documentos, nós precisaríamos da anuência de cada pessoa que está sendo citada desses  
1331 documentos, que têm os dados lá apresentados. Então para manter o sigilo das pessoas,

1332 em respeito aos dados pessoais, a gente não pode fazer essa disponibilização. E depois  
1333 trazemos várias notas de auditoria e também legislações a respeito disso, para embasar da  
1334 nossa decisão, dessa impossibilidade de apresentar esses documentos com dados dessas  
1335 pessoas, tanto da LGPD, quanto de notas de auditoria, quanto de outros instrumentos  
1336 jurídicos legais e que nos dão respaldo para dar essa resposta. Isso são os trechos que  
1337 utilizamos para embasar a nossa resposta. Isso é a parte da disponibilização dos  
1338 documentos, eu já expliquei para vocês, falamos que vamos disponibilizar alguns  
1339 documentos que já estejam digitalizados, ou documentos que vamos digitalizar e que não  
1340 tem os dados pessoais das pessoas e tal. E, na conclusão, colocamos que algumas  
1341 informações contidas no processo do plano de Assistência Social da barragem, conforme  
1342 se extrai da nota de auditoria, estão submetidos a sigilos, independentemente da  
1343 classificação. Ou seja, existem partes desses documentos que tem sigilos, não podemos  
1344 liberar para o jornalista. E que o que podemos liberar, o que não vai causar nenhuma  
1345 ameaça ao sigilo de alguma pessoa, de algum dado pessoal, vamos fazer a  
1346 disponibilização, e que os demais documentos que ele pediu, que são vários, a gente não  
1347 conseguiria fazer a liberação devido as dificuldades para digitalizar tudo isso. Eu acho que  
1348 isso é o principal da resposta, não sei se eu esqueci de alguma coisa, caso Suzanne,  
1349 Marcela ou alguém lembra de alguma coisa que eu esqueci, pode falar. Mas, a resposta  
1350 ficou basicamente essa, eu acho que podemos discutir. **DANIEL - CEAS:** Só  
1351 complementando, Elder, lembrando também que o que vamos também disponibilizar no  
1352 grupo de trabalho – pelo que eu entendi, vocês podem me corrigir se eu estiver errado –  
1353 era que fosse notoriamente público, embasado por Resoluções ou Normativas, então atas,  
1354 ou plano. Então tudo que foi embasado por resolução, ou seja, que a gente já sabe que  
1355 tem algum normativa que já fala que tem alguma possibilidade de disponibilização, o  
1356 caminho seria basicamente esse mesmo. **ELDER, SEDESE:** Exatamente. **ANÉDIA,**  
1357 **FMUSUAS/BH:** Elder? **ELDER, SEDESE:** Oi? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu não sei se eu  
1358 me perdi, mas você falou a data, quando é que foi feito isso? Tem 20 anos, parece?  
1359 **ELDER, SEDESE:** Foi em 2002, tem 19 anos. Eles mandaram esse plano, em 2005 ele foi  
1360 aprovado. Agora um... **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Em 2016 foi mexido de novo. **ELDER,**  
1361 **SEDESE:** Isso, em 2011 vieram umas famílias que vieram falar que não estava sendo  
1362 cumprido o plano, aí o pessoal visitou, fizeram várias atividades para melhorar essa  
1363 situação, e agora esse jornalista pediu acesso a esse processo todo. Ele não mora no  
1364 Brasil, inclusive, uma coisa que eu esqueci de falar. A gente até chegou a responder que o  
1365 processo estaria na casa dos direitos humanos caso ele quisesse ver, e ele quer que  
1366 digitalize tudo, e estamos dando essa resposta, explicando a dificuldade de digitalizar 10 mil  
1367 páginas e mandar para ele. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Desculpa a minha ignorância, eu  
1368 estou entrando nisso agora, eu nunca participei de uma dessa. É o seguinte, com essa falta

1369 de água que nós temos, a hidro é com água, não é isso? **ELDER, SEDESE:** Isso. **ANÉDIA,**  
1370 **FMUSUAS/BH:** Não tem um meio de se fazer, esse meio de energia através de outra  
1371 coisa? A gente vê tanta coisa, aquelas que parece um monte de estrela, roda, rodando, um  
1372 monte de coisa moderna. Já estamos na modernidade, e por que continuar isso aí se está  
1373 previsto faltar água? Vai gastar um rio de dinheiro, vai tirar várias pessoas, vai ter uma  
1374 séria de impactos, não é? Não teria um jeito de ver isso e fazer uma coisa mais moderna?  
1375 Nós estamos na modernidade, olha aqui, nós conseguimos fazer essas conferências que  
1376 eu não entendia nada, e hoje eu já estou conseguindo falar. Eu ouvi atentamente tudo que  
1377 falou, tudo direitinho, fiquei pensando: nós não estamos atrasados nisso, não? Será que  
1378 nós não vamos fazer uma coisa que vai se gastar depois vai se perder. Tem 19 anos, 19  
1379 anos que isso está tramitando e quem está se interessando é exatamente um jornalista. Eu  
1380 vi o nome, é estrangeiro, não é? **ELDER, SEDESE:** Ele mora fora, não sei se ele é  
1381 estrangeiro, Dona Anédia. Talvez ele seja brasileiro mesmo, não sei. **ANÉDIA,**  
1382 **FMUSUAS/BH:** Talvez seja brasileiro, não sei, mas deve estar se vendo interesses, então  
1383 nós temos que olhar um pouco o nosso. Eu não sei explicar direito, vocês entenderam o  
1384 que eu pensei? **ELDER, SEDESE:** Sim. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu não sei se o que eu  
1385 falo aqui, eu ponho, vocês põem da escadinha, mas eu acho que já está há 19 anos. Está  
1386 um pouco ultrapassado, porque nós já estamos em uma outra era. **ELDER, SEDESE:** Até  
1387 para esclarecer dona Anédia, esse pedido dele, essa questão de hidrelétrica não é para  
1388 construir uma nova hidrelétrica, não. Isso já até aconteceu, isso foi lá em 2005. Ele só quer  
1389 acesso ao processo mesmo, a informação especificamente, e também não tem a ver com  
1390 alguma denúncia que apareceu agora, pelo que eu entendi. Foi um pedido que ele fez,  
1391 então de 2011 até agora a situação dessa hidrelétrica ficou na mesma, teve os projetos.  
1392 Não é um pedido de nada novo, da empresa não. Ele quer ter acesso a esse processo, ele  
1393 quer ler, quer saber o que aconteceu. Com certeza, quando você faz um hidrelétrica são  
1394 várias famílias que você tira de um lugar, que elas já estão acostumadas. **ANÉDIA,**  
1395 **FMUSUAS/BH:** Sim. **ELDER, SEDESE:** Você pede, e não é só mudar, as vezes vai dar  
1396 outra casa, mas as vezes a pessoa já mora lá, já tem identificação com a vizinhança, com  
1397 as outras pessoas, ela sai. Ela é obrigada a sair desse local, deixar tudo lá e morar em um  
1398 lugar que não tem nada a ver com ela, com a cultura dela. Realmente é muito agressivo.  
1399 Hoje temos um monte de outras energias que não geram esse impacto tão terrível.  
1400 **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Exato. Então, gente, eu deixo para vocês que entendem melhor.  
1401 Eu só queria dar esse meu ponto de vista, pelo que eu vi, o que eu entendo, o que a gente  
1402 vê nas reportagens. Está antenada, não é? Mas eu deixo para vocês, eu acho que é uma  
1403 coisa que tem que ser muito bem pensada, qual é o interesse dele nisso, nós temos que  
1404 ver isso bem direitinho, bem de perto. Obrigada, Elder. **ELDER, SEDESE:** De nada.  
1405 **DANIEL - CEAS:** Suzanne está pedindo para falar, Mariana. **PRESIDENTE:** Sim, Suzanne.

1406 **SUZANNE, SEDESE:** Dona Anédia muito sensata, eu concordo demais. Só tem umas  
1407 coisas que fomos fazendo pequenas conclusões nesse arquivo – eu só queria resumir elas,  
1408 porque o jornalista faz algumas perguntas, ele fez quatro perguntas, quatro pedidos. O  
1409 primeiro deles, ele falando que ele quer acesso a todos os documentos que têm a ver com  
1410 essa usina hidrelétrica, e a nossa resposta foi já dizendo que não temos condições. A  
1411 gente não vai dar acesso a ele a todos os documentos, primeiro porque tem denúncias,  
1412 então não vamos divulgar esses dados pessoais, esses documentos de denúncias, e o  
1413 outro motivo é que alguns documentos não estão digitalizados e que, no momento, não tem  
1414 condição de digitalizar. Então a primeira resposta foi: não temos condição de dar acesso a  
1415 todos os documentos por esses dois motivos. A segunda e a terceira questão dele: acesso  
1416 aos documentos relacionados a fiscalização do plano de reativação, e de novo acesso as  
1417 denúncias. Já colocamos também que as denúncias, a gente já responde que não vai dar  
1418 disponibilidade, não vai disponibilizar. E a outra questão é que esse acordo que foi feito  
1419 entre a empresa, esse termo de compromisso, o CEAS não tem esse documento  
1420 digitalizado, que a questão é assim, não temos condições de digitalizar e analisar. Nem é  
1421 só digitalizar e enviar para ele, depois da digitalização a gente ainda ia ter que analisar e a  
1422 CEAS não tem condição de fazer isso. E o último foi em relação, o jornalista pede acesso a  
1423 comunicação entre o CEAS e essa empresa, essa comunicação por *e-mail*, entre os *e-*  
1424 *mails* que o CEAS trocou com essa empresa. E, de novo, coloca que a questão do  
1425 trabalho, que o Elder falou que foi um dos argumentos principais. Que analisar esses *e-*  
1426 *mails* e ver o que pode disponibilizar é um trabalho que o CEAS não tem condição de fazer,  
1427 por causa das competências e por causa que demandaria esse trabalho adicional da  
1428 equipe, comprometendo outras atividades que o CEAS está fazendo esse ano. Acho que é  
1429 isso. **PRESIDENTE:** Obrigada. Eu acho que o relatório ficou muito completo, o relatório do  
1430 grupo situou as informações, inclusive isso o que a Dona Anédia traz, o fato disso ser uma  
1431 coisa muito antiga. Isso é um processo que já aconteceu, que já estava arquivado. Eu acho  
1432 que não está claro qual o interesse dessa pessoa em ter acesso a essa documentação  
1433 toda, mas é para a gente estranhar também, porque depois de tanto tempo, o que tem por  
1434 trás disso. Na verdade, a gente não consegue identificar. Mas, então parabéns pelo grupo  
1435 de trabalho, conseguiu em tão pouco tempo elaborar esse documento junto com a  
1436 Secretaria Executiva para a gente conseguir responder. E fica essa questão ainda,  
1437 estamos dando uma resposta, mas sabendo que ainda tem uma questão que ainda não  
1438 tem definição. Temos sim que digitalizar os processos. A Secretaria Executiva, inclusive já  
1439 iniciou esse trabalho de digitalização dos documentos e dos arquivos dos CEAS. Não é um  
1440 trabalho simples, vai demorar, estamos fazendo isso dentro das nossas condições de  
1441 trabalho, com pessoas ajudando na Cidade Administrativa, com a Secretaria Executiva  
1442 coordenando e acompanhando isso de perto. Bom, acho que é isso. Mais alguém quer se

1443 inscrever? Esclarecer? Mais alguém que participou do grupo de trabalho, podemos aprovar  
1444 essa resposta? Pergunto também: a gente aprova essa resposta, sabendo que esse  
1445 assunto não acabou. Essa discussão irá permanecer. **DANIEL - CEAS:** Depois da  
1446 aprovação a Jéssica pediu um ponto de fala. **SUZANNE, SEDESE:** Daniel, alguns  
1447 conselheiros – a Francielly, principalmente – está pedindo para mandar esse documento lá  
1448 no grupo, eu acho que os conselheiros vão ficar mais seguros vendo o documento para  
1449 fazer a votação. **DANIEL - CEAS:** Claro, com certeza. Vamos mandar, sim Suzanne. Só  
1450 vamos tirar aqui só, Elder, que a gente tinha feito alguns comentários no meio do  
1451 documento. **ELDER, SEDESE:** Estou mandando. Vou mandar agora. **DANIEL - CEAS:** O  
1452 Elder está mandando. Perfeito. **PRESIDENTE:** Jéssica que pediu a palavra, pode abrir o  
1453 microfone Jéssica. **JÉSSICA, MNPR:** Gente, eu fiquei com uma angústia, até mesmo  
1454 estrando essa leitura, é um processo de 2012, que as coisas caminham, mas param sem  
1455 uma resolução e sem dar um encaminhamento. Eu trouxe alguns pontos de pautas, os  
1456 quais eu vejo que com as reuniões não dão continuidade, acabam se perdendo, sabe? E  
1457 fico muito preocupada com diversas situações que tem acontecido dentro do Serviço  
1458 Social. Eu, hoje, como estudante de serviço social, como usuária também, desde que nasci  
1459 do sistema. E estou trazendo esse ponto de pauta em questão dos interiores, sabe?  
1460 Resumindo um pouco o que eu quero falar para ir entrando do assunto. Eu sou  
1461 representante do Movimento Nacional da População em situação de rua. O que eu  
1462 percebo, e eu quero trazer essa provocação dentro do conselho, também por eu saber que  
1463 tem diversos e diversos trabalhadores de Cras, trabalhadores de Creas, é o seguinte, hoje  
1464 eu voltei para o interior e a gente chega no serviço social dentro do Cras e não existe alta  
1465 complexidade no interior. São pouquíssimas cidades do interior que existe Creas. na minha  
1466 cidade não existe Creas, eu tenho que, por exemplo, ir para Sete Lagoas. Então quando  
1467 chega uma pessoa em total vulnerabilidade social, a base do Cras, ela não tem uma...  
1468 Como eu posso usar o termo... Ela não tem uma competência – vou usar essa palavra  
1469 mesmo – uma competência para lidar com a vulnerabilidade social. Por exemplo, nós  
1470 estamos em um momento de pandemia, aqui na nossa cidade já está vacinando 27 anos. A  
1471 maioria dos trabalhadores do Suas, varia de 25 anos até aposentar, ou seja, dá para dizer  
1472 que quase metade dos profissionais vacinados. Eles ainda estão atendendo vocês na rua.  
1473 Sabe o que é alguém atender você no passeio? Eu estive lá ontem, estive lá hoje. Eu amo  
1474 Cras, vivo dentro dos Cras. E estou trazendo mesmo a provocação para dentro do  
1475 Conselho, eu acho que como representante dos usuários, eu tenho que trazer para cá,  
1476 porque é a nível estadual. Isso não acontece só na minha cidade, isso acontece  
1477 Paraopeba, Sete Lagoas, Curvelo, Cordisburgo. Em diversas cidades de interiores, então  
1478 temos de pensar. Eu estou trazendo essa provocação para vocês, até mesmo para  
1479 pensarmos em como solucionar mesmo. É solucionar. Por que tem a quantidade de

1480 morador em situação de rua em Belo Horizonte? Um dos motivos é esse, não é outro. Um  
1481 dos motivos, começa na ponta. E outra coisa, eu queria que se vocês pudessem colocar  
1482 aquele texto na questão da vacinação na tela, eu vou mostrar para vocês um negócio que  
1483 foi escrito. Se a gente não pensa na concepção da escrita, acontece o que está  
1484 acontecendo aqui, porque deixa furos. Uma das consequências de as vulnerabilidades  
1485 aumentarem são os furos até mesmo da escrita, porque o profissional fica preso dentro  
1486 daquela resolução escrita no atendimento, sabe? E muitas vezes prejudica os usuários.  
1487 Vocês estão me entendendo, gente? Eu acho que estou falando demais, não sei se vocês  
1488 estão conseguindo compreender. Está, Mariana? **PRESIDENTE:** Jéssica, sim. Não,  
1489 compreendi sim, com certeza. Só fazer um esclarecimento também a título de informação,  
1490 esclarecimento de todo mundo. Esse processo que o Elder, a Suzanne, a gente discutiu  
1491 hoje mais cedo, o Lucas, o Silvestre, que teve essa comissão, que fala desse processo da  
1492 Barragem de Braúna, ele aconteceu em 2002, de 2022. **JÉSSICA, MNPR:** Não, Mariana.  
1493 Não estou falando da Barragem, não. **PRESIDENTE:** Eu entendi, é só para situar, é porque  
1494 ele não é uma questão que está em aberto no CEAS há 20 anos. É isso que eu quero  
1495 pontuar, é que você iniciou sua fala, falando assim: “as coisas sempre demoram muito  
1496 tempo para resolver”. Esse processo já estava concluído no CEAS, o que motivou a  
1497 abertura, a reabertura, e a retomada da discussão, é o fato de um jornalista, que está no  
1498 exterior, ter solicitado acesso ao processo. É um processo antigo, arquivado no CEAS e  
1499 por isso que motivou todas as discussões de acesso ou não ao processo, dados sigilosos,  
1500 enfim. É só para esclarecer isso, para ficar bem claro para todo mundo. Estamos falando  
1501 de um processo que foi arquivado, e quase 10 anos que esse processo não era mexido, ele  
1502 teve que ser reaberto, então esse é um ponto. O outro ponto... **JÉSSICA, MNPR:** Mas não  
1503 conclui para as vítimas, e usuários como várias pessoas citaram. A minha angústia não é  
1504 sobre o trabalho do CEAS. **PRESIDENTE:** Entendi. **JÉSSICA, MNPR:** A minha angústia é  
1505 tanto da palavra falada, como a palavra escrita, que muitos dos profissionais estão sendo...  
1506 Eu estou falando assim, tanto os profissionais, como as pessoas de vulnerabilidade se  
1507 pegam dentro das leis. As leis violam os direitos que seriam para garantir o direito, sabe?  
1508 Essa questão que estou trazendo do Creas, das vulnerabilidades, principalmente das  
1509 pequenas cidades, é por isso. É o que estou falando: não tem um órgão de fiscalização  
1510 para saber como está o atendimento nesses lugares. Eu estou trazendo uma queixa, até  
1511 mesmo como o fato de um dia de luta, porque ontem foi um dia de luta, e na reunião do  
1512 Movimento a gente conversou e foi pedido muito para eu trazer essa pauta, para tentarmos  
1513 construir junto com vocês, com a quantidade de profissionais do Serviço Social que tem  
1514 Conselho Estadual, é o melhor lugar para se falar sobre isso. Porque a gente precisa  
1515 pensar como diminuir. Também não é só, por exemplo, a rede do SUS e a rede do Suas,  
1516 (trecho incompreensível) [02:54:45], é uma união, mas infelizmente está solto. Sabe,

1517 Mariana? Quando eu trago essa situação é tentando mesmo falar e fazer com que vocês  
1518 comecem a... Não sei, pensar junto. Eu sei que tem um monte, a maioria que está no grupo  
1519 eu tenho certeza de que é Assistente Social, tem advogado, tem pessoas de total potencial  
1520 para estar pensando e construindo. Não é desconstruir, não, porque é uma potência. Os  
1521 Cras da cidade interior são uma potência, só falta potencializar o que já está pronto, sabe?  
1522 Como fazer isso? Então eu acho que esse era a minha angústia mesmo, que eu estou  
1523 trazendo, que acaba aumentando o tempo da pessoa de situação de rua por falta de  
1524 acesso. Aqui na minha cidade, quem atende o morador de rua é a polícia. Não é o serviço  
1525 social, não. É a polícia, põe para andar, sabe? É a polícia mesmo. E não dá mais para ficar  
1526 vendo isso e não falar, entendeu? Estamos no espaço para poder pedir, eu estou aqui  
1527 pedindo apoio e a ajuda de vocês. Não é para mim, não, é para todos os companheiros  
1528 que estão passando por essa situação. Obrigada, gente. **PRESIDENTE:** Nós que  
1529 agradecemos, Jéssica. **JÉSSICA, MNPR:** Agora, em questão da vacina, volta lá no texto,  
1530 que eu quero só te mostrar um negócio que está escrito lá. Que eu tenho certeza de que só  
1531 um “o” faz uma diferença danada para a questão da vacinação. **PRESIDENTE:** Me deixa  
1532 só... Vamos fazer o seguinte, Jéssica, eu também agradeço a sua participação. O CEAS é  
1533 um momento mesmo de trazermos essas questões, é uma organização política, de espaço  
1534 e de debate político de todos os nossos problemas, especialmente da Assistência Social.  
1535 **PRESIDENTE:** Oi? Tem um microfone aberto. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
1536 **CURVELO/SSV:** É o do Márcio. **PRESIDENTE:** Márcio,3 o seu microfone está aberto. A  
1537 Secretaria Executiva consegue controlar o microfone? Obrigada. Jéssica, o CEAS é um  
1538 espaço, um lugar de você trazer isso, sim, de debater essas questões. Eu só peço assim,  
1539 por questão de ordem, para terminarmos uma pauta para passar para outra. É só para  
1540 concluirmos os assuntos, porque também tem que ter essas decisões no âmbito do  
1541 Conselho. Eu vou pedir, antes de voltar na pauta da vacinação, para encerrarmos essa  
1542 questão da resposta que precisamos dar para CGE sobre o caso da Barragem de Braúnas.  
1543 Eu vou perguntar a plenária se tem alguma coisa para acrescentar, se o assunto já foi  
1544 exaurido, se todas as dúvidas aqui foram esclarecidas? E se podemos concluir a resposta  
1545 e aprova a minuta de resposta feita pelo Grupo de Trabalho. Márcio, você está entre nós?  
1546 Ele está com dificuldade. **DANIEL - CEAS:** Ele botou de acordo. **PRESIDENTE:** Obrigada,  
1547 Márcio. Alguém mais quer se manifestar sobre esse ponto de pauta? Eu posso dar como  
1548 aprovado essa resposta? Então considerando que não tem manifestação contrária, eu vou  
1549 considerar como aprovada a resposta do GT para a CGE. Ok? Obrigada. Agora, então eu  
1550 peço ao Daniel para voltar a pauta na tela, para a gente verificar o que a Jéssica solicitou  
1551 sobre o ponto de pauta de vacinação. **DANIEL - CEAS:** Claro, só um minutinho. **JÉSSICA,**  
1552 **MNPR:** Aqui, gente, onde está escrito trabalhadores do Suas no Plano de Vacinação e  
1553 firmar o termo de prioridade, ou de compromisso. Não tem que ser ou de compromisso, é

1554 de total compromisso mesmo. E não acho que tem que ser anual, eu acho que tem que  
1555 colocar a palavra em qualquer situação de pandemia ou de virose. Deixando claro, sabe?  
1556 **PRESIDENTE:** Ok. Estou até relendo. **JÉSSICA, MNPR:** Só acrescentar, porque  
1557 infelizmente, se não coloca, quando for falar a gente acaba se perdendo no que foi  
1558 discutido, entendeu? **PRESIDENTE:** Daniel. **JÉSSICA, MNPR:** Pelo que a gente havia  
1559 conversado, esse “ou” que não estava legal. Obrigada. **PRESIDENTE:** Inclusão dos  
1560 trabalhadores do Suas, no plano... Aí eu não sei se o nome correto é plano ou cronograma  
1561 anual de vacinação... Como grupo prioritário. **JÉSSICA, MNPR:** Sim, só tira o “ou”, que  
1562 aquele “ou” ficou estranho. Obrigada e desculpa viu, gente? **PRESIDENTE:** Imagina, a  
1563 gente agradece a participação. É importante isso tudo que você está trazendo. **DANIEL -**  
1564 **CEAS:** Sem problemas. O que acontece, Mariana, é que o plano, pelo que o Secretário nos  
1565 respondeu, é nacional. Alguns Estados até tem os planos estaduais, isso facilita muito, mas  
1566 parece que o nosso, salvo engano, é nacional e por isso tem aquilo que eu te falei, que ele  
1567 falou assim: “Olha, estamos aguardando ainda a resposta do Ministério da Saúde”. Mas,  
1568 Jéssica, já foi alterado aqui também. Está bom? **PRESIDENTE:** Daniel. **JÉSSICA, MNPR:**  
1569 Eu só consigo, eu brigo demais lá por causa de vocês também. **PRESIDENTE:** Daniel,  
1570 depois da palavra vacinação, “anual de vacinação, como grupo prioritário”. Eu acho  
1571 importante acrescentar, já que a gente voltou nesse. **DANIEL - CEAS:** Prontinho. **ANA,**  
1572 **CMAS JUIZ DE FORA:** Presidente, me permite uma intervenção por questão de ordem, já  
1573 que eu sou Conselheira de Saúde. Não é cronograma, não, é Plano Nacional de  
1574 Vacinação, por favor. **PRESIDENTE:** Obrigada. Pode corrigir, Plano Nacional de  
1575 Vacinação. **DANIEL - CEAS:** Eu já corrigi é que está tendo um delay de vez em quando.  
1576 **PRESIDENTE:** Para mim até sumiu, eu estou vendo só uma parte, mas está certo então,  
1577 eu acho que ficou esclarecido. Bom, gente, então está dando 12h00. A gente conseguiu  
1578 adiantar um ponto de pauta... Agora a gente faz a pausa para o almoço, retornando as  
1579 13h00. Agora é 12h03, e eu peço que vocês retornem as 13h00 em ponto. Sempre tem  
1580 aqueles cinco minutinhos de atraso para conseguirmos retomar a reunião no máximo as  
1581 13h10 para cumprir a pauta da tarde. Na pauta da tarde nós temos a apresentação das  
1582 deliberações e encaminhamento das Comissões Temáticas. Depois nós temos discussões  
1583 acerca da Realização da Conferência Estadual. Temos ainda uma recomposição de um  
1584 grupo de trabalho sobre Regimento Interno e informes da Assembleia Legislativa. E um  
1585 ponto que estava previsto para tarde, nós conseguimos vencer ele agora na manhã.  
1586 Estamos de acordo? Retorno as 13h05 com tolerância de 5 minutos para retomarmos as  
1587 13h10 no máximo. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Presidente, por um acaso vai ser esse  
1588 mesmo *link*? Porque eu sou nova. **PRESIDENTE:** Sim. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Vai  
1589 ser nesse mesmo *link*? **DANIEL - CEAS:** Isso. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Eu posso  
1590 entrar no mesmo *link*. **PRESIDENTE:** Isso. **DANIEL - CEAS:** Isso mesmo, Ana, inclusive

1591 eu vou deixar um dos meus... Eu entrei com dois usuários, eu vou deixar um deles ligado,  
1592 qualquer coisa vocês podem continuar escrevendo que a Secretaria Executiva vai continuar  
1593 auxiliando no que vocês precisarem. Está aqui para servir mesmo. **ANA, CMAS JUIZ DE**  
1594 **FORA:** Que bom. Obrigada. Obrigada, bom almoço e até daqui a pouco. **JÉSSICA, MNPR:**  
1595 Até daqui a pouco, gente. Bom almoço. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Bom almoço para  
1596 todos também. **PRESIDENTE:** Todos almoçados? Descansados para retomarmos? Está  
1597 faltando muita gente? Deixa eu dar uma olhada aqui. Os presidentes de comissões já estão  
1598 presentes? Já temos *quórum*? Secretaria Executiva, pode me dar um retorno? E os  
1599 presidentes de comissão também podem abrir o microfone e falar no *chat*, os que já estão  
1600 presentes, porque a nossa pauta da tarde vai ser retomada com apresentação dos  
1601 encaminhamentos das comissões temáticas. **JEANE - CEAS:** O Élder já está entrando,  
1602 Mariana. Ele respondeu aqui. **PRESIDENTE:** Obrigada. **ELDER, SEDESE:** Olá. Acabei de  
1603 entrar. **PRESIDENTE:** Essa voz foi da Jeane? **JEANE - CEAS:** Isso. **ELDER, SEDESE:**  
1604 Estou terminando de almoçar. **PRESIDENTE:** Tudo bem, Élder. A gente está  
1605 contabilizando aqui se já temos *quórum*. Tudo bem, Jeane? Como é que você está  
1606 passando? **JEANE - CEAS:** Eu estou de repouso, mas está tudo bem. **PRESIDENTE:** Que  
1607 bom! **JEANE - CEAS:** Tudo bem, graças a Deus! **PRESIDENTE:** Fica bem quietinha.  
1608 **JEANE - CEAS:** Pode deixar. **PAULA - CEAS:** Mariana, seria bom se eles mesmos se  
1609 manifestassem pelo *chat*, porque o registro fica desde a manhã, então não sabemos se a  
1610 pessoa está fisicamente ou não. Só registro no *chat*. **PRESIDENTE:** Deixa eu perguntar, as  
1611 comissões que se reuniram ontem, comissão de normas, de orçamento, a comissão de  
1612 políticas, conseguiu reunir? Porque o Cristiano está de férias e o Élerson também.  
1613 **DANIEL- CEAS:** Não conseguiu, Mariana. **PRESIDENTE:** E a comissão de apoio aos  
1614 conselhos? **PAULA - CEAS:** Reuniu com um *quórum* mínimo também, mas conseguimos  
1615 reunir, sim. Nossa pauta está bem simples, mas tivemos a reunião. **PRESIDENTE:** E quem  
1616 é o presidente da comissão de apoio, Paula? **PAULA - CEAS:** O coordenador é o Sávio.  
1617 Eu sei que ele está aí, mas ele deu uma saída e o ícone continuou presente, então eu não  
1618 sei se ele está. Eu mandei aqui pelo *WhatsApp*, mas ele não me respondeu.  
1619 **PRESIDENTE:** Sávio, você já está presente entre nós? Deixa eu olhar aqui pelos nomes.  
1620 **MARINETE, COGEMAS:** Boa tarde, gente. **PRESIDENTE:** Oi, Marinete, já ia perguntar.  
1621 Cogemas, Ivone. Ivone, eu vi que ela entrou rapidamente na manhã, mas acho que não  
1622 conseguiu ficar a reunião toda? **MARINETE, COGEMAS:** Ela estava fazendo a palestra na  
1623 Conferência Municipal de Matozinhos. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Ela falou. Presencial, não  
1624 é? **MARINETE, COGEMAS:** Isso. Foi presencial. **PAULA - CEAS:** O Sávio não está. O  
1625 ícone dele está aqui, mas ele não manifesta. **PRESIDENTE:** Lucas, Márcio, estão  
1626 presentes? Eu estou chamando nominalmente para saber se temos *quórum* para retomar a  
1627 reunião da tarde. Lucas, Márcio? Representantes governamentais, eu estou vendo o

1628 Vinicius, suplente do Silvestre. **PRESIDENTE:** Representante da Saúde, Lígia. Lígia está  
1629 presente? Da Secretaria de Educação, está presente? **LÍGIA, SES/MG:** Boa tarde, gente.  
1630 Estou aqui. Secretaria de Saúde. **PRESIDENTE:** Boa tarde, Lígia. **POLIANA, SES/MG:**  
1631 Boa tarde, Secretaria de Educação, presente. **PRESIDENTE:** Boa tarde, Poliana. Ana  
1632 Maria que tomou posse hoje está conosco? **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Presente.  
1633 **PRESIDENTE:** Stella, da Seapa, está conosco? **STELLA, SEAPA:** Presente, Mari.  
1634 **PRESIDENTE:** Boa tarde. Tudo bom? Obrigada. Nilson, boa tarde, Nilson. **NILSON,**  
1635 **IDENE:** Olá, boa tarde. Boa tarde a todos. **PRESIDENTE:** Boa tarde, Nilson. Muito prazer.  
1636 Eu sou a Mariana, Subsecretária de Assistência Social. Estou presidindo esta reunião hoje.  
1637 **NILSON, IDENE:** Muito prazer. **PRESIDENTE:** Temos *quórum* para retomar os trabalhos?  
1638 Secretaria Executiva consegue me posicionar agora? Parece que sim, pela chamada aqui.  
1639 A Francielly retornou? Francielly e Jessica estavam conosco hoje de manhã também.  
1640 Gabriela? **PAULA - CEAS:** Parece que a Francielly e a Gabriela não chegaram ainda.  
1641 **DANIEL- CEAS:** Isso. **PRESIDENTE:** Vocês conseguem contar quantos conselheiros, em  
1642 condição de titularidade, para retomarmos a reunião? **PAULA - CEAS:** Carla está  
1643 presente? Daniel, ela continua em espera. Ela está aí na sala? Carla está presente?  
1644 **DANIEL- CEAS:** Pois é, quando está em espera, eu não sei, deixa eu ver aqui. **PAULA -**  
1645 **CEAS:** Ela que saiu ou (trecho incompreensível) [00:09:11] não sei também. **DANIEL-**  
1646 **CEAS:** Sim, é porque... **VINÍCIUS, SEF/MG:** Geralmente, a pessoa está em outra reunião  
1647 no *Teams*, (trecho incompreensível) [00:09:20]. **DANIEL- CEAS:** Isso. Porque quando vem  
1648 aqui para aceitar, eu aceito tudo, então, às vezes, é exatamente isso. **PAULA - CEAS:** A  
1649 Carla não está conosco. **ROSA - CEAS:** Nós temos dez conselheiros, porém a Francielly  
1650 entra e parece que toda hora cai a *Internet* dela. **DANIEL- CEAS:** Mas ela entrou de novo  
1651 agora. **ROSA - CEAS:** Entrou? Porque na hora que eu estava contando, eu contei e depois  
1652 ela sumiu. Ela sumiu. Aqui, para mim, ela não está aparecendo ainda, não. **MARINETE,**  
1653 **COGEMAS:** Para mim, também não. **ROSA - CEAS:** Ela apareceu e depois sumiu.  
1654 **PRESIDENTE:** Nós temos 10 conselheiros em condição de titularidade (trecho  
1655 incompreensível) [00:10:06]. **ROSA - CEAS:** Eu contei com a Fran. **PRESIDENTE:** Nós  
1656 precisamos de 11? Vocês podem fazer uma chamada de quem estava para entrar, Rosa?  
1657 Quem estava de manhã: o Márcio, o Sávio, a Gabriela? **ROSA - CEAS:** Eu vou chamar as  
1658 pessoas que estavam de manhã para ver se elas retornaram. Dona Anédia? **ANÉDIA,**  
1659 **FMUSUAS/BH:** Presente. **ROSA - CEAS:** Francielly? **DANIEL- CEAS:** Ela entrou, mas  
1660 saiu, Rosa. **ROSA - CEAS:** Carla, da Fasemig? **DANIEL- CEAS:** Está em espera. **CARLA,**  
1661 **FASEMIG:** Presente. **ROSA - CEAS:** Jéssica? Isaura? Márcio Caldeira? Laureci? Lucas?  
1662 **DANIEL- CEAS:** Lucas está presente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
1663 **CURVELO/SSV:** Aqui. **ROSA - CEAS:** O Lucas está presente? Eu não ouvi. **LUCAS,**  
1664 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Sim. **ROSA - CEAS:** Natália? Alison?

1665 **DANIEL- CEAS:** A Francielly entrou de novo, conta aí, por favor. **ROSA - CEAS:** Quem?  
1666 **DANIEL- CEAS:** A Francielly entrou de novo. **ROSA - CEAS:** A Francielly já entrou. Ana  
1667 Maria? **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Presente. **DANIEL- CEAS:** Está presente. Pode  
1668 contar com ela, por favor. **ROSA - CEAS:** Mariana? Élder? **MARIANA:** Presente. **ROSA -**  
1669 **CEAS:** Sávio? **ELDER, SEDESE:** Estou aqui. **ROSA - CEAS:** O Sávio está presente?  
1670 Lígia? **LÍGIA, SES/MG:** Presente. **ROSA - CEAS:** A Ivone, ela conseguiu voltar? **DANIEL-**  
1671 **CEAS:** Eu não estou vendo ela aqui, não. **PRESIDENTE:** A Marinete está presente. **ROSA**  
1672 **- CEAS:** Marinete. **MARINETE, COGEMAS:** Presente. **ROSA - CEAS:** Silvestre? Vinícius?  
1673 **PRESIDENTE:** Vinícius está presente. **ROSA - CEAS:** E o Silvestre? **VINÍCIUS, SEF/MG:**  
1674 Presente. **ROSA - CEAS:** Silvestre não, não é? E a Stella? Esses que estavam presentes  
1675 de manhã e a Suzanne. **DANIEL- CEAS:** Quantos foram, Rosa? Você contou? Quantas  
1676 pessoas são, Rosa? A gente precisa de maioria simples. **ROSA - CEAS:** Só um minutinho.  
1677 A Isaura está ou não está? Eu não entendi na hora que eu perguntei. **PAULA - CEAS:**  
1678 Agora não. Não estou vendo ela aqui, não. **DANIEL- CEAS:** Não. **PAULA - CEAS:** Só de  
1679 manhã. Acho que ela não voltou, mas ela cai com muita frequência também. A *Internet* dela  
1680 é problemática. **DANIEL- CEAS:** Conta sem ela, por enquanto. **ROSA - CEAS:** Nove, dez,  
1681 doze com a Marinete, e treze com o Vinícius. Já temos *quórum*, sim. **DANIEL- CEAS:**  
1682 *Quórum* simples, já. Sim. Obrigado, Rosa. **PRESIDENTE:** Ok, gente. Obrigada.  
1683 Retornando à plenária nesta tarde de hoje, dando continuidade à pauta. A primeira pauta  
1684 da tarde é o retorno dos encaminhamentos das comissões temáticas que se reuniram  
1685 ontem. Eu perguntei quais as comissões se reuniram. Nós temos a comissão de normas, a  
1686 comissão de orçamento e a comissão de apoio. Pergunto: algum dos presidentes das  
1687 comissões se oferece para começar, ou podemos começar por qualquer uma das  
1688 comissões? **ELDER, SEDESE:** Eu posso começar. **PRESIDENTE:** Por favor. Élder,  
1689 presidente da comissão de orçamento. **DANIEL- CEAS:** Élder, você vai querer apresentar  
1690 alguma coisa? **ELDER, SEDESE:** A Jeane fez a súmula, se puder apresentar. **DANIEL-**  
1691 **CEAS:** Você consegue apresentar, Jeane? Eu vou tirar a minha apresentação. **JEANE -**  
1692 **CEAS:** Está bom. **ELDER, SEDESE:** A gente realizou a reunião ontem. Na comissão  
1693 tivemos seis presentes, duas justificativas de ausência e só uma falta. Estavam presentes:  
1694 eu, o Silvestre, a Ivone, a Rosiane, se não me engano. Quem mais, Jeane? Não estou  
1695 lembrando. A Natália? **JEANE - CEAS:** Estavam presentes: você; a Luana que é da  
1696 Seplag, ela estava como suplente do João Victor, que está de férias; o Silvestre; a Ivone; a  
1697 Natália e a Rosiane. **ELDER, SEDESE:** Isso mesmo. Obrigado. **JEANE - CEAS:** Tiveram  
1698 duas justificativas, que foram da Patrícia e do Victor, porque ele está férias. Tivemos só  
1699 uma falta, que é o João Alves, que já tem um tempo que ele não participa. **ELDER,**  
1700 **SEDESE:** Ótimo. Foi isso, e a gente tinha dois pontos de pauta. O primeiro ponto de pauta  
1701 é uma resposta a um ofício. Na verdade, o CEAS mandou para a Seplag um ofício com

1702 alguns questionamentos sobre o Fundo Estadual de Erradicação da Miséria, o FEM. A  
1703 Seplag respondeu e estamos respondendo essa resposta e reiterando alguns pontos que  
1704 não foram respondidos. E o segundo ponto era um esclarecimento de um pedido de apoio  
1705 técnico de um município a respeito de benefícios eventuais. O primeiro ponto foi um ofício.  
1706 Só para resumir, o CEAS mandou para Seplag. A Seplag tem as informações sobre o FEM,  
1707 um ofício com vários questionamentos a respeito do FEM. Primeiro, sobre o grupo  
1708 coordenador, quem que era esse grupo coordenador; quem fazia parte; quando que eles se  
1709 reuniam; se existiam atas dessas reuniões. Segundo: informações sobre os recursos do  
1710 FEM; como que estava sendo essa divisão; como que era a divisão de recursos que iam  
1711 para Sedese e uma série de outros pontos. A Seplag, por sua vez, mandou uma resposta  
1712 que foi uma resposta que chegou a não responder tudo que a gente tinha perguntado.  
1713 Falou basicamente que os recursos do FEM são passados para Sedese e a Sedese decide  
1714 como que seria utilizado, como seriam utilizados esses recursos. Na verdade, eles falaram  
1715 dessa maneira, mas, o que acontece é assim, a gente recebe uma parcela desse recurso.  
1716 E desta parcela, a Sedese junto com o CEAS, com a CIB, pactuando, aprovando aqui, a  
1717 gente decide como é que vai ser feita a utilização. Só que, na resposta, deu até a entender  
1718 que nós decidimos até quanto do FEM viria para Sedese, mas isso não acontece. Falou  
1719 também o nome do coordenador do grupo gestor que é, se não me engano, Fernando  
1720 Henrique, da Sugés. Disse que não tinha informações sobre essas reuniões e tal, sobre  
1721 quais documentos, atas que estavam sendo produzidas. Deixou o contato do Fernando  
1722 Henrique Guimarães Rezende, está até marcado aí. Durante a reunião, se não me engano,  
1723 foi até a Luana que é representante da Seplag, ela chamou atenção para o fato de que  
1724 esse Fernando Henrique não está mais na Subsecretaria de Gestão de Estratégia, Sugés.  
1725 Se não me engano, é Gestão de Estratégia. E que essa pessoa já até saiu da Seplag. E a  
1726 Ivone também trouxe um ponto importante de que houve uma mudança, que parte dos  
1727 recursos do FEM passou a ser destinada também para a assistência social e essa  
1728 mudança é mais ou menos recente. Provavelmente, esse grupo coordenador que foi  
1729 instituído lá em 2012, não tem representante da assistência social. E esse é até uma razão  
1730 para que a gente peça para que esse grupo seja reformulado e coloque algum  
1731 representante do CEAS, algum representante da Sedese, para que a gente possa discutir a  
1732 destinação desse recurso. Nossos encaminhamentos foram: levar para a plenária a  
1733 necessidade de responder o ofício reiterando as perguntas que não foram respondidas;  
1734 enviar um ofício para o coordenador do grupo coordenador do FEM, integrante da equipe  
1735 da Sugés, solicitando essas informações: o Plano Mineiro de Combate à Miséria; o Plano  
1736 de Trabalho do Fundo, e tal. Depois disso, a gente ficou sabendo que ele não está mais lá,  
1737 então, talvez, nem seja interessante mandar esse ofício para ele. Talvez seja interessante  
1738 mandar o ofício tudo junto para Seplag mesmo, inclusive colocando esse ponto, pedindo

1739 confirmação se o servidor ainda faz parte da equipe da secretaria e, caso não faça, quem é  
1740 de fato o coordenador. E também articular a partir da entrada do grupo, ou seja, após o  
1741 CEAS e a Sedese entrarem nesse grupo coordenador do FEM, articular para que o  
1742 reajuste do Piso Mineiro e o pagamento integral sejam financiados com recursos desse  
1743 fundo. O encaminhamento seria esse, fazer um novo ofício perguntando, reiterando essas  
1744 questões que não foram respondidas e pedindo para que seja reformulado esse grupo, que  
1745 seja publicado o novo grupo no qual a Sedese faça parte e CEAS também. Podemos  
1746 discutir já. **PRESIDENTE:** Obrigada, Élder. Discussão aberta sobre esse ponto. Ana Maria  
1747 pode abrir o microfone, por favor. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Desculpa. Eu estava  
1748 aumentando a tela para eu acompanhar e coloquei no ícone aqui que era para pôr. Me  
1749 perdoa, por favor. **PRESIDENTE:** Sem problemas, Ana Maria. **ANA, CMAS JUIZ DE**  
1750 **FORA:** Eu juro que ainda vou me acostumar com o *Teams*. **PRESIDENTE:** Normal.  
1751 Alguma discussão, alguma inscrição sobre esse ponto? Ficaram claros os  
1752 encaminhamentos da comissão? A comissão está trazendo para plenária que a gente  
1753 aprove um novo ofício/resposta reiterando algumas perguntas do primeiro questionamento  
1754 e ainda solicitando informações mais atualizadas sobre o grupo coordenador do FEM. Além  
1755 disso, iniciar uma articulação para que a Sedese e o CEAS façam parte desse grupo e que  
1756 o reajuste do Piso – para quem já participou de reuniões anteriores, nós temos pleitos na  
1757 Cofin para aprovação de reajuste do Piso Mineiro de Assistência Social, tanto o reajuste do  
1758 valor quanto a atualização da base do Cadastro Único. Isso já foi falado em outros  
1759 momentos de discussão, quando a gente estava discutindo o financiamento da assistência  
1760 social e os recursos do FEM para o FEAS. Eu tenho a expectativa de que isso vai sair  
1761 ainda esse ano, mas a comissão aqui traz a proposta da gente articular isso e para garantia  
1762 de que o FEM custeie essas despesas integralmente. **SÁVIO, CMAS BH:** Mariana, eu  
1763 queria fazer uma pergunta. **PRESIDENTE:** Oi, Sávio. **SÁVIO, CMAS BH:** Esse documento  
1764 estava ontem na reunião nossa, das diretorias? **PRESIDENTE:** Não, isso estava na  
1765 comissão de orçamento. A gente iniciou a pauta da tarde com os encaminhamentos que as  
1766 comissões tão trazendo para as plenárias. Isso era um assunto que estava sendo discutido  
1767 lá na comissão de orçamento e foi trazido para cá agora. Isso não foi tratado na Mesa  
1768 Diretora ontem, não. Parece que já estava na comissão de orçamento desde o mês  
1769 passado. **ELDER, SEDESE:** Isso, exatamente. Só que no mês passado, como a gente não  
1770 tinha *quórum*, a gente não pode trazer para plenária a discussão. A gente está trazendo  
1771 agora. **SÁVIO, CMAS BH:** Vocês fizeram a reunião em que dia? **ELDER, SEDESE:** A  
1772 reunião... **PRESIDENTE:** Ontem. **ELDER, SEDESE:** A reunião foi ontem. Ontem teve  
1773 *quórum*. Ontem teve seis. **SÁVIO, CMAS BH:** É muita coincidência. Vai coincidir com o  
1774 que... Esse assunto já vai ser abordado daqui a pouco pelas duas assessoras.  
1775 **PRESIDENTE:** Ah, sim. **ELDER, SEDESE:** Sim. A gente até comentou isso, Sávio. Ontem,

1776 na reunião, a Ivone até falou que até seria bom porque como vai ter a apresentação da  
1777 Assembleia, a gente vai ter até mais elementos também para fazer essa resposta depois.  
1778 De certa forma foi bom. **SÁVIO, CMAS BH:** Está tendo uma dificuldade de colocar esse  
1779 recurso do FEM no Fundo Estadual de Assistência? É isso? **ELDER, SEDESE:** É, na  
1780 verdade, a gente perguntou várias coisas para Seplag, principalmente como é que era a  
1781 partilha dos recursos. A resposta dela foi uma resposta que não foi muito conclusiva.  
1782 Basicamente ela falou assim: “A Sedese decide como é que o recurso vai ser utilizado”.  
1783 Mas, na verdade, decide a parte que chega para gente. E a nossa pergunta era: “Antes de  
1784 chegar para a gente, como que é essa divisão. Como é que vocês estão decidindo quanto  
1785 que vai para cada um? É um grupo gestor? Tem um plano de trabalho? Tem uma ata de  
1786 reunião?” E acabou que eles não responderam, falaram o nome do coordenador do grupo,  
1787 mas parece que o coordenador não é mais da Seplag. A gente quer conversar com eles  
1788 justamente para refazer esse grupo, publicar novamente com está a nova composição, com  
1789 novos representantes para que, de fato, essa discussão seja feita. É muito nesse sentido.  
1790 **SÁVIO, CMAS BH:** Entendi. Está bom. **PRESIDENTE:** Obrigada, Élder. Esse assunto vem  
1791 sendo tratado praticamente todo mês aqui, Sávio. Esse encaminhamento, eu acho  
1792 específico da comissão é que saiu ontem, mas era para ter saído até no mês passado.  
1793 **SÁVIO, CMAS BH:** Pois é, o problema é que... **PRESIDENTE:** Eu vi aqui. **SÁVIO, CMAS**  
1794 **BH:** Ele não está no fundo, o conselho não tem autonomia. **PRESIDENTE:** É, mas é do  
1795 FEM para o FEAS que a gente está pedindo. Suzanne estava inscrita ou não? Alguma  
1796 inscrição? Eu achei que a Suzanne tinha inscrito. **DANIEL- CEAS:** Não. Não tem nenhuma,  
1797 não. **PRESIDENTE:** Mais algum questionamento ou podemos colocar para votação os  
1798 encaminhamentos da comissão? Esses encaminhamentos ficaram claros, gente? Se todos  
1799 concordam, permaneçam como estão. Algum encaminhamento contrário, que se manifeste.  
1800 Élder, pode passar para o próximo encaminhamento. **ELDER, SEDESE:** O ponto dois foi  
1801 um *e-mail* recebido pelo conselho, pelo CEAS, com dúvidas sobre benefício eventual da  
1802 Prefeitura de Nova Lima. Basicamente a prefeitura está fazendo uma revisão da legislação  
1803 sobre benefícios eventuais dela e trouxe algumas dúvidas, sendo que a principal dúvida é  
1804 se entidades socioassistenciais poderiam conceder benefícios eventuais. E o segundo, se  
1805 a gestão poderia, por exemplo, comprar kits de higiene – é um exemplo que eles colocaram  
1806 – para serem entregues como benefício eventual e se poderia passar para uma entidade,  
1807 para que a entidade fizesse essa distribuição. Já tem até uma resposta que foi feita, acho  
1808 que pela equipe da proteção básica. A gente tinha recebido isso, explicando que o  
1809 benefício eventual só pode ser concedido por um técnico de nível superior. O técnico de  
1810 nível superior pode ser de qualquer nível de proteção – não tem que ser só de básica, não  
1811 tem que ser só de especial. A gente explica também que uma entidade socioassistencial,  
1812 que é cadastrada no Cneas, que tem vínculos Suas e que está executando serviços,

1813 projetos, programas e benefícios socioassistenciais, ela faz parte da rede do Suas. Em  
1814 tese, ela poderia fazer essa concessão desde, lembrando sempre que a concessão do  
1815 benefício eventual não é só entregar o benefício, tem que fazer o acompanhamento  
1816 familiar, tem que incluir no serviço todos aqueles pontos, fazer referência,  
1817 contrarreferência. Durante a reunião, a Ivone trouxe até um ponto de discussão, por  
1818 exemplo, se foi feita uma parceria com uma entidade e o plano de trabalho dela prevê, por  
1819 exemplo, distribuição de kits de higiene, isso, por si só, não seria um benefício eventual e é  
1820 isso que teria que ser esclarecido, porque, pelo que eles colocaram, a gente não conseguiu  
1821 entender bem se era só um exemplo ou se eles estão com alguma ideia. Como  
1822 encaminhamento, o que é que a gente colocou? A gente colocou, primeiro, que a equipe da  
1823 proteção social básica – da minha superintendência – vai entrar em contato com o  
1824 município até para esclarecer esses pontos que a gente ficou em dúvida. Também, a gente  
1825 vai pedir ao DG Suas, que é responsável pela temática da legislação de benefícios  
1826 eventuais para conversar com eles a respeito disso. Fazer o apoio técnico conjunto (trecho  
1827 incompreensível) [00:30:28] conferência. E também, a Patrícia tinha sinalizado que esse  
1828 tema já foi tratado na comissão de políticas, então, que poderia haver uma discussão  
1829 conjunta dessa resposta, desse tema, e principalmente esse ponto, como é essa  
1830 concessão de benefícios eventuais por entidades. Se existe alguma coisa mais específica.  
1831 Ontem, a comissão de políticas não se reuniu por falta de *quórum*. E a gente deixou esse  
1832 ponto para no mês seguinte fazer essa discussão conjunta, mas de toda forma a gente já  
1833 vai dar apoio técnico para o município para o município não ficar um mês esperando uma  
1834 resposta. A gente já pode discutir. **PRESIDENTE:** Obrigada, Élder. **ELDER, SEDESE:** Por  
1835 nada. **PRESIDENTE:** Ficou claro para os conselheiros a discussão e a sugestão de  
1836 encaminhamento da comissão? O encaminhamento é: encaminhar para diretoria da  
1837 Sedese para fundamentar melhor a resposta com a possibilidade de outros setores  
1838 entrarem em contato por *e-mail*. Isso seria para fazer uma reunião com o município, não é,  
1839 Élder? **ELDER, SEDESE:** Isso. Apoio técnico. Exatamente. **PRESIDENTE:** Eu acho que o  
1840 encaminhamento é uma agenda técnica entre a diretoria da Sedese e os setores da  
1841 prefeitura. Para ficar mais claro... **ELDER, SEDESE:** Isso. **PRESIDENTE:** Para ficar mais  
1842 claro, entre parêntesis aí. **SILVESTRE, SEF/MG:** Mariana, só para completar aí, é um  
1843 assunto que já foi debatido de manhã, discutido. Só para enfatizar um ponto. Foram duas  
1844 reuniões que não teve nenhuma conclusão, nenhuma decisão de comissões, porque houve  
1845 falta de *quórum*. É o que temos que enfatizar para cada conselheiro dessas comissões,  
1846 que procurem estar presentes nessas reuniões porque olha o atraso de uma decisão de um  
1847 assunto desse, por falta de *quórum*. Só isso. **PRESIDENTE:** Obrigada, Silvestre. É isso  
1848 mesmo. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu acho que... Olha só essa pergunta aqui: Um município  
1849 pode financiar a compra do benefício eventual para a entidade realizar a concessão

1850 integrada ao serviço? Quer dizer, a entidade está condicionando o fato de o município  
1851 oferecer o benefício para que ela desenvolva o serviço? Alguma coisa parecida? Eu estou  
1852 achando muito estranho isso, sabe? **ELDER, SEDESE:** É, a gente também. **SÁVIO, CMAS**  
1853 **BH:** A entidade oferta serviço feito Poder Público. São prestadores de serviço, tanto a  
1854 entidade quanto o Poder Público. Esse atrelamento se dá com relação aos convênios, a  
1855 parceria, quero dizer. E ponto final. Não tem mais nada. A parceria vai estar descrito em  
1856 que condições elas estão se unindo ali. Mas, logicamente, não cabe uma pergunta dessa.  
1857 Acho que é passível de inscrição no conselho entidade que oferece benefícios. Isso é  
1858 tranquilo. Oferece benefícios, programas, projetos e serviços, então não tem problema,  
1859 mas ela que faça. Agora, o Poder Público vai patrocinar? Pode ser que em uma relação de  
1860 parceria firme alguma coisa relativa a isso, mas, assim, mas não desse jeito aqui. **ELDER,**  
1861 **SEDESE:** É, foi até um ponto que a Ivone comentou, por isso que a gente achou melhor  
1862 conversar com o município, porque eles estão revendo a legislação. A gente entendeu que  
1863 eles estão querendo tirar algumas dúvidas até para colocar a possibilidade da legislação. A  
1864 gente achou essa pergunta muito estranha. A gente não conseguiu entender, tipo: eles  
1865 querem que a gestão compre, entregue para uma entidade, a entidade entregue. A gente  
1866 não conseguiu entender o que eles pensaram nisso. **SÁVIO, CMAS BH:** É. **ELDER,**  
1867 **SEDESE:** Ficou esquisito. **SÁVIO, CMAS BH:** Muito. **ELDER, SEDESE:** Seria isso, os dois  
1868 pontos da comissão foram esses. Não tivemos mais pontos, não. **FRANCIELLY,**  
1869 **FETSUAS/MG:** Eu fiquei com uma dúvida. Posso perguntar? **ELDER, SEDESE:** Pode.  
1870 **PRESIDENTE:** Claro. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** A *Internet* deu uma oscilada aqui e,  
1871 na parte da reunião, não escutei direito. A reunião seria o CEAS, a Sedese e o município?  
1872 **ELDER, SEDESE:** A gente vai dar apoio técnico. Seria essa tese mesmo. Fazer uma  
1873 reunião de apoio técnico com o município para tirar essas dúvidas e orientar melhor. No  
1874 mês seguinte, a Patrícia comentou que esse tema de benefícios eventuais de legislação já  
1875 foi discutido na comissão de políticas. Ela até tinha sugerido para a gente fazer uma  
1876 comissão, uma discussão conjunta desse ponto. A reunião com o CEAS seria no mês  
1877 seguinte entre as duas comissões. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Vocês vão dar o apoio  
1878 técnico para o município sem uma definição do CEAS? Vocês vão dar o apoio técnico de  
1879 acordo com a política, entendi, mas não teria que ter uma definição do CEAS aí? **ELDER,**  
1880 **SEDESE:** A gente vai dar o apoio técnico muito porque a gente não entendeu essa dúvida  
1881 deles, esse ponto que ficou muito esquisito essa pergunta deles. Mas, claro, se chegar em  
1882 um ponto que não houver uma definição, aí a gente fala com eles: “Sobre isso aqui, a gente  
1883 vai ter uma reunião no CEAS no mês que vê e retorna.” É só para não deixar o município  
1884 por um mês esperando essa reunião. Porque têm dúvidas deles que foram mais simples.  
1885 Eles trouxeram umas coisas mais simples, já dá para a gente responder. Só esse ponto  
1886 que foi mais (áudio ruim) [00:36:29]. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** (Áudio ruim) [00:36:31]

1887 se é possível a participação do CEAS, já que é para esclarecer esse ponto que ficou, não  
1888 deu para entender direito, talvez seria interessante a participação do CEAS, até mesmo  
1889 para ajudar a clarear na discussão das comissões. **ELDER, SEDESE:** Sim, podemos sim.  
1890 Tranquilo. A gente pode colocar no encaminhamento também, um representante do CEAS.  
1891 **SÁVIO, CMAS BH:** O principal é realmente essa agenda da diretoria de serviços. **ELDER,**  
1892 **SEDESE:** Sim. **SÁVIO, CMAS BH:** Com a prefeitura, exatamente. De Nova Lima, não é?  
1893 Depois que passar para gente, não há necessidade de o Conselho Estadual participar  
1894 disso não. Ele vai receber informações e decisões da diretoria. Nesse caso, a Sedese e  
1895 conselho, estão absolutamente juntos. **ELDER, SEDESE:** Sim. **SÁVIO, CMAS BH:**  
1896 Automaticamente. Não é instância separada. É uma consulta que você faz a quem de  
1897 direito normatiza essa questão. Manda para diretoria e pronto, o que ela falar... **ELDER,**  
1898 **SEDESE:** O apoio técnico é todo embasado nas legislações mesmo. Se tiver alguma coisa  
1899 que for muito fora, até envolve uma discussão maior, mas vai ser bem baseada na  
1900 legislação de benefício eventual. Se tiver alguma ideia de que saia ou exceda a legislação,  
1901 nós vamos falar: “Olha, isso que vocês estão propondo não tem legislação que respalda  
1902 isso. Não tem como fazer.” Mas se alguém quiser acompanhar, não tem problema nenhum.  
1903 **PRESIDENTE:** Só para completar, a solicitação do município veio para o CEAS. O CEAS  
1904 está fazendo o encaminhamento de um apoio técnico da Sedese. Vai ter também a reunião  
1905 com a comissão de políticas e, depois disso, vai sair a resposta oficial do CEAS para o  
1906 município. Porque o município vai ser respondido formalmente depois dessa intervenção  
1907 técnica que a gente está conversando aqui. Correto? **ELDER, SEDESE:** Sim. Correto.  
1908 Nossa ideia é já fazer o apoio técnico justamente para eles não ficarem esperando um mês  
1909 a reunião. Não sabemos a urgência que eles querem para publicar essa resolução. **SÁVIO,**  
1910 **CMAS BH:** A questão do conselho, está sabendo disso? É para ele, posteriormente  
1911 recomendar o conselho municipal de Nova Lima que não apareça nada parecido, ou que  
1912 apareça algo parecido em uma previsão orçamentária. **ELDER, SEDESE:** Sim. **SÁVIO,**  
1913 **CMAS BH:** Do que for resolvido, esse apoio técnico, vai ser o que vai constar em uma  
1914 previsão orçamentária, no PPAG, em uma prestação de contas. Não vai poder ser nada  
1915 diferente do que a diretoria de serviços e benefícios concluiu. Aí entram os dois conselhos,  
1916 o estadual e o municipal, só para isso. **PRESIDENTE:** Estamos esclarecidos? Oi, Daniel.  
1917 **DANIEL- CEAS:** É porque a Rosa estava falando aqui no *chat* e é verdade: antes de falar,  
1918 se identificar com o nome e representação, por favor, porque a gente faz a gravação e a  
1919 degravação da ata. Se possível... **SÁVIO, CMAS BH:** Ok. Quem teve a última fala foi o  
1920 Domingos Sávio de Araújo, representando o Conselho Municipal de Assistência Social, em  
1921 nome dos outros conselhos. **DANIEL- CEAS:** Obrigado, Sávio. **PRESIDENTE:** É o  
1922 costume da gente. Mariana, que está presidindo a reunião, nunca lembra disso. Podemos  
1923 fechar os encaminhamentos? Estamos esclarecidos e a plenária aprova esses

1924 encaminhamentos? Quem concorda permaneça como está. Quem discorda que se  
1925 manifeste, por favor. Não havendo manifestação contrária, finalizamos a pauta da  
1926 comissão de orçamento, a apresentação da comissão de orçamento. E passamos para a  
1927 próxima comissão. Comissão de normas e comissão de apoio. **SUZANNE, SEDESE:** Boa  
1928 tarde. **PRESIDENTE:** Sávio, seu microfone ficou ligado. Está dando uma intervenção.  
1929 Obrigada. **SUZANNE, SEDESE:** Rosa, se você quiser, eu posso projetar aqui também. A  
1930 comissão de normas se reuniu ontem, com a presença, pela sociedade civil dos  
1931 conselheiros: Francielly, Lucas e Márcio; e pela representação governamental: Mariana,  
1932 Stella e Suzanne. O primeiro ponto que trazemos para plenária é o informe sobre a escolha  
1933 do novo coordenador da comissão de normas, em substituição da Conselheira Joana, que  
1934 saiu em decorrência de licença maternidade. A indicação da comissão foi pelo meu nome  
1935 para ser coordenadora da comissão. Esse foi o primeiro ponto. Já passando para o  
1936 segundo ponto, é em relação à denúncia do fechamento dos postos de atendimento social  
1937 do Projeto Hidroagrícola de Jequitaiá. O relator dessa denúncia é o Conselheiro Lucas, que  
1938 já vou passar a palavra para ele. Só adiantando – ontem, a comissão solicitou para  
1939 Secretaria Executiva que convidasse um representante do Idene para participar dessa  
1940 reunião. Ele está presente aqui, é o Nilson. Nilson, eu vou passar a palavra para o  
1941 Conselheiro Lucas, mas você, assim como os outros presentes, se quiser falar, pode se  
1942 inscrever pelo *chat*. É isso e eu vou passar a palavra para o Lucas. **LUCAS, CONSELHO**  
1943 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Suzanne. Contextualizando – o CEAS recebeu  
1944 através de *e-mail* uma denúncia sobre o fechamento dos postos de atendimento do Projeto  
1945 Hidroagrícola Jequitaiá, como também da equipe volante. Foram encerradas as atividades  
1946 da equipe volante do Projeto Hidroagrícola, que atendia um dos municípios atingidos. É  
1947 importante contextualizar, trazer uma breve síntese do que é o Projeto Hidroagrícola  
1948 Jequitaiá. Trazer um memorial de como se deu esse procedimento de apuração da denúncia  
1949 encaminhada ao CEAS e, por consequência, o relatório final dessa apuração. A proposta  
1950 do Projeto Hidroagrícola Jequitaiá, a construção de barragem para geração de 200 MW de  
1951 energia e irrigação de uma área de 30.000 hectares a regularizar a vazão do Rio Jequitaiá,  
1952 contendo as cheias que usualmente ocorrem nos quatro municípios atingidos. Apresentam-  
1953 se como empreendedores a Cia. de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e  
1954 Paranaíba – Codevasf e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento,  
1955 em substituição a Rural Minas após a sua extinção, e agora, em substituição à Secretaria  
1956 de Estado de Agricultura e Pecuária, o Idene. A área total atingida pelo empreendimento é  
1957 de 12.410 hectares. Essa área é distribuída entre os três municípios Claro dos Poções,  
1958 Francisco Dumont e Jequitaiá. Engenheiro Navarro não possuía área a ser atingida, mas  
1959 sofre impacto reflexo advindo dos municípios, dos impactos dos demais municípios. Há  
1960 uma previsão de atingir 186 propriedades, sendo Francisco Dumont com 80 propriedades;

1961 Jequitai com 64 propriedades; e Claro dos Poções com 42 propriedades. A população  
1962 atingida pelo empreendimento é de 27.765 habitantes, compreendendo respectivamente:  
1963 Francisco Dumont - 4.863 habitantes; Jequitai - 8.005 habitantes; Engenheiro Navarro -  
1964 7.122 habitantes; e Claro dos Poções - 7.775 habitantes. A previsão do custo do  
1965 empreendimento é da ordem de R\$ 197.470.557,53. Valor que contempla as obrigações  
1966 dos empreendedores com as compras de terras, indenizações e reparações pelas  
1967 violações dos direitos adquiridos dos atingidos. Os planos de gestão ambiental e de  
1968 assistência social com a construção de dois postos de assistência social, dentre outras  
1969 despesas não discriminadas determinadas por lei. O Plano de Assistência Social – PAS,  
1970 pela amplitude e complexidade que se constata das questões sociais dos municípios  
1971 atingidos, foi constituído de dois componentes. 1. Projetos específicos para atender as  
1972 necessidades locais. As quais são geradas pela construção do empreendimento. 2. Planos  
1973 de ações para recuperação das dimensões socioculturais e econômicas da população.  
1974 Apresentar todos os programas exigidos pela Resolução CEAS nº 317/2010, o PAS  
1975 destacou diversos programas e ações. O empreendedor contemplou, para além do PAS,  
1976 algumas reivindicações dos atingidos, em documento específico, do qual fez compromisso  
1977 público em cartório para seu cumprimento, estabelecendo condições de negociação e  
1978 interlocução com seus segmentos sociais afetados pelo empreendimento. O conselho foi  
1979 informado através do ofício Idene nº 127/2021, dos trâmites da assunção de  
1980 responsabilidade do empreendimento pelo Idene, em substituição a Seapa. É a síntese do  
1981 necessário sobre o Projeto Hidroagrícola Jequitai. Agora eu vou trazer um memorial no que  
1982 diz respeito à denúncia que recebemos. “Em 7 de junho do corrente ano, o Conselho foi  
1983 informado, formalmente, dos trâmites da função das responsabilidades do empreendimento  
1984 pelo Idene e da autorização da Supram/NM, por meio da Decisão Semad/Supram Norte –  
1985 DRCP nº 01/2001, para prorrogação de execução do PAS, com a condicionante de que o  
1986 empreendedor mantenha, dentro de suas possibilidades e ainda considerando a  
1987 Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 nº 141, de 24 de março de 2021, um canal  
1988 com a sociedade para prestar informações e dar assistência aos atingidos pela barragem.  
1989 Tal exigência não foi/é cumprida pelo empreendedor. - Há regularidade pela apresentação  
1990 dos Relatórios Trimestrais para o CEAS/MG; - Há irregularidade na execução das  
1991 atividades dos Postos de Atendimento Social que foram desativados em 18 de março de  
1992 2021, conforme informações prestadas pelos municípios atingidos. E, por via de  
1993 consequência, informado também pelo empreendedor. - Em reunião com o empreendedor  
1994 Idene, em 28 de maio, às 9h, virtualmente, foi informado que estava em andamento um  
1995 processo licitatório, para a equipe de trabalho, para 3 Postos de Atendimento Social nos  
1996 municípios atingidos. Ficou evidenciado a não comunicação formal com o Conselho, a  
1997 população e as gestões dos municípios atingidos, sobre a troca da titularidade de

1998 responsabilidade sobre o empreendimento. - Em reunião com gestores e representantes  
1999 dos CMASs dos municípios atingidos, em 02 de junho, às 9h, virtualmente, foi averiguado:  
2000 (I) a não execução regular das atividades dos Postos de Atendimento Social, conforme  
2001 preconiza as normativas do Conselho; (II) o desconhecimento da titularidade do  
2002 empreendimento para o Idene; (III) a desativação dos Postos de Atendimento Social, sem  
2003 comunicação aos atingidos; (IV) a infraestrutura dos municípios não comportam as  
2004 demandas advindas dos impactos do empreendimento; (V) não havia regularidade no envio  
2005 dos Relatórios Trimestrais para os atingidos, os Conselhos Municipais e as gestões; (VI) a  
2006 regularidade de atendimento da equipe volante, a cada semestre, não é suficiente para  
2007 garantir a proteção necessária dos atingidos; (VII) a equipe dos Postos de Atendimento  
2008 Social não mantinha relações de cooperação e planejamento das ações de proteção dos  
2009 atingidos com as gestões dos municípios; (VIII) houve aumento expressivo nas demandas  
2010 dos equipamentos públicos decorrentes da pandemia e da falta de cobertura dos Postos de  
2011 Atendimento Social a partir de abril de 2021. Em 14 de junho de 2021 foi oficiado o  
2012 empreendedor Idene para que, no prazo de 15 dias, pudesse informar: - Se houve  
2013 comunicação com a população atingida, os CMASs e as gestões municipais dos municípios  
2014 atingidos, com a interdição da execução do PAS e a assunção das responsabilidades do  
2015 empreendimento por parte do Idene; - Em caso negativo, quais as estratégias serão  
2016 utilizadas para a devida comunicação, por oportuno, que seja apresentado um sucinto  
2017 Plano de Comunicação – acrescido de respectivo cronograma com a previsão das ações; -  
2018 Quais programas e ações do PAS tiveram suas ações interrompidas e quais as estratégias  
2019 seriam utilizadas para a retomada, por oportuno, que seja apresentado sucinto Plano de  
2020 Retomada dos Programas e Ações do PAS – acrescido de respectivo cronograma com a  
2021 previsão das ações; - Apresentação de cópia do pedido de prorrogação de execução do  
2022 PAS, do Parecer nº 04/Semad/Supram Norte-DRCP/2021, bem como a Decisão  
2023 Semad/Supram Norte-DRCP nº 01/2021; - Qual seria a previsão para o reestabelecimento  
2024 das atividades do Posto de Atendimento do PAS, bem como da equipe volante; - Quais as  
2025 medidas paliativas seriam ou serão tomadas para o atendimento da população atingida –  
2026 acrescido de respectivo cronograma com a previsão das ações; - A informação do  
2027 Conselho, através de estudo do impacto social desde a interrupção da execução do PAS  
2028 até a previsão de retomada das atividades, bem como as estratégias de reparação desses  
2029 impactos. Em 25 de junho de 2021, o empreendedor apenas apresentou o Parecer nº  
2030 04/Semad/Supram Norte-DRCP/2021 e a Decisão Semad/Supram Norte-DRCP Nº  
2031 01/2021. Superado o prazo, ou seja, depois dos 15 dias estabelecidos, em 09 de agosto de  
2032 2021, o empreendedor encaminhou Ofício Idene/DG nº 151/2021 manifestando-se que: -  
2033 Tem envidado esforços para a publicação urgente da licitação de execução do PAS, com  
2034 previsão de publicação da licitação nos próximos 60 (sessenta) dias, bem como o resultado

2035 e assinatura de novo contrato até dezembro de 2021. - Que o Projeto Jequitai mantém um  
2036 escritório ativo, executor de outros programas do Plano de Controle Ambiental – PCA, no  
2037 âmbito a fauna, flora, educação ambiental e comunicação social, que tem acolhido as  
2038 demandas dos atingidos que buscam ativamente por informações. - Que não houve  
2039 rompimento do empreendedor do Projeto Hidroagrícola do Jequitai com as comunidades  
2040 locais, especialmente com os atingidos com a suspensão temporária dos Postos PAS. -  
2041 Que mantém os canais de informação e contato publicados sistemática e frequentemente  
2042 nas redes sociais e em peças jornalísticas e panfletos impressos que são distribuídos à  
2043 população informando as redes sociais do projeto. - Que o empreendedor apresentará até  
2044 20 de setembro do corrente ano um Plano de Retomada dos Programas e Ações do PAS,  
2045 abrangendo um estudo de impacto social desde a interrupção da execução do PAS, em 25  
2046 de março de 2021, e um Plano de Comunicação emergencial com seus respectivos  
2047 cronogramas; - Que estão usando as ações de comunicação de outro contrato, relativo ao  
2048 Plano de Gestão Ambiental Integrado – PGAI, para trabalhar a comunicação dos fatos  
2049 frentes à população atingida. Sem nenhuma outra manifestação dos empreendedores, o  
2050 processo foi concluso para a manifestação dessa relatoria. DOS DIREITOS DOS  
2051 ATINGIDOS. O licenciamento ambiental é a esfera de decisão para ponderar os impactos  
2052 positivos e negativos do empreendimento, do ponto de vista econômico, social e ambiental,  
2053 para confrontar as alternativas de instalação, com a hipótese de não instalação e com as  
2054 possibilidades de mitigação e compensação dos impactos, conforme mostra o inciso II do  
2055 art. 6º da Resolução Conama nº 01/1986. O licenciamento ambiental não só pode como  
2056 deve incorporar a delimitação, a mitigação e a compensação dos impactos sociais, tendo  
2057 em vista o aspecto social inerente aos conceitos de meio ambiente e de desenvolvimento  
2058 sustentável, inclusive na legislação atinente ao licenciamento ambiental. Apesar de a  
2059 execução das políticas sociais ser dever do Estado, ao empreendedor também cabe o  
2060 dever de mitigar o seu impacto sobre esses aspectos sociais. Essa é a responsabilidade do  
2061 empreendedor sobre o impacto socioambiental do empreendimento, e isso deve ser  
2062 considerado no licenciamento ambiental. Os direitos adquiridos pelos atingidos até hoje  
2063 podem ser considerados como políticas públicas, porém, segundo o Movimento dos  
2064 Atingidos por Barragens – MAB, são avaliados como políticas públicas insatisfatórias, pois  
2065 não abarcam a complexidade da questão social envolvida nesses processos. No parágrafo  
2066 único do art. 194, da Constituição do Estado de Minas Gerais, prevê que o Estado  
2067 promoverá plano de assistência social às populações inundadas por reservatórios. Com a  
2068 promulgação da Lei nº 12.812, de 28 de abril de 1998, que regulou a normativa  
2069 institucional, apresentou-se um marco diferencial do Estado em relação à forma de tratar os  
2070 impactos sociais dos empreendimentos hidrelétricos. A referida lei, mais popularmente  
2071 conhecida como Lei de Barragens, prevê que o empreendedor do barramento elaborará um

2072 Plano de Assistência Social, contendo o cadastramento de todos os atingidos;  
2073 levantamento das áreas de propriedades atingidas, com suas benfeitorias; a garantia de  
2074 reposição dos bens expropriados em espécies ou em bens equivalentes; e o  
2075 ressarcimento, por opção dos atingidos, no município ou na região do empreendimento. A  
2076 efetividade e fiscalização do Plano de Assistência Social, conforme art. 3º da Lei de  
2077 Barragens, recai sobre este Conselho que aprova e garante com que os atingidos terão  
2078 seus direitos garantidos, com a contrapartida estabelece a autorização para emissão do  
2079 licenciamento ao empreendedor. Regulamentando a Lei de Barragens, o CEAS/MG editou  
2080 a Resolução CEAS nº 498/2014 e a Resolução nº 681/2019, que os requisitos e os  
2081 procedimentos para verificação e fiscalização da implementação do Plano de Assistência  
2082 Social como requisito para o licenciamento do empreendimento.” E eu cito os artigos e não  
2083 vou ler para poder otimizar o nosso tempo. “É, portanto, obrigação do empreendedor  
2084 manter a execução do Plano de Assistência Social e as atividades do Posto de  
2085 Atendimento Social, que são condições para a aprovação pelo Conselho, para que se  
2086 tenha garantido o licenciamento para a sua instalação. O Parecer nº 04/Semad/Supram  
2087 Norte-DRCP/2021 e a Decisão Semad/Supram Norte-DRCP nº 01/2021 fragilizam a política  
2088 estadual para os atingidos por barragens e colocam em xeque o direito constitucional  
2089 garantido aos atingidos. E, nesse aspecto, por tratar-se de matéria reservada ao Conselho  
2090 Estadual de Assistência Social, cabe somente, e tão somente, ao Conselho dizer sobre a  
2091 autorização ou não da suspensão do Plano de Assistência Social, exigindo-se a análise da  
2092 realidade e condições de vida dos atingidos, não sendo portanto cabível e admissível a  
2093 autorização dada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
2094 Sustentável para a prorrogação de prazo para cumprimento do item referente à execução  
2095 do Programa de Assistência Social – PAS para o licenciamento do empreendimento. Como  
2096 é de conhecimento, a implantação de uma barragem implica, via de regra, processo  
2097 complexo de mudança social, que envolve deslocamento compulsório de população e  
2098 alterações na organização cultural, social, econômica e territorial. Na identificação dos  
2099 impactos e dos grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos, devem ser  
2100 consideradas as alterações resultantes não apenas da implantação do reservatório, mas  
2101 também das demais obras e intervenções associadas ao empreendimento. O Conselho de  
2102 Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, da Secretaria de Direitos Humanos da  
2103 Presidência da República, aponta a importância da garantia e efetivação dos direitos dos  
2104 atingidos em especial no que diz respeito ao: Direito à informação e à participação; 2.  
2105 Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; 3. Direito ao trabalho e a um  
2106 padrão digno de vida; 4. Direito à moradia adequada; 5. Direito à educação; 6. Direito a um  
2107 ambiente saudável e à saúde; 7. Direito à melhoria contínua das condições de vida; 8.  
2108 Direito à plena reparação das perdas; 9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico,

2109 conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; 10. Direito de ir e vir; 11.  
2110 Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação  
2111 de bens culturais, materiais e imateriais; 12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e  
2112 tradicionais; 13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial; 14. Direito de acesso à  
2113 justiça e a razoável duração do processo judicial; 15. Direito à reparação por perdas  
2114 passadas; 16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou  
2115 comunitária. Ao tratar desses direitos sociais, concebe-se um direcionamento da questão  
2116 social para a identidade do indivíduo, pois tal direito está relacionado ao humano, que por  
2117 razões culturais de classe, de faixa etária ou qualquer outro motivo, possuem uma  
2118 identidade que sempre deverá ser respeitada. Assim, as lutas das comunidades atingidas  
2119 assumem o sentido do direito à autodeterminação, ou seja, ao direito das coletividades de  
2120 decidirem pelo destino de seus territórios, bem como da construção e afirmação de sua  
2121 própria identidade. Nesse sentido, a barragem e o isolamento da cidade evidenciam  
2122 impactos materiais, mas sem dúvida, existem perdas imensuráveis e irreparáveis que estão  
2123 ligadas às relações sociais, culturais e familiares, processos traumáticos de deslocamento  
2124 e quebra dos sentimentos de pertença. Por oportuno, é importante destacar que, na  
2125 hipótese de nocividade do empreendimento ao ambiente e à sociedade, bem como de não  
2126 cumprimento das condicionantes exigidas para o seu licenciamento, tem o Estado e seus  
2127 órgãos o poder-dever de modificar, suspender ou cancelar a licença. Omitindo-se a  
2128 administração pública nesse poder-dever conferido pelo legislador, abre-se o ensejo para  
2129 que o poder judiciário, a pedido de qualquer legitimado, através de ação civil pública, ou de  
2130 qualquer cidadão, através de ação popular, determine a revisão ou invalidação da licença.

2131 **CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS.** Por tudo constatado, conclui-se que a garantia da  
2132 formulação dos Planos de Assistência Social, no Estado de Minas Gerais, trouxe  
2133 instrumentos importantes para auxiliar o Poder Público na garantia dos direitos das  
2134 populações deslocadas por empreendimentos hidrelétricos. Os aspectos sociais e  
2135 ambientais são indissociadamente vinculados, ou seja, os Planos de Assistência Social e  
2136 os Licenciamentos Ambientais não são processos paralelos e independentes um do outro e  
2137 a tentativa de se dissociar esses aspectos fere o direito fundamental ao desenvolvimento  
2138 sustentável. A elaboração e o cumprimento do Plano de Assistência Social são etapas que  
2139 integram o licenciamento ambiental, sendo condição para o seu prosseguimento, nos  
2140 termos do art. 5º, da Lei de Barragem. Portanto, o órgão licenciador ambiental tem o poder-  
2141 dever de, em suas análises, considerar as questões sociais referentes aos impactos  
2142 ambientais do empreendimento, respeitando-se o estabelecido nos Planos de Assistência  
2143 Social. Os Planos de Assistência Social são necessariamente imbricados com o  
2144 licenciamento ambiental sendo sua implementação completa "*coditio sine qua non*",  
2145 condição fundamental, para a concessão do licenciamento do empreendimento hidrelétrico.

2146 A comprovação, pelo CEAS, da implantação dos Planos de Assistência Social como  
2147 condição legal para concessão da licença é ato vinculado do referido Conselho, portanto  
2148 não está sujeito a juízos de conveniência e oportunidade, nem a condicionantes, isto é, a  
2149 implantação, para produzir tal efeito, deve ser completa. A Resolução CEAS nº 437/2013  
2150 que autorizou o licenciamento de instalação do empreendimento é cristalina ao exigir a  
2151 implementação e manutenção regular do Plano de Assistência Social, bem como dos  
2152 Postos de Atendimento Social do Projeto Hidroagrícola Jequitaí para oferecer cobertura e  
2153 proteção para a população e os municípios atingidos, concordar com a desativação do  
2154 equipamento e com a prorrogação da execução do Plano de Assistência Social é permitir  
2155 desproteção social e por consequência corroborar com violação de direito fundamental  
2156 garantido pela Constituição do Estado de Minas Gerais. Os mais de sete anos de espera  
2157 por um empreendimento que já passou por trocas de responsabilidades e por diversas  
2158 frustrações na sua implementação, como se verifica no histórico de desativação dos Postos  
2159 de Atendimento e na falta de implementação das ações, programas e projetos do Plano de  
2160 Assistência Social, deve ser levada em consideração nos encaminhamentos a serem  
2161 dados. Os canais de comunicação informados no Ofício Idene/DG nº 151/2021 não são  
2162 capazes de oferecer o mínimo de proteção social esperada de um empreendimento de  
2163 tamanha magnitude e em breve verificação de tais canais, percebe-se que eles não têm  
2164 uma padronização e regularidade de publicação que sejam capazes de garantir  
2165 informações básicas para a população atingida, como por exemplo: horário de  
2166 atendimento, tipo de serviços disponibilizados, equipe de atendimento, a desativação dos  
2167 postos e a suspensão da implementação do PAS, pelo contrário, há informações adstritas  
2168 às questões unicamente ambientais. Todos os municípios e a população atingida vivem  
2169 diariamente a angústia e a incerteza de ter ou não a cobertura protetiva do Estado e a  
2170 responsabilidade do empreendedor em cumprir com suas obrigações e terem ressarcidos  
2171 os seus direitos. Nesse sentido, são os encaminhamentos propostos por essa relatoria nos  
2172 termos do caput do art. 14, da Resolução CEAS nº 498/2014: 1º) a suspensão imediata e  
2173 temporária da aplicação do art. 1º da Resolução CEAS nº 437/2013, até que os Postos de  
2174 Atendimento Social tenham suas atividades efetivamente ativadas; 2º) a comunicação do  
2175 órgão licenciador sobre a suspensão temporária da aplicação do art. 1º, da Resolução  
2176 CEAS nº 437/2013, para que possa ser suspensa temporariamente a Licença de  
2177 Instalação do empreendimento, conforme art. 5º, da Lei de Barragens; 3º) a instalação,  
2178 pelos empreendedores, dos Postos de Atendimento Social em até 30 (trinta) dias, tendo  
2179 como prazo final o mês de setembro de 2021, estabelecendo-se mecanismos de reparação  
2180 dos atendimentos não realizados no período de desativação dos postos, nos termos do art.  
2181 2º, da Resolução CEAS nº 437/2013, sob pena de manutenção da suspensão da aplicação  
2182 do art. 1º da mesma resolução; 4º) a elaboração e apresentação, pelos empreendedores,

2183 de relatório atualizado do Plano, constatando-se os impactos da não-execução do Plano de  
2184 Assistência Social e dos Postos de Atendimento Social na Política de Assistência Social  
2185 dos municípios atingidos, em até 60 (sessenta) dias, tendo como prazo final o mês de  
2186 novembro de 2021; 5º) a elaboração e apresentação, pelos empreendedores, de sucinto  
2187 Plano de Comunicação – acrescido de respectivo cronograma com a previsão das ações  
2188 estratégicas que serão utilizadas para a comunicação com os atingidos, em até 30 (trinta)  
2189 dias, tendo como prazo de tolerância do mês de setembro de 2021; 6º) a elaboração e  
2190 apresentação, pelos empreendedores, de sucinto Plano de Retomada e Implementação  
2191 dos Programas e Ações do Plano de Assistência Social, acrescido de respectivo  
2192 cronograma com a previsão de retomada e implementação dos programas e ações, em até  
2193 30 (trinta) dias, tendo como prazo de tolerância do mês de setembro de 2021; 7º) nos  
2194 termos do inciso III, do art. 3º, da Lei de Barragens e do inciso XLI, do art. 2º, do Regimento  
2195 Interno, a elaboração e distribuição, pelo CEAS/MG, com recursos do PRÓ-ASSISTE, de  
2196 material informativo, de fácil compreensão, sobre os direitos e deveres dos  
2197 empreendedores e da população das áreas atingidas, bem como da fiscalização  
2198 descentralizada a ser exercida pelos Conselhos Municipais de Assistência Social dos  
2199 municípios atingidos; e 8º) a informação, pelo CEAS/MG, ao Ministério Público, ao órgão  
2200 licenciador, aos Conselhos Municipais de Assistência Social dos municípios e aos atingidos  
2201 dos encaminhamentos dados sobre este processo de barragem. O rigor dos  
2202 encaminhamentos dados se dá pela reincidência de desproteção, pela urgência de garantia  
2203 de segurança jurídica e social da população atingida e por serem os empreendedores  
2204 órgãos da administração pública, que tem ou deveriam ter, como Norte os princípios  
2205 constitucionais e legais e o poder-dever de proteção social da população atingida, não só o  
2206 compromisso do progresso pelo progresso. Após a reativação dos Postos de Atendimento  
2207 Social, a ser comprovada através de Relatório de Comprovação de Implantação  
2208 encaminhado ao Conselho, deverá o processo ser concluso a esta relatoria para que seja  
2209 reanalisada a suspensão da aplicação do art. 1º, da Resolução CEAS nº 437/2013,  
2210 devendo-se opinar pela manutenção da suspensão ou se pela regular produção dos efeitos  
2211 jurídicos a quem se destinam. Sem mais para o momento. É a manifestação dessa  
2212 relatoria.” Obrigado, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lucas. Suzanne. Só vou fazer  
2213 uma retomada aqui porque o Lucas fez a leitura de um relatório. É um grande relatório.  
2214 Têm várias questões. Eu vou tentar resumir o assunto, principalmente para os novos  
2215 conselheiros, ou para quem não faz parte da comissão de normas, para lembrar a função  
2216 desse conselho diante dessas situações de barragens hidrelétricas. Nós temos uma Lei  
2217 Estadual que fala que o CEAS tem que aprovar o Plano de Assistência Social para essas  
2218 localidades onde vão ter as barragens hidrelétricas. Essa Resolução do CEAS que aprovou  
2219 esse Plano de Assistência Social para esse projeto, que chama Projeto Hidroagrícola

2220 Jequitai é de 2013. Processo iniciado em 2010. Salvo engano foi no ano passado, ou esse  
2221 ano, que chegou uma denúncia no CEAS sobre o não funcionamento do Posto de  
2222 Atendimento Social, que era um requisito que o empreendimento tinha que cumprir. Diante  
2223 dessa denúncia, a comissão de normas fez o trabalho de contatar as pessoas envolvidas  
2224 para apurar os acontecidos e, essa apuração feita esse ano, resultou em um relatório do  
2225 Conselheiro Lucas. E o relatório que ele traz aqui, ele faz a sugestão de encaminhamentos  
2226 de suspender temporariamente o Plano de Assistência Social e encaminhar isso para o  
2227 Conselho de Meio Ambiente. Inclusive isso foi o motivo de discussão da comissão ontem e  
2228 não é consenso, mas está aqui na plenária para discutir. A gente informou ao Idene, que  
2229 está aqui presente, porque o Idene é o empreendedor interessado. Eu vou perguntar se o  
2230 Idene gostaria de fazer o uso da palavra antes da gente abrir para discussão desse  
2231 conselho. Ok. **NILTON, IDENE:** Mariana, sim. **PRESIDENTE:** Por favor, se vocês quiserem  
2232 fazer o uso da palavra, Nilson, pode ficar à vontade. **NILTON, IDENE:** Perfeito. Obrigada,  
2233 Mariana, Lucas. Primeiramente, dizer que é um prazer estar aqui com vocês. É a primeira  
2234 vez que eu participo dessa reunião. Nós fomos informados ontem, no final do dia que teria  
2235 essa reunião, chegou esse convite aqui para gente. A gente se mobilizou aqui,  
2236 desmarcando agendas, aquela confusão toda para poder prestigiá-los, que é um tema  
2237 muito sensível para gente. É um privilégio poder participar e esclarecer mais as coisas aqui  
2238 para vocês, na verdade, do que que é o projeto, como que está o andamento dele, então,  
2239 realmente, isso é muito importante. Essa pauta é uma pauta prioritária para gente, não  
2240 somente do Idene, mas como todo o governo do estado de Minas Gerais. Lucas, parabéns  
2241 pela explanação. Seu relatório, eu não tive acesso, mas fui anotando aqui e tem um monte  
2242 de coisa que consegui anotar aqui, fui anotando. Você foi sucinto nas suas palavras.  
2243 Parabéns pela dedicação. Gostei bastante. É você que tem uma tatuagem na mão? Ah,  
2244 então foi esse, da reunião que você citou, a gente participou, queria saber se era você ou  
2245 se era o Mário. Mário, não é? A tatuagem, eu gravei esse negócio. Mas é importante a  
2246 gente fazer essa conversa, como eu estava dizendo, porque o intuito do Idene, do governo  
2247 do estado de Minas Gerais, de maneira geral, é somar esforços. A gente quer resolver a  
2248 situação do Projeto Hidroagrícola Jequitai porque é um projeto muito importante para  
2249 região. É um projeto que está se arrastando há mais de 40 anos. Acredito que vocês não  
2250 saibam, mas eu sou do Norte de Minas, eu sou de Bocaiúva, que é limítrofe com o projeto.  
2251 Sou filho de agricultores familiares. Meus pais, infelizmente, já faleceram, mas eu sou da  
2252 roça também. Ali sou quase que um atingido também por essa barragem. E o histórico  
2253 disso é impressionante, porque os meus pais falavam dessa barragem, detalhe, meus  
2254 faleceram em 2012, então eles já falavam sobre isso. Obviamente, eu era um pouco menor  
2255 e não tinha noção do que era essa barragem especificamente, ou seja, é um sonho da  
2256 região ter esse projeto implementado. A gente está falando de pessoas impactadas de

2257 maneira geral, uma população de aproximadamente 620 mil habitantes que serão  
2258 beneficiados com esse projeto, com essa barragem. Realmente, vai ter um impacto, tanto  
2259 ambiental quanto social, como o Lucas colocou aqui e bem-feito inclusive, para algumas  
2260 comunidades, para as pessoas ali também. O impacto disso, frente à quantidade de  
2261 pessoas que serão beneficiadas é um pouco menor, só que a gente não pode  
2262 desconsiderar em hipótese alguma nenhuma pessoa. Eu costumo dizer – é só um  
2263 parêntesis – eu costumo dizer que ninguém é insubstituível. Ninguém é substituível, melhor  
2264 dizendo, porque as funções que a gente faz, realmente podem ser feitas por outro. O outro  
2265 pode fazer (áudio ruim) [01:23:15] outros conselheiros, a pessoa Nilson, a pessoa Lucas, a  
2266 pessoa Mariana ou Ana Maria que eu estou vendo na listinha aqui do lado. Eu estou vendo  
2267 na listinha aqui do lado. Nós não somos substituíveis. As funções que a gente faz podem  
2268 ser substituídas por outra pessoa, outra pessoa pode fazer. A gente tem tomado todo o  
2269 cuidado do mundo com relação a esse projeto, principalmente porque uma das premissas  
2270 do projeto é o PAS, que é o Projeto de Assistência Social e o (trecho incompreensível)  
2271 [01:23:44] que está aqui com a gente agora. E, só para contextualizar com um pouco mais  
2272 de detalhes o que o Lucas já havia comentado, a gente está em um processo de sub-  
2273 rogação desse projeto da Seapa para o Idene dentro do estado de Minas Gerais, desde o  
2274 ano passado. Desde maio, aproximadamente temos conversado, tentando vencer a  
2275 burocracia para poder assumir as funções que eram da Seapa, que são três funções  
2276 básicas: fundiária, assistência social e o ambiental. A parte de construção da barragem, o  
2277 barramento, ele fica por conta da Codevasf, que é uma empresa federal, do governo  
2278 federal. Não tem como a gente fazer um barramento ou fazer um enchimento do lago-  
2279 vamos falar dessa maneira – se a gente não tirar as pessoas de lá. E essa condição para  
2280 fazer isso é com o Programa de Assistência Social e a questão fundiária também, são as  
2281 indenizações e etc. A gente entende que o impacto disso é muito grande. Inclusive, Lucas  
2282 ou Mariana, não sei qual é o funcionamento, se vocês puderem fazer a gentileza de  
2283 disponibilizar esse relatório para gente, porque eu vi que são muitas e muitas páginas, eu  
2284 não consegui anotar tudo aqui que foi falado lá, mas só alguns pontos aqui, que  
2285 poderíamos fazer parte disso e fazer essas reuniões mais periódicas com vocês. Por quê?  
2286 A gente, no Idene, fazemos questão que, tanto o Ministério Público quanto os conselhos de  
2287 barragens ou os conselhos de assistência social, todos envolvidos estejam juntos conosco.  
2288 Porque isso vai transformar a realidade da região, então precisamos de fazer isso. E uma  
2289 observação, não sei se o Lucas colocou no relatório, que foi muito rápido e não consegui  
2290 perceber, esse projeto está suspenso. Não tem obra. Não tem nada desde 2015. A gente  
2291 está completando 6 anos sem obra, sem nada. As pessoas estavam sendo atendidas lá  
2292 nos pontos de atendimento durante todo esse período. E, por questões legais, não se  
2293 conseguiu fazer a prorrogação do contrato do PAS com a empresa que estava contratada

2294 por restrição legal mesmo, isso no dia 25 de março deste ano. E a sub-rogação do projeto  
2295 para nós aconteceu no dia 12 de maio. A gente teve um prazo que a gente não podia fazer  
2296 nada, a Seapa também não porque já estava naquela transição. E o que acontece? A partir  
2297 desse momento, no dia 28, a gente procurou o CEAS crendo que já sabiam das coisas,  
2298 que ficou para a Seapa fazer essa comunicação. E a gente se reuniu com o Lucas, com a  
2299 Rose e com o Márcio para poder pedir ajuda. A gente falou assim: “Nos ajudem a entender  
2300 a estar lá com o pessoal.” Eu mesmo fiz uma visita lá ao local, então a gente está fazendo  
2301 essas tratativas todas. Então, o que acontece? As sugestões que o Lucas colocou ali, eu  
2302 anotei aqui muito rapidamente porque, mais uma vez, eu não tive acesso ao material. A  
2303 gente precisa de levar em consideração os impactos disso, tanto em outras legislações. E  
2304 também o impacto, que é o seguinte, você comentou que tem mais de 7 anos de espera.  
2305 Na verdade, são quase 40 anos que tem espera desse projeto. E durante esse período  
2306 desses últimos cinco anos foi feita essa assistência para as pessoas. Esse tempo que está  
2307 sem esse contrato especificamente, as pessoas estão sendo atendidas por outros canais.  
2308 Por exemplo, eu conversei particularmente com os três prefeitos das cidades impactadas,  
2309 inclusive você citou Engenheiro Navarro. Engenheiro Navarro não faz parte do projeto, não.  
2310 É só Claro dos Poções, Francisco Dumont e Jequitaiá. Então, o que acontece? Eles já  
2311 tinham me encaminhado, estou mostrando aqui para vocês, tem um ofício dos prefeitos da  
2312 região, falando exatamente que eles estão segurando as pontas, entres aspas, lá nos Cras  
2313 municipais nesse momento de transição. O que a gente vê é que fazendo uma suspensão  
2314 ou indicação de suspensão dessa licença ambiental, particularmente eu acho que a  
2315 instabilidade para região vai ser muito maior do que já está. Por quê? A gente entra em um  
2316 outro processo de inviabilização do projeto. Claro que têm os aspectos legais envolvidos  
2317 nisso, temos que considerar todos os aspectos. A gente tem se preocupado muito com  
2318 isso, mas não há viabilidade de fazer a suspensão de uma licença ambiental, essas coisas.  
2319 Eu acho que o que você colocou no seu relatório de prazos foi exatamente, ou bem  
2320 próximo, daquilo que a gente mandou para o Cras, para a gente terminar as licitações. A  
2321 gente está fazendo licitação do fundiário agora. A gente deve soltar esse edital do PAS nas  
2322 próximas semanas. A gente vai fazer pregão porque não dá tempo de fazer técnica e  
2323 preço. A gente queria fazer técnica e preço, mas o prazo legal disso, vira o ano porque têm  
2324 os vários e vários trâmites burocráticos nisso daí, então a gente vai fazer pregão para  
2325 contratar uma empresa, para poder colocar os postos de atendimentos. Inclusive, o  
2326 compromisso nosso é fazer os três postos mesmo. Por quê? Hoje não tem o de Claro dos  
2327 Poções. Não tinha, na verdade. Claro dos Poções só tinha dois. E foi uma sugestão de  
2328 vocês, do CEAS, para poder criar os de Claro dos Poções porque não foi feito e, dentro  
2329 dessa nova licitação já estamos considerando esse ponto. Só para poder finalizar e puxar  
2330 aqui, nós temos, sim, um norte de proteção social e o nosso dever de agir. A gente não vai

2331 fugir disso, o compromisso com a região. E não só porque eu sou da região, mas é um  
2332 projeto estratégico para o governo do estado e para região como um todo. A gente precisa  
2333 utilizar nesse momento um pouquinho de compreensão dos senhores. Eu vou pedir um  
2334 pouquinho de compreensão dos senhores porque a gente já está na reta final de licitação,  
2335 de divulgação de licitação. A gente está fazendo tudo em cima da regra direitinho. A  
2336 razoabilidade, eu acho que é muito importante para ter nesse momento e os planos que  
2337 temos, pediu a um empreendedor, acho que é o consórcio Jequitai para fazer um plano  
2338 temporário para gente, nos auxiliar nessa comunicação. As prefeituras estão nos auxiliando  
2339 nessa comunicação, inclusive, o ofício que eles mandaram aqui, vou ler uma parte. “Já  
2340 estão sendo atendidas e acompanhadas pelas equipes dos Cras/Creas no município,  
2341 entendendo esse momento de transição do Projeto Jequitai. E esperamos em breve a  
2342 instalação do PAS - Posto de Assistência Social do Projeto Jequitai em nossa cidade e em  
2343 retorno da cidade de Francisco Dumont.” Que são os encaminhamentos que temos, ou  
2344 seja, as famílias não vão ficar desacreditadas. Eles não vão ter um impacto maior. Eu acho  
2345 que o impacto maior é a sugestão de paralisar tudo. E agora é importante dizer e eu vou  
2346 frisar novamente, a obra está parada. Não tem obra. Não tem nada no local. É só o  
2347 acompanhamento disso mesmo. Até essa comunicação, se a gente ficar lá toda hora:  
2348 “Olha, vai começar a obra.” Ou “Olha, daqui dois meses ou mês vai ter a licitação para  
2349 poder fazer o fundiário.” A gente reacende nas pessoas aquela expectativa e fica muito  
2350 pior. Eu gostaria muito de contar com a compreensão dos senhores para que a gente não  
2351 dê esse encaminhamento de solicitação de suspensão porque, realmente, ela é inviável  
2352 tecnicamente, operacionalmente e até legalmente vai causar alguns transtornos. E o  
2353 compromisso que temos, que já foi firmado por ofício inclusive anterior a essa reunião – o  
2354 próprio Lucas citou – ele já tem os prazos que a gente está cumprindo. E até a questão, da  
2355 Supram e do Copam, de fazer essa prorrogação da exigência da condicionante, eu entendo  
2356 que a gente precisa fazer uma discussão mais apurada. Por isso que a gente procurou o  
2357 CEAS para poder fazer essa apresentação lá no dia 28 de maio, aproximadamente, não  
2358 me recordo direitinho a data. Mas a gente quer somar esforços. A gente quer estar junto. A  
2359 gente quer que o projeto prospere e, diga-se de passagem, a gente está hoje em um  
2360 momento muito bom, principalmente para colocar esse projeto de pé, fazer com que as  
2361 coisas aconteçam mesmo porque está todo mundo empenhado. Nós temos um vereador  
2362 que está querendo fazer o projeto. Nós temos um presidente do senado que é um  
2363 entusiasta do projeto. Na Codevasf o Projeto Jequitai é prioridade. Ele é o maior projeto da  
2364 Codevasf e eu estou falando de maneira geral, nacional, projeto nacional, para a gente  
2365 fazer ele. Então, eu pediria muito a compreensão dos senhores para que a gente desse  
2366 esse voto de confiança, mais uma vez para a gente cumprir os prazos que temos. A gente  
2367 tem que cumprir vários ritos legais. Solicitar essa suspensão agora só vai trazer uma

2368 instabilidade maior do que isso e a gente já está na boca para poder fazer as licitações e  
2369 resolver o problema. Mais uma vez, a gente precisa resolver o problema e eu vou pedir  
2370 muito a compreensão dos senhores para que possamos fazer isso juntos. Eu me  
2371 disponibilizo, minha equipe técnica também para fazer essas reuniões. Não sei qual é a  
2372 periodicidade que vocês fazem essas reuniões para podermos (áudio ruim) [01:34:18] na  
2373 reunião que a gente fez lá com (trecho incompreensível) [01:34:21] pedir para poder fazer  
2374 uma visita juntos. A gente estar lá juntos. Eu faço questão disso também porque é um  
2375 projeto prioritário e temos que estar de mãos dadas para fazer isso. Eu não sei se me  
2376 estendi muito. É a primeira vez que eu participo. Mariana, você me desculpe. Lucas, mais  
2377 uma vez, parabéns pelo relatório. Por favor, eu gostaria muito de ter acesso a isso, até  
2378 para poder responder efetivamente cada pergunta. A gente tem procurado fazer isso. E as  
2379 licitações, agora, principalmente do PAS, a previsão é que faça essa licitação agora em  
2380 setembro. Já está bem em cima. E se suspender isso – e é só uma observação técnica,  
2381 Mariana e demais – o PAS é para cumprir uma condicionante ambiental. Se a justificativa  
2382 é: condicionante ambiental. Se a gente faz a suspensão da licença, deixa de existir a  
2383 condicionante, então eu não tenho como licitar porque não existe a condicionante para eu  
2384 poder fazer a licitação. Entende? É meio que um cachorro correndo atrás do rabo. Vou  
2385 finalizar por aqui só pedindo, mais uma vez, para os senhores a compreensão, a  
2386 razoabilidade nisso porque a gente precisa nesse momento juntar esforços para conseguir  
2387 tirar esse projeto do papel. Estou à disposição para se alguém tiver alguma dúvida ou  
2388 pontuar, perguntar. Fico aqui à disposição dos senhores. Muito obrigado mais uma vez e  
2389 prazer falar com todos. **PRESIDENTE:** A gente agradece a sua participação. Eu acho que  
2390 é extremamente esclarecedor ouvir do Idene quais são as intenções, quais são as  
2391 perspectivas de melhoria de correção de rumos, como você apresentou para gente. E de  
2392 retomada das atividades porque, pelo que eu entendi, esse projeto, essa obra, vamos dizer  
2393 assim, ela está parada desde 2015 e agora, com a gestão que foi passada para o Idene, é  
2394 que vocês estão retomando o projeto. Correto? **NILSON, IDENE:** Isso. A ideia é, a partir do  
2395 momento que a gente conseguir fazer as licitações de fundiário e o social, retomar essas  
2396 tratativas com a população. E o projeto de construção civil, ele só vai ser feito mais para  
2397 frente, porque a premissa é tirar as pessoas de lá, fazer todo esse atendimento. A gente  
2398 precisa de caminhar. O intuito é caminhar com a valorização das pessoas. Em momento  
2399 algum o econômico ou o desenvolvimento, vamos falar assim, vai caminhar à frente das  
2400 pessoas, mesmo porque o Idene tem uma pegada um pouquinho diferente, Mariana,  
2401 porque a gente não é só assistencialista. A gente também tem a pegada do  
2402 desenvolvimento no sentido de que vamos fazer com que as pessoas tenham autonomia  
2403 para progredir. No momento a gente precisa dar as mãos e carregar no colo. O estado  
2404 precisa fazer isso, mas temos trabalhado para que ela possa crescer também e continuar

2405 caminhando com as suas próprias pernas. E tirar simplesmente aquela dependência de  
2406 “Olha, sempre está aqui alguma coisa para você.” E a gente entende, o governador  
2407 entende que isso é um processo. Isso é gradual, não tem nenhuma mudança radical de  
2408 uma hora para outra. Isso não existe em lugar nenhum do mundo. **PRESIDENTE:**  
2409 Obrigada. Eu vou abrir a palavra para inscrição, dúvidas dos conselheiros. Vou perguntar  
2410 também, fiquem à vontade. Conselheiros novos, conselheiros que não têm conhecimento  
2411 do assunto, fiquem à vontade para perguntar, por que estamos em um momento de debate  
2412 importante para compreensão do assunto por todos os conselheiros. Quem abriu o  
2413 microfone? Edeilson? **EDEILSON, REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS:** Boa tarde.  
2414 Exatamente. **PRESIDENTE:** Boa tarde. **EDEILSON, REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS:**  
2415 Boa tarde a todos. Quando a gente fala sobre a questão de abrir requisito igual recurso  
2416 para Jequitaiá, aqui mesmo em Pirapora tem o recurso, tem planos para isso, mas, se a  
2417 gente for analisar é a mesma coisa que o Nilson falou, fica tudo parado, quer dizer, a gente  
2418 fica, entre aspas, faltando alguém só para complementar o processo para ser refeito e ser  
2419 encaminhado. Igual seria a questão para a gente montar, igual o Nilson falou sobre juntar  
2420 as pessoas para não fazer igual agora *on-line*, assim, juntar um grupo de pessoas em um  
2421 lugar aberto para poder debater pessoalmente. **PRESIDENTE:** Edeilson, desculpa eu  
2422 perguntar, você pode se apresentar? Você é da região de Jequitaiá? **EDEILSON,**  
2423 **REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS:** Pirapora, Minas Gerais. **PRESIDENTE:** Ah, sim. E  
2424 você conhece o projeto? **EDEILSON, REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS:** Sim.  
2425 **PRESIDENTE:** Entendi. Você está trazendo para a gente a importância de fazer reuniões  
2426 presenciais com as pessoas que estão nos municípios dessas localidades? Correto?  
2427 **EDEILSON, REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS:** Correto, porque em Jequitaiá a gente  
2428 quase não vê essa questão que as pessoas impõem, porque fica como se fosse meio  
2429 isolado. Fica meio complicado tentar entender para buscar e também receber informação.  
2430 **NILSON, IDENE:** Só uma ponderação, Mariana. Eu acho muito importante isso que o  
2431 Edeilson comentou. Realmente, a gente ficou muito impedido de fazer isso por conta da  
2432 pandemia. Inclusive, várias visitas nossas previstas para serem feitas no território e a gente  
2433 não fez por conta de aglomeração, essas coisas assim. E não somente no Projeto  
2434 Hidroagrícola de Jequitaiá, mas em todo o estado também (trecho incompreensível)  
2435 [01:41:15] tem vários e vários outros, até os nossos sistemas de abastecimento de água,  
2436 eu particularmente não fiz visita a nenhum deles. Aliás, eu fiz visita em alguns deles, mas  
2437 na Onda Amarela, e voltou para Verde. A gente ia lá correndo fazer a visita e saía  
2438 respeitando esses protocolos. Mas a ideia dele é muito boa, mas tem que ser  
2439 implementada com calma, obviamente, de acordo com o Plano de Assistência Social que  
2440 vai ser feito. **PRESIDENTE:** Concordo, mas a gente ficou com muitas atividades suspensas  
2441 durante a pandemia, principalmente as presenciais, a gente vai ter que retomar. Eu estou

2442 vendo que têm inscrição do Márcio Caldeira. Márcio, por favor, pode ficar à vontade. Ana  
2443 Maria também se inscreveu? Agora que eu vi o *chat*. Ana Maria se inscreveu antes do  
2444 Márcio ou foi somente se identificando? **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Não, eu me inscrevi  
2445 sim, Presidente. Só não sei se foi antes dele. **PRESIDENTE:** Foi. Pode falar, Ana. **ANA,**  
2446 **CMAS JUIZ DE FORA:** Como eu estou chegando agora. Sou novata e não conheço o  
2447 projeto, mas como eu acompanho muita coisa do estado, e por morar no estado temos que  
2448 estar atentos, eu só gostaria de saber para eu me inteirar melhor, em que essa barragem  
2449 vai beneficiar o estado de Minas ou só essa região? E essas pessoas que têm que ser  
2450 retiradas, o que vai beneficiar todo mundo essa barragem? É para quê? Do que se trata?  
2451 Por gentileza. **NILSON, IDENE:** Posso responder, Mariana? **PRESIDENTE:** Pode, Nilson.  
2452 Sim. **NILSON, IDENE:** Desculpa eu ficar perguntando toda hora, mas é porque eu sou  
2453 novato e (áudio ruim) [01:43:20] na reunião, está, gente. (Áudio ruim) [01:43:25] protocolos  
2454 (áudio ruim) [01:43:28], mas, Ana Maria, foi muito bom você tocar nesse assunto  
2455 novamente porque a barragem não vai beneficiar somente a região. Ali a gente vai acabar  
2456 com um negócio chamado seca e desabastecimento da região. Acabar com a seca. Olha a  
2457 minha ideia, não existe acabar com a seca, é um vento climático. A gente vai (áudio ruim)  
2458 [01:43:58] acabar com os impactos violentos dessa seca da região (áudio ruim) [01:44:07]  
2459 caminhão pipa é o seguinte se ele entrega a água hoje, na semana que vem você tem que  
2460 voltar com isso para lá. São milhões e milhões de reais que são gastos que (áudio ruim)  
2461 [01:44:22] acabe com isso, essa indústria, vamos falar dessa maneira, e que as pessoas  
2462 tenham água tanto para abastecimento, para consumo humano quanto para produção.  
2463 Além, a princípio não vai ter aquela parte da (áudio ruim) [01:44:44], mas a princípio é de  
2464 abastecimento e (áudio ruim) [01:44:51] atingida de benefício. Isso acaba sobrando  
2465 dinheiro para fazer investimento em outras regiões do estado de maneira geral, e também  
2466 é um case de sucesso. Por quê? Mesmo com o estado, igual a gente está hoje,  
2467 conseguimos colocar as contas mais ou menos em dia, pelo menos servidores agora, esse  
2468 mês foi a primeira vez que foi recebido, em cinco anos, de uma parcela só. A gente está  
2469 recuperando um cenário de dinheiro que é do governo federal. O estado não entra com  
2470 praticamente nada, vamos falar dessa maneira. Para a região de maneira geral, é  
2471 transformador e, além de transformar a região beneficiando todas essas pessoas, (áudio  
2472 ruim) [01:45:42] casos um plano que tem hoje de negociação, ele é muito vantajoso. A  
2473 pessoa recebe um outro local do mesmo tamanho, ou maior do que ela tem hoje, já com  
2474 todas as benfeitorias, então se você tiver um curral hoje, vai ter um curral lá também, temos  
2475 que construir. Se a casa dele tem xis metragem, tem que fazer isso também. Tem o  
2476 transporte (áudio ruim) [01:46:06] nada disso, auxilia na primeira produção, auxilia a fazer a  
2477 primeira roça. Eu sou de lá, a gente fala roça, o primeiro cultivo, vamos falar dessa  
2478 maneira, com assistência técnica e por aí vai. Para pessoa que está lá, tem benefícios

2479 também. Claro, tem o apego com a terra. “Ah, eu nasci aqui.” Essas coisas todas, mas ele  
2480 vai para um local que é próximo, inclusive, próximo à área, mantendo toda cultura dele,  
2481 mantendo todas as coisas e toda assistência que temos procurado fazer para que ele não  
2482 tenha perdas mais do que já tem, mais do que esse impacto. Eu sou de lá. Eu sou êxodo  
2483 rural também, vem do interior para cá, a gente sabe como que é a mudança. Mas a gente  
2484 acaba tendo que mudar para um bem comum. Se a gente pensar só na quantidade  
2485 pequena de pessoas que está ali, realmente, a gente não vai fazer muita coisa. E até é  
2486 importante fazer isso porque temos recebido uma quantidade de apoio muito grande. As  
2487 pessoas são favoráveis a esse projeto porque só quem vivencia a falta de água,  
2488 normalmente (áudio ruim) [01:47:31]. Outro dia eu visitei um sistema em Bocaiuva que é a  
2489 minha cidade, uma senhora falou que a mãe dela (áudio ruim) [01:47:38] alguma coisa  
2490 assim, que é acostumada, ligou a torneira lá, legal, vai tomar um banho legal. O sonho  
2491 dessa senhora de 70 anos era tomar banho em um chuveiro, dada a complexidade das  
2492 coisas. A gente tem que trabalhar isso de uma maneira muito séria e também com esse  
2493 foco de beneficiar todas as pessoas. **PRESIDENTE:** Obrigada. Eu não sei se está dando  
2494 interferência para todo mundo. Acho que pode ser até a *Internet* do Nilson, mas deu  
2495 algumas falhas, mas eu acho que deu para entender. A pergunta que a Ana fez foi: que tipo  
2496 de barragem, qual o objetivo da barragem. E o Nilson falou que essa barragem é uma  
2497 barragem é atender a comunidade lá com água. É um reservatório de água e essa água vai  
2498 ser utilizada para beneficiar as famílias da região que vivem com os problemas de seca.  
2499 **NILSON, IDENE:** E regularizar o curso do rio também. Na época de seca, como estamos  
2500 hoje, ter água e não somente nos períodos de chuva. **PRESIDENTE:** Entendi. **LUCAS,**  
2501 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana? **PRESIDENTE:** Sim. **LUCAS,**  
2502 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Antes mesmo de passar para o próximo  
2503 inscrito, em respeito ao princípio da informação, eu acho que é importante deixar claro para  
2504 Ana Maria, que é nossa conselheira, é que todos esses benefícios, todas essas benesses  
2505 vão ser consolidadas quando da implementação do empreendimento e respeitados os  
2506 direitos da população atingida, que é justamente esse o motivo do relatório, que a  
2507 população atingida não tem o seu direito respeitado neste momento. **ANA, CMAS JUIZ DE**  
2508 **FORA:** Me permite só um aparte? É isso, Lucas. A minha preocupação, quando eu  
2509 perguntei o que que era esse projeto, o que que ia beneficiar, se era a região, é justamente  
2510 porque sabemos que quando se fala em barragem, como aconteceu aqui na minha cidade,  
2511 temos aqui em Juiz de Fora, umas barragens que contribuem para população de Juiz de  
2512 Fora, mas a população de (áudio ruim) [01:50:05] que foi feita essa barragem, foi  
2513 prejudicada. Não teve os seus direitos respeitados. Entendeu? Então temos que ficar muito  
2514 atento. A gente sabe que têm lugares no estado de Minas que precisam de cuidados. É  
2515 muita seca. Precisam do governo tomar providências, mas a população desses lugares, ela

2516 tem que ser respeitada, tem que ser cuidada e tem que ser direcionada muito bem para  
2517 evitar tragédias, que às vezes acontecem. Porque essa barragem não vai ser  
2518 simplesmente uma lagoa ou um lago onde você vai distribuir água para população, por isso  
2519 temos que estar atento. Benfeitoria é bem-vinda. Precisamos de cuidar de tudo isso, mas  
2520 temos que ter muito cuidado e eu vou repetir mais uma vez, dentro desse conselho eu sou  
2521 representante de usuário e toda população de Minas Gerais. Neste momento eu represento  
2522 eles. Muito obrigada, sr. Nilson. Muito obrigada a vocês todos. **LUCAS, CONSELHO**  
2523 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso. **PRESIDENTE:** Obrigada, Ana Maria, pela  
2524 participação. É importante mesmo, gente. O conselho, como a gente já disse hoje de  
2525 manhã, aqui é o momento de esclarecimento de dúvidas, de debate das questões que  
2526 estão afetas à assistência social. E a participação dos usuários, dos movimentos sociais é  
2527 muito importante para nós, para direcionarmos as políticas públicas e as atividades do  
2528 estado. Agora eu vou passar a palavra para o Márcio Caldeira, que está inscrito. **MÁRCIO,**  
2529 **ASSPROM:** Vocês estão me ouvindo bem? Hoje estou com o sinal da *Internet* muito ruim,  
2530 por isso vou manter a minha câmera fechada para ver se melhora um pouco essa  
2531 performance. Nilson, é um prazer estar aqui com você. Você aqui conosco, acho que nos  
2532 conhecemos na nossa última reunião junto com o Conselheiro Lucas e outros integrantes  
2533 da comissão de normas, justamente onde a gente começou a fazer essas tratativas com  
2534 vocês do Idene. Passando todas essas mensagens do que é o conselho e quais são as  
2535 atribuições do conselho. Fazendo essa delimitação muito objetiva na defesa da garantia  
2536 dos direitos socioassistenciais da população atingida. E que o conselho tem, principalmente  
2537 da comissão de normas e por ser integrante dela, mas eu acho que dentro da comissão  
2538 temos um comportamento muito didático de dar esses encaminhamentos com toda cautela,  
2539 justamente porque trata-se de matérias extremamente importantes, que afetam a vida de  
2540 muita gente. Eu acho que, desde que a gente iniciou essa conversa, na hora que vocês  
2541 assumiram a responsabilidade pelo projeto de Jequitaiá. Foi lá no final, acho que você  
2542 recordou aí, no final de maio e, logo início de junho, que a gente realmente repassou para  
2543 vocês todo esse histórico que a gente tinha em relação ao Projeto Jequitaiá e o cuidado que  
2544 o conselho estava tendo no encaminhamento das denúncias que chegaram para gente. E é  
2545 importante registrar aqui no conselho, principalmente nessa plenária, que no ano de 2020,  
2546 logo quando iniciou o processo da pandemia, nós havíamos recebido, sim, um documento  
2547 – não me recordo de qual foi o órgão – sobre a questão da suspensão dos postos de  
2548 atendimento em Jequitaiá. Na época, o CEAS se manifestou. A gente esclareceu a  
2549 importância da manutenção desses espaços de apoio à comunidade atingida. E a resposta  
2550 que a gente teve lá, ainda no ano de 2020, foi a revogação da intenção de fechamento dos  
2551 postos em função das questões que o CEAS apresentou, dando a relevância da  
2552 necessidade do cuidado da população atingida. A gente fez todo esse trabalho lá em 2020

2553 e houve uma continuidade da manutenção dos postos de atendimento. É importante você  
2554 nos trazer essa informação de que não há obra, não há execução efetiva, mas existem  
2555 situações que afetaram e afetam famílias naquela região. Há informações nos relatórios,  
2556 por exemplo, de famílias em que houve negociação das terras, famílias que receberam  
2557 indenização, mas que não foram reassentadas; famílias que têm negociação, mas não  
2558 foram indenizadas; famílias que não voltaram a fazer uso produtivo da sua terra. Existe  
2559 uma série de situações que afetam diretamente essa população atingida as quais, o CEAS,  
2560 por meio do Plano de Assistência Social, vai acompanhar todos esses desdobramentos. E,  
2561 na medida em que houve essa entrada da denúncia no conselho, a suspensão dos Postos  
2562 de Atendimento Social, e o CEAS tendo como uma atribuição específica detalhada em lei,  
2563 que é a garantia desses direitos socioassistenciais. E a gente fez todo esse trabalho,  
2564 principalmente na figura do Conselheiro Lucas, esse cuidado meticuloso de estar atento  
2565 aos conselhos municipais dos municípios, aos órgãos de controle, ao empreendedor  
2566 também. Toda essa atenção que foi dada justamente para que a gente pudesse ter uma  
2567 visualização de uma alternativa que viabilizasse ao conselho uma manutenção dessa  
2568 continuidade das atividades dos postos. Mas só que isso não chegou para a gente dessa  
2569 forma conforme o relato do Conselheiro Lucas. Eu vejo que não há uma intenção nisso  
2570 aqui em hipótese alguma. Eu coloco isso como um critério de avaliação porque eu sei que  
2571 a intenção, a dedicação de todos que estão aqui nesta plenária, em tentar buscar soluções  
2572 efetivas para que o projeto Jequitáí realmente possa sair do papel e se tornar algo concreto  
2573 e que vá atender a vida das pessoas que estão nesses municípios que são atingidos. Eu  
2574 acho que esse é o desejo de todos nós. O desejo de que realmente esse projeto seja  
2575 concretizado desde a sua implementação na sua finalidade. Mas, enquanto conselho, e  
2576 enquanto conselheiro, existe uma questão clara aqui na qual direito socioassistencial não  
2577 foi atendido. Ele não está sendo preservado. Porque como atribuição de conselho, eu me  
2578 coloco com muita tranquilidade, que o nosso posicionamento aqui, o meu posicionamento  
2579 efetivo, não quero dizer o nosso, não, o meu posicionamento é pela garantia dos direitos  
2580 socioassistenciais. E um dado que nos coloca em uma situação muito delicada é que o  
2581 PAS, ele foi suspenso. Os postos foram fechados através de uma decisão de um órgão que  
2582 não tem competência para tal finalidade, e isso também ultrapassa a competência do  
2583 conselho. Eu acho que o estamos trazendo a esta plenária justamente a defesa da  
2584 atribuição do conselho, que é prevista em lei e a nossa atribuição enquanto conselheiros na  
2585 defesa e na garantia desses direitos. Eu quero me colocar muito em convergência ao  
2586 relatório que foi apresentado aqui e acho que ele é muito claro, que esse conselho tem  
2587 toda a intenção de buscar saídas, sim, para que haja a retomada dessas atividades. Mas o  
2588 que a gente não poderia permitir aqui e eu, principalmente como conselheiro, é permitir, ter  
2589 em mãos uma denúncia de violação de direitos socioassistenciais e me manter omissa em

2590 uma tomada de decisão dessa magnitude. Eu estou colocando aqui, Presidente, nessa  
2591 situação, porque é um caso extremamente complexo. A gente discutiu isso muito na  
2592 comissão. A amplitude, a magnitude e a extensão que isso provoca em toda estrutura do  
2593 projeto, mas existe uma situação que é muito clara, que é a defesa e a garantia dos direitos  
2594 socioassistenciais. É nesse sentido que eu me manifesto aqui. Obrigado. **PRESIDENTE:**  
2595 Obrigada, Márcio. Acho que suas falas são sempre muito sensatas, muito inteligentes e,  
2596 com certeza, é isso mesmo que a gente está buscando. É a garantia do direito das pessoas  
2597 que estão ou serão atingidas por esse empreendimento. Agora, só para clarear um pouco  
2598 também, o empreendimento está parado. É isso que já foi dito aqui. Algumas pessoas já  
2599 foram indenizadas, mas não foram removidas? E as pessoas continuam no mesmo lugar?  
2600 E esses postos de atendimento social que foram fechados, eles foram fechados antes do  
2601 Idene assumir. É isso? Só para clarear mesmo. Eu estou fazendo perguntas para  
2602 esclarecer para todo mundo, inclusive para mim. Nilson. **NILSON, IDENE:** Nesse caso aí,  
2603 Mariana. Obrigado, Márcio, pelas considerações. Foi muito ponderado. Minha conexão  
2604 caiu, mas eu estou em um *backup* para escutar, pelo menos. O que acontece? O projeto  
2605 está parado desde 2015 e não foi feita a suspensão, a paralisação desses postos de  
2606 atendimento por força de um órgão ou de outro. É por força de lei porque o contrato  
2607 venceu, não tinha como ser feito nenhum tipo de prorrogação dele. O trâmite legal – a  
2608 burocracia geral que todos vocês conhecem muito bem – não permitiu que a gente  
2609 pudesse fazer algo nesse período ali enquanto a gente não tivesse o projeto em mãos.  
2610 Porque toda licitação e quem conhece licitação sabe que não é um processo muito fácil,  
2611 ainda mais de uma magnitude dessa. Realmente, temos que fazer de maneira com muita  
2612 cautela. Até mesmo porque a gente quer preservar as pessoas que estão lá, os servidores  
2613 públicos também, todo mundo que atua no projeto de maneira geral. As pessoas não estão  
2614 desassistidas. Estamos utilizando os conselhos municipais que estão fazendo isso de  
2615 maneira precária, vamos falar assim, até que a gente possa superar esse elemento que é a  
2616 licitação. Eu concordo com vocês que a gente precisa de dar assistência para as pessoas.  
2617 Concordo que tem que ser feita e é o que a gente quer, mas, nesse momento, eu acho que  
2618 podemos ponderar um pouquinho mais nisso daí até que a gente faça. Mesmo porque, no  
2619 ofício que a gente encaminhou para o próprio CEAS, constam esses prazos. A gente  
2620 precisa trabalhar mais uma vez juntos para que conseguir fazer isso. É o que a gente  
2621 acredita. É o que a gente quer fazer, trabalhar junto para conseguir uma solução e não  
2622 causar mais *stress* com a população. Quando teve aquele possível rompimento de talude  
2623 próximo de Belo Horizonte, Barão de Cocais, me parece. Em uma reportagem uma  
2624 senhora me impressionou bastante, me impactou bastante porque ela falou o seguinte:  
2625 “Olha eu prefiro que rompa logo porque eu não aguento mais ficar com essa expectativa de  
2626 se, eu vou dormir vai romper, se não vai, aquele negócio todo, então, prefere resolver já de

2627 uma vez.” Essa foi a entrevista que essa senhora teve e me impactou grandemente. A  
2628 gente precisa de fazer as coisas com muita responsabilidade, não gerar mais ainda  
2629 ansiedade para essas pessoas, porque isso não vai levar a nada. E tem uma garantia que  
2630 estamos fazendo tudo de acordo com o que precisa ser feito, de maneira legal, de maneira  
2631 muito transparente de acordo com as possibilidades que temos. **PRESIDENTE:** Obrigada,  
2632 Nilson. Lucas, eu estou vendo que você levantou a mão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**  
2633 **DE CURVELO/SSV:** Obrigado. É só confirmar para o Nilson, com bastante tranquilidade,  
2634 que este conselho, assim como todos os seus conselheiros, é pautado nessa  
2635 responsabilidade de decisão. A gente tem essa cautela, tanto é que recebemos essa  
2636 denúncia no mês de abril. E, a partir daí nós ouvimos vocês enquanto empreendedores.  
2637 Ouvimos a população atingida. Ouvimos vocês novamente. Buscamos todas as alternativas  
2638 para fazer o que é justo. Eu acho que o mais importante disso é dizer que toda essa  
2639 construção que fizemos foi pautada no respeito aos envolvidos principalmente. E com a  
2640 responsabilidade que temos nas costas, que é guiar uma Política de Assistência Social no  
2641 Estado de Minas Gerais e garantir a proteção para todos os mineiros, principalmente no  
2642 que diz respeito à política de atingidos de barragens. Nesse sentido, nessa última fala, eu  
2643 gostaria de fazer duas perguntas. Quando os postos de atendimento foram fechados?  
2644 Quantas pessoas, quantos foram os atendimentos realizados no mês de junho? **NILSON,**  
2645 **IDENE:** Lucas, com certeza. Essa informação de quantos atendimentos foram feitos no  
2646 mês de junho, eu não tenho por que foi feito pela prefeitura. Realmente, eu não tenho essa  
2647 informação e o que eu tenho de informação oficial dos prefeitos é que eles estão fazendo  
2648 esse atendimento suplementar, vamos falar dessa maneira. (Áudio ruim) [02:06:13].  
2649 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Só me permita um aparte. Você  
2650 trouxe que o empreendimento estava fornecendo, através de outros meios, o atendimento  
2651 para essa população. E eu te fiz a pergunta “Quantos atendimentos vocês fizeram?” Você  
2652 me disse que não tem essa informação porque esses atendimentos estão sendo feitos pelo  
2653 município? Então, o empreendedor não está assumindo essa responsabilidade pelo  
2654 atendimento? É isso? **NILSON, IDENE:** Vamos lá. A gente tem que ter muita calma nesta  
2655 hora, Lucas, porque senão a gente acaba induzindo às pessoas ao entendimento errado. O  
2656 contrato foi vencido no dia 25/03/2021. Não tinha legalidade em continuar com isso e nós  
2657 não éramos os responsáveis por isso. Eu acho que vocês estavam acompanhando isso  
2658 muito de perto. O que estamos tentando fazer agora é: enquanto não tem um novo  
2659 contrato, que é o que estamos trabalhando nisso para ser resolvido no próximo mês, fazer  
2660 a contratação e tem o prazo de mobilização dos escritórios da empresa que ganhar, por  
2661 exemplo, para eles fazerem isso. A gente não está falando de uma desassistência.  
2662 Simplesmente, a gente está auxiliando as pessoas para poder fazer isso junto com as  
2663 prefeituras. Então, o que a gente precisa fazer aqui? Eu acho que a gente precisa caminhar

2664 nisso porque se não a gente vai ficar discutindo isso eternamente. Primeiro, a gente vê  
2665 como podemos auxiliá-los nisso prestando as informações. Eu tive conhecimento desse  
2666 relatório agora que você apresentou o relatório. Mesmo assim, eu tentei fazer as minhas  
2667 anotações aqui de maneira muito rápida. Não tem jeito de anotar e prestar atenção nas  
2668 demais. Eu acho que a gente precisa de fazer, mesmo porque é o seguinte: de supetão  
2669 para poder tomar uma decisão dessa, eu acho que a gente precisa de ir pelo princípio da  
2670 razoabilidade. Se a gente tivesse sido avisado com um tempo maior para poder ter esses  
2671 dados todos, Lucas, eu acho que (áudio ruim) [02:08:38] fazer que é o que eu estou me  
2672 disponibilizando aqui para podermos fazer rodadas disso, apresentações disso. Porque,  
2673 nesse momento de transição, é um momento muito complexo, principalmente pela  
2674 magnitude de um projeto que está parado há 40 anos e que se fala disso. E o projeto está  
2675 literalmente paralisado. Está sendo feita essa manutenção de assistência social e  
2676 ambiental durante 6 anos. Assim: “Ah, as pessoas estão sendo amplamente impactadas,  
2677 etc.” Não. Não é bem assim, porque a gente está fazendo o paliativo e essa comunicação  
2678 está sendo feita por impressos, inclusive. O consórcio de Jequitaí tem feito isso lá com a  
2679 gente. Mais uma vez, eu acho que podemos passar pelo crivo da razoabilidade. As  
2680 pessoas que estão lá já estão nessa situação já tem no mínimo 6 anos tendo esses  
2681 atendimentos. É uma transição que a gente está fazendo. A gente está fazendo isso com  
2682 muita responsabilidade, inclusive respeito às famílias, respeito a todo mundo, tanto que  
2683 estou aqui. Agora, de supetão, igual “Chama o pessoal para uma reunião amanhã a uma  
2684 hora da tarde.” Não tem a mínima condição, por isso que a gente está aqui tentando  
2685 responder e eu gostaria muito de contar com a compreensão dos senhores para que a  
2686 gente pudesse encaminhar isso de uma maneira que seja conjunta e não para o embate  
2687 que seria: “Vamos suspender o negócio e infringir os outros aspectos legais e,  
2688 provavelmente gerar mais instabilidade na região que hoje está calma. Tanto que os ofícios  
2689 dos prefeitos estão aqui para poder fazer, inclusive tem um vídeo do projeto que foi feito.  
2690 Se quiser apresentar o projeto para todo mundo. Não tem ninguém que está cerceando o  
2691 direito de ninguém. Não tem ninguém fazendo nada disso. Eu gostaria muito de contar com  
2692 a compreensão dos senhores a respeito disso. Ok. **SUZANNE, SEDESE:** Daniel, a Mariana  
2693 perdeu a conexão. A gente está sem a primeira e a segunda secretária. Quando a Mesa  
2694 Diretora não está presente, eu não sei quem coordena. **ELDER, SEDESE:** Eu tinha  
2695 levantado a mão depois do Lucas. **SUZANNE, SEDESE:** O que foi, Lucas? **LUCAS,**  
2696 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** A Ivone está aí. **SUZANNE, SEDESE:** A  
2697 Ivone está aqui? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** A Ivone é a  
2698 primeira secretária. **NILSON, IDENE:** Eu vi que o Élder levantou a mão, tem uma mãozinha  
2699 aqui. **ELDER, SEDESE:** É. Eu tinha levantado a mão depois do Lucas. **SUZANNE,**  
2700 **SEDESE:** Eu não tinha visto a Ivone aqui. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**

2701 **CURVELO/SSV:** Eu já falei. Eu já estou satisfeito. **ELDER, SEDESE:** Que bom. Eu posso  
2702 falar? Eu vou falando enquanto a Mariana não chega. Depois dessa discussão,  
2703 principalmente dos pontos trazidos pelo Lucas, a explicação do Nilson, as falas do Márcio.  
2704 O que a gente percebeu é que é um tema extremamente complexo que envolve o  
2705 atendimento socioassistencial das famílias, da maneira como essas famílias estão sendo  
2706 atendidas no território. Pensando nisso tudo e pensando nesse volume de informações que  
2707 foram trazidos. Não foi um tema que foi tratado na minha comissão, mas é um tema que  
2708 atravessa a área em que sou superintendente, sou superintendente de proteção básica. E  
2709 o que eu pensei foi o seguinte: me preocupa muito a questão de que a suspensão imediata  
2710 do PAS, ele pode impactar nessa licitação para reativar esses postos de atendimento, que  
2711 nesse momento não estão fornecendo atendimento, que é o que já conversamos muito  
2712 sobre isso. Para além disso, eu sinto a necessidade de conversar com os Cras dos  
2713 municípios principalmente, pelo fato do Cras ser um equipamento que fica nos territórios de  
2714 maior vulnerabilidade, com as coordenações dos Cras. Não só dos Cras, mas com as  
2715 equipes socioassistenciais em geral - falo mais do Cras porque é a minha área, inclusive  
2716 para entender como que está essa questão do atendimento, a percepção dos atingidos e  
2717 tudo. E eu acho que é muito importante fazer isso antes de tomar qualquer decisão, antes  
2718 de fazer qualquer escolha. Acho que ficaria muito mais seguro e acho que é muito  
2719 importante, em processos complexos como o que estamos vendo – as análises foram  
2720 muito boas – a gente tomar essa decisão mais embasados possível. Eu gostaria de sugerir  
2721 para o conselho, tendo em vista tudo isso, eu gostaria de pedir vista desse processo.  
2722 Porque hoje, com as informações que estão aqui, eu considero que é muito importante  
2723 fazer essa conversa com os demais municípios e com as equipes socioassistenciais. Não,  
2724 obviamente, desmerecendo o trabalho que vocês já fizeram, que foi um trabalho excelente  
2725 e que o Lucas até pontuou, mas, como superintendente de proteção social básica, eu vejo  
2726 essa necessidade. Eu acredito que tenho que colocar essa minha necessidade aqui no  
2727 conselho para análise de vocês. Acho que será extremamente importante para fazermos  
2728 uma análise mais fundamentada. É isso. Muito obrigado. **SUZANNE, SEDESE:** Eu vou  
2729 pedir licença porque eu fiz essa pergunta **DANIEL- CEAS:** Sim, eu estou olhando se a  
2730 Ivone está aqui. Eu estou tentando achar ela, mas ela não está. **PRESIDENTE:** Gente, eu  
2731 consegui. **SUZANNE, SEDESE:** A Mariana voltou. A gente estava com problema de linha  
2732 sucessória aqui. **PRESIDENTE:** Dá aquelas quedas do Wi-Fi, do nada, eu tentei entrar pelo  
2733 celular nos dados móveis, também não consegui de jeito nenhum. Vocês me desculpem,  
2734 mas são coisas do teletrabalho. Acontece aqui com todo mundo. Pessoal, em que ponto  
2735 paramos? Porque eu perdi uns cinco minutos de conversa. **DANIEL- CEAS:** O Élder fez  
2736 um pedido de encaminhamento, de vista. **SUZANNE, SEDESE:** Duas pessoas inscritas.  
2737 **DANIEL- CEAS:** Antes de passar para essas duas pessoas, por favor, quando for fazer o

2738 pedido de vista, a gente definir quando vai até a próxima ordinária ou se tem antes. É  
2739 sempre interessante a gente definir esse prazo. **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel. **LUCAS,**  
2740 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso é verdade. Isso eu preciso confirmar,  
2741 revalidar isso. Isso é importantíssimo. Isso dá segurança jurídica. **ELDER, SEDESE:** Estou  
2742 ciente. **PRESIDENTE:** Quem que está inscrito aqui? Edeilson? Na minha tela só está  
2743 aparecendo a mãozinha do Edeilson. **PAULA - CEAS:** Edeilson e o Márcio. **EDEILSON,**  
2744 **REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS:** Boa tarde, Mariana. Quando o Márcio falou sobre a  
2745 questão de moradia e segurança, o certo seria o quê? Vamos fazer uma geografia,  
2746 pesquisar todo o território para as pessoas estarem por dentro desse projeto e olhar os dois  
2747 lados. O lado que vai aperfeiçoar o desenvolvimento do projeto e aquele outro lado, que vai  
2748 olhar as necessidades do cidadão, olhar as desvantagens e o recurso que podemos pegar  
2749 e desenvolver para o governo saber como que vai ser feito e os recursos para não dar toda  
2750 aquela polêmica que foi feito o projeto, foi aprovado, mas, também não foi analisado, mas  
2751 não teve também recurso nenhum de informação. É onde a mídia vai entrar, vai querer  
2752 saber e fica tudo assim meio travado, sem dar uma resposta exata, não é, Suzanne?  
2753 Suzanne, qual seria a sua palavra? **PRESIDENTE:** Você pode repetir? Você entendeu,  
2754 Suzanne? **SUZANNE, SEDESE:** Não. Eu não entendi. Pedir para ele repetir, por favor.  
2755 **EDEILSON, REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS:** A questão desse projeto, essa  
2756 implantação, como o Nilson colocou e Élder está querendo saber agora. É o quê? É sobre  
2757 aquela questão que teve lá em Mariana, que a barragem caiu e teve aquele monte de  
2758 morte e procuraram. Porque a visão deles é implantar esse projeto, para ele ficar fixo  
2759 daquele medo todinho da população debater, criticar. Aquela crítica destrutiva, mas a gente  
2760 analisar isso e colocar no papel o que podemos fazer de melhor, desenvolver para que a  
2761 empresa tenha um retorno que facilite ela, o funcionário, os sobreviventes que é o  
2762 ambiente todinho da população. Seria esse, Mariana. **NILSON, IDENE:** Edeilson, todos  
2763 esses aspectos de segurança, eles estão sendo tratados no projeto. Isso, a Codevasf,  
2764 quando iniciar o barramento, leva tudo isso em consideração e, obviamente todos os  
2765 aspectos técnicos, jurídicos e segurança. Isso é uma prioridade do governo do estado de  
2766 Minas Gerais porque ninguém quer que isso venha a acontecer. Em Brumadinho eu perdi  
2767 amigos com essa tragédia, inclusive. E em Mariana, conhecidos meus. Isso, realmente,  
2768 nem passa pela cabeça da gente, a segurança ser descartada em algum momento.  
2769 **EDEILSON, REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS:** É porque é onde temos que pegar e  
2770 estar sempre batendo a tecla para isso ser exposto para o povo. Porque a maioria das  
2771 vezes o povo não entende e não chega até essa informação. É onde temos que jogar “o  
2772 projeto foi feito”, com a implantação, a função, ou seja, a gente jogar na questão de  
2773 administrar um projeto, está sempre analisando ele, criar um meio de recurso para o  
2774 cidadão está sabendo como que fica o movimento dentro e fora, para estar sempre fazendo

2775 reciclagem com fiscalizações para aprovar e ser sempre prestado para o povo o que a  
2776 empresa está fazendo, que eles já vão estar já mais por dentro do que está acontecendo  
2777 semanalmente. Diariamente, que aí não tem como falar assim “A empresa faz. O governo  
2778 faz.”, mas o povo não tem informação. A gente fazer esse *feedback* para fazer chegar da  
2779 população ao governo, do governo à população. Para não ficar aquele contratempo, um  
2780 jogando para o outro, aí a gente faz o quê? Faz um projeto, cria-se o *e-mail*, abre um site  
2781 de alguém para poder pegar, igual no caso de Mariana, pega tudo aquilo, faz um pacote e  
2782 lança ele. Essas as minhas palavras, por enquanto, Márcio. **PRESIDENTE:** Obrigada pelas  
2783 considerações. Acho que você traz pontos de atenção aqui para gente, Edeilson. Temos  
2784 mais algum inscrito para finalizar os encaminhamentos? Eu estou um pouco preocupada.  
2785 Nós temos outras pautas ainda para dar continuidade. **DANIEL- CEAS:** O Márcio está com  
2786 a mão levantada, Mariana. **PRESIDENTE:** Márcio, por favor. Eu não vi. **MÁRCIO,**  
2787 **ASSPROM:** Obrigado, Presidente. São duas questões. Uma é questão regimental. Quando  
2788 há pedido de vista a matéria sai de pauta. A discussão não dá sequência. Isso é uma  
2789 questão que eu gostaria que a Secretaria Executiva verificasse. Mas, gostaria de deixar  
2790 registrado aqui também – acho que é uma observação que eu não fiz, que era importante.  
2791 Qualquer empreendimento quando tem uma intenção de fechar um Posto de Atendimento  
2792 Social, ele deve solicitar essa suspensão ao conselho. E o conselho, por meio de  
2793 deliberação em plenária, atende ou não a solicitação pela suspensão do posto. Uma vez  
2794 que essa suspensão foi feita pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que não tem a  
2795 competência para tomar uma decisão dessa amplitude, significa que esse posto de  
2796 atendimento necessariamente tem que estar em funcionamento. Ele não pode deixar de  
2797 funcionar porque quem autoriza a suspensão é o Conselho de Assistência Social e isso  
2798 não chegou para gente. Existe uma questão da ilegalidade nesse processo, em relação ao  
2799 encaminhamento dado por outro órgão que não tem a competência legal para definir o  
2800 fechamento de um Posto de Atendimento Social. Presidente, existem duas questões, que  
2801 quero deixar nesse registro, que a gente não consegue avançar nessa discussão em  
2802 função do pedido de vista que foi feito pelo Conselheiro Élder. Eu gostaria da manifestação  
2803 da Secretaria Executiva, em relação a essa situação, se permanece ou não na pauta essa  
2804 matéria. **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel. Eu acho importante isso que ele falou para a  
2805 gente confirmar o procedimento. Eu só queria também é atentar para uma questão. Além  
2806 do pedido de vista, o Nilson solicitou esse relatório que foi lido e apresentando aqui e eu  
2807 acho importante que o CEAS formalize isso para o Idene, se a plenária concordar, para que  
2808 o Idene também possa se manifestar para o CEAS diante os pontos que foram colocados e  
2809 levantados aqui. E também esperar o Daniel confirmar, mas eu estou entendendo então  
2810 que os encaminhamentos serão, tem esse pedido de vista, aí tem que ter um retorno na  
2811 próxima plenária. Já estou colocando essa proposta de encaminhamento que o relatório

2812 seja encaminhado para o Idene, para que o Idene possa responder formalmente sobre  
2813 todas as questões que foram suscitadas e, na próxima plenária, retomáramos essas  
2814 discussões. Vocês confirmam se o meu entendimento está correto. **DANIEL- CEAS:** É  
2815 isso, Mariana. Já conversamos aqui na Secretaria Executiva, sim, depois que tem o pedido  
2816 de vista aprovado, caso a plenária aprove, retira-se esse ponto de pauta. Eu só falei da  
2817 data, que tem historicamente ido para próxima ordinária, só que é interessante a gente  
2818 confirmar isso em plenária até quando o Conselheiro Élder teria o pedido de vista, pode,  
2819 sim, ser até a próxima ordinária. E por fim, sim, para encaminhar o relatório, já que foi o  
2820 conselheiro relator que o fez. É interessante, é importante, que se aprove em plenária para  
2821 depois ser feito o pedido de resposta formal do Idene. São esses dois pontos a serem  
2822 deliberados em plenária. Assim, a Secretaria Executiva operacionaliza o resto. **MÁRCIO,**  
2823 **ASSPROM:** Questão de ordem, Presidente. **PRESIDENTE:** Sim. **MÁRCIO, ASSPROM:**  
2824 Para que a gente possa encaminhar o pedido da questão do relatório. A questão do  
2825 relatório está ligada diretamente a questão do processo. Se o processo saiu de pauta,  
2826 como que a gente encaminha a votação de um relatório que é atrelado a esse processo? E  
2827 que há pedido de vista? Entendeu? Eu gostaria de ficar bem claro para todos.  
2828 **PRESIDENTE:** Sim. Você foi claro. **DANIEL- CEAS:** Faz sentido mesmo. **PRESIDENTE:**  
2829 Porque o pedido de vista é, inclusive, sobre tudo que foi colocado no relatório. O Idene,  
2830 eventualmente, a gente só poderia mandar depois que a gente dirimisse isso aqui entre o  
2831 conselho. Tudo bem. Concordo com você. **DANIEL- CEAS:** Tem sentido, Mariana.  
2832 Concordo com o Márcio também. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Só  
2833 um esclarecimento, Mariana. O meu relatório, ele é público para as partes. Ele foi  
2834 publicizado na plenária que é pública, então não vejo óbice nenhum de encaminhar o meu  
2835 relatório para o Idene. O que eu não concordo é que ele seja respondido, porque não há  
2836 possibilidade de resposta de um relatório finalístico que só traz diagnóstico e  
2837 encaminhamentos daquilo que foi apurado pelo conselho que é órgão de fiscalização. E, se  
2838 o Idene quiser se manifestar posteriormente, após a apresentação do pedido de vista do  
2839 Élder que será analisado pela plenária, o Idene pode fazer direcionado a esta relatoria.  
2840 **PRESIDENTE:** Ok, de acordo também. Questões de ordens aceitas. **DANIEL- CEAS:** Ok,  
2841 também. Só para entender: tem esse pedido de vista e a gente só encaminharia depois do  
2842 pedido de vista. É isso ou o Lucas encaminha que já é público. **PRESIDENTE:** Isso. O que  
2843 o Lucas colocou é que o relatório dele é público. Ele não pode. Ele não vai encaminhar  
2844 como ofício e nem para resposta. **DANIEL- CEAS:** Perfeito, a gente encaminha por *e-mail*  
2845 também. **PRESIDENTE:** Exato, só para conhecimento, e depois, já estou entendendo que  
2846 esse prazo para vista é até a próxima plenária, inclusive porque a nossa reunião do CEAS  
2847 da semana que vem é uma reunião conjunta com o Cedca. Não é o caso de encaixar isso e  
2848 também vejo que, pelas nossas agendas aqui que a gente discutiu, o melhor seria para

2849 próxima plenária mesmo. Eu já vou colocar aqui para aprovação da plenária esses  
2850 encaminhamentos, se todos estão de acordo. Querem que eu repita? **DANIEL- CEAS:**  
2851 Sim. Coloca seu *e-mail* no *chat*, por favor, Nilson, para a gente encaminhar o relatório.  
2852 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Encaminha via SEI, Daniel.  
2853 **NILSON, IDENE:** Eu não tenho acesso ao *chat* aqui, não. **DANIEL- CEAS:** Eu encaminho  
2854 via SEI, já que foi um pedido do Conselheiro Lucas, a gente encaminha via SEI. Não tem  
2855 problema algum. **NILSON, IDENE:** É [gabinete@idene.mg.gov.br](mailto:gabinete@idene.mg.gov.br). **DANIEL- CEAS:** A gente  
2856 encaminha via SEI, Nilson. O Conselheiro Lucas pediu aqui. A gente encaminha via SEI.  
2857 **PRESIDENTE:** Isso. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Mariana? **PRESIDENTE:** Dona Anédia.  
2858 **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu só queria fazer uma pergunta. Isso é só com a comissão de  
2859 ética ou a gente vai poder ter acesso também? **PRESIDENTE:** Tem. Todos os conselheiros  
2860 terão acesso, dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Lucas, você manda para mim? Tudo  
2861 isso para eu ver, me ajuda porque me interessei. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
2862 **CURVELO/SSV:** Pode deixar, dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Obrigada.  
2863 **PRESIDENTE:** Isso. Obrigada, dona Anédia. Recapitulando aqui. O relatório do  
2864 Conselheiro Lucas será encaminhado para todos os conselheiros para conhecimento,  
2865 assim como para o Idene. O Conselheiro Élder está pedindo vista do processo e, sendo  
2866 concedido o prazo de vista até a próxima plenária, ele dará um retorno sobre a situação  
2867 colocada – o processo que envolve a denúncia, que envolve esse relatório e a apuração de  
2868 tudo. Está claro? Podemos fechar os encaminhamentos? Eu pergunto se a plenária está  
2869 esclarecida para votar sobre esses encaminhamentos? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**  
2870 **DE CURVELO/SSV:** Eu quero propor um prazo menor para vista. Uma vez que a gente  
2871 está falando de proteção social de 3 municípios, em um total de mais de 70 mil habitantes.  
2872 É importante que faça uma análise disso com mais brevidade. **PRESIDENTE:** Mas você  
2873 sugere a convocação de uma extraordinária para isso? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**  
2874 **DE CURVELO/SSV:** Sim. **PRESIDENTE:** Acho difícil por causa das agendas, Lucas. A  
2875 gente ainda tem pontos de pauta aqui para discutir que também envolvem agendas do  
2876 CEAS. Eu, a princípio, já vou me manifestar contra a fazer uma extraordinária só para isso  
2877 porque já tem uma extraordinária com o Cedca e já temos outras agendas aqui de  
2878 conferência. A gente tem um ponto de pauta para discutir ainda que é uma agenda para  
2879 Comissão do Regimento Interno. Então, por causa de agenda, eu já estou me  
2880 manifestando pela impossibilidade de a gente conseguir mais uma plenária extraordinária  
2881 até o mês de setembro. **ELDER, SEDESE:** Eu também acho, não teria como. Se o caso de  
2882 agenda (trecho incompreensível) [02:31:02]. **PRESIDENTE:** Está aberto aqui para plenária  
2883 resolver. **NILSON, IDENE:** Mariana, permita-me uma colaboração. Eu estou embolado nas  
2884 minhas agendas aqui de hoje. Eu acho que está mais ou menos, vou pedir permissão para  
2885 eu poder me ausentar, se for possível. **PRESIDENTE:** Claro, Nilson. Sim. A gente

2886 agradece a sua participação, a sua presença. Agora é questão interna aqui mesmo, do  
2887 conselho resolver os encaminhamentos que serão dados. Você vai ser comunicado  
2888 também. A gente vai enviar para você a informação aqui, ok? **NILSON, IDENE:** Sim. Até  
2889 tem um processo aberto no SEI. Já pode utilizar o mesmo. De maneira geral, muitíssimo  
2890 obrigado. Desculpa só a correria da agenda que foi de supetão, então temos que ir se  
2891 adequando, mas muito obrigado mesmo. Espero ter outras oportunidades para  
2892 conversarmos, inclusive com mais calma a respeito do projeto. Eu acho que é muito  
2893 bacana. Tem um vídeo muito esclarecedor a respeito do projeto também. Se quiser,  
2894 podemos enviar para vocês. Disponibilizo no *Google Drive* ou alguma coisa um pouquinho  
2895 mais pesada ou mando por *e-mail*, não sei como poderia ser feito, mas eu acho que é  
2896 muito importante a gente fazer isso e principalmente fazer uma discussão um pouco mais  
2897 ampla, exatamente, para podermos conseguir todos os objetivos que pretendemos como  
2898 estado e como seres humanos também. Está bom? Muito obrigado, Mariana. Lucas,  
2899 parabéns mais uma vez pelo relatório. O que vocês precisarem, contem conosco. Estamos  
2900 à disposição. Um abraço. Bom final de semana para vocês. Eu vou seguir a agenda aqui.  
2901 Um abraço. **PRESIDENTE:** Obrigada e boa tarde. Voltando aqui para os nossos  
2902 encaminhamentos. A plenária está esclarecida sobre os encaminhamentos? Então, eu só  
2903 vou perguntar sobre o que o Lucas está sugerindo de fazer uma extraordinária para tratar  
2904 especificamente do assunto. A plenária concorda ou discorda? **DANIEL- CEAS:** Mariana,  
2905 eu acho que poderíamos votar o pedido de vista antes e depois a extraordinária.  
2906 **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, Daniel. Vamos lá. Sobre o pedido de vista do Conselheiro  
2907 Élder. Podemos votar? Estão esclarecidos? **MÁRCIO, ASSPROM:** Não há votação para o  
2908 pedido de vista. (Trecho incompreensível) [02:33:54] plenária. **DANIEL- CEAS:** Não?  
2909 **PRESIDENTE:** Daniel, me ajuda. Eu estou seguindo orientação do que vocês falam para  
2910 mim. Tem que ter votação, não tem que ter votação. **MÁRCIO, ASSPROM:** Se a plenária  
2911 derrubar o pedido de vista, a gente continua o debate da matéria. **DANIEL- CEAS:** Sim,  
2912 mas a plenária decide por derrubar o pedido de vista. Não? **MÁRCIO, ASSPROM:** Não.  
2913 Regimentalmente isso não pode acontecer, acredito eu. Porque já vivenciei situações  
2914 dessa como um todo. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Márcio, é  
2915 porque, ao longo desses anos, temos uma nuvem negra aqui que é bem obscura dentro do  
2916 nosso Regimento Interno porque todos os pedidos de vista que este conselheiro apresenta,  
2917 ele é submetido a votação do conselho. Todos, sem exceção. Eu acho que é uma regra, e  
2918 se não for a regra, eu mesmo vou questionar. **PRESIDENTE:** Vamos lá. O pedido de vista  
2919 vai para votação? É isso, Lucas? Sim, não é? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
2920 **CURVELO/SSV:** Eu que te pergunto, Mariana. **PRESIDENTE:** Gente, eu entendo que pedir  
2921 vista. Sinceramente, o nosso regimento, ele é uma nuvem negra. A gente tem muita  
2922 dificuldade por causa do nosso regimento. Eu entendo que pedido de vista é uma coisa

2923 comum. É direito de todo conselheiro, não me lembro, eu acho que a última polêmica aqui,  
2924 que eu acho que o Lucas pode alegar isso, que foi negado o direito de vista dele. Na  
2925 verdade, ele teve o direito de vista, mas depois o direito de vista não foi respeitado porque  
2926 foi convocada a plenária para tratar do mesmo assunto. **DANIEL- CEAS:** Isso, porque o  
2927 Lucas está corretíssimo. O regimento, ele não (trecho incompreensível) [02:35:59].  
2928 **PRESIDENTE:** Tudo bem, pedido de vista. **DANIEL- CEAS:** Sim, mas não tem, por  
2929 exemplo, a aprovação de um direito de vista, entretanto, a gente viu que historicamente, no  
2930 tempo que estou aqui, que é interessante que têm algumas questões que já sejam mais  
2931 esclarecidas na plenária. Mas, regimentalmente, não tem, de fato, que tem que ter votação  
2932 de pedido de vista, nem tem que ter prazo, enfim. Mas eu estou falando aqui de uma forma  
2933 para ficar bem claro e não dar problema no futuro. Mas é uma orientação da minha  
2934 experiência estando aqui. **PRESIDENTE:** Suzanne, você levantou a mão? Quer contribuir?  
2935 **SUZANNE, SEDESE:** Não, eu acho que é problema do Regimento Interno. O artigo 11º  
2936 fala que é facultado ao conselheiro pedir vista à matéria a critério da plenária. Agora, o que  
2937 é esse “a critério da plenária”, não sabemos se é votação ou não. Mas tinha que fazer por  
2938 (trecho incompreensível) [02:36:51], se tiver alguém já contrário ao pedido de vista, já se  
2939 manifestava. Não sei se precisa chamar votação nominal para isso. **PRESIDENTE:**  
2940 Obrigada, Suzanne. Alguém mais pediu para falar? **ROSA - CEAS:** Mariana?  
2941 **PRESIDENTE:** Sim. Quem? **ROSA - CEAS:** Eu ia falar exatamente isso que a Suzanne  
2942 alegou. O art. 11º fala que é a critério da plenária. Até o prazo para o conselheiro  
2943 apresentar vista também deveria ser discutido na plenária. E é artigo que toda vez é usado  
2944 para avaliar o pedido de vista. Ao aprovar esse pedido de vista do Élder, todo o  
2945 encaminhamento da comissão de normas também é suspenso, não é, Suzanne? Porque  
2946 estamos vinculados ao relatório do conselheiro. O art. 11º, é como vocês falam: “O nosso  
2947 Regimento Interno é algo que a gente vai ter que reestudar ele bastante” porque ele dá  
2948 essa margem, esse entendimento que deveria ser avaliado pela plenária o pedido de vista.  
2949 **DANIEL- CEAS:** Com certeza, Rosa. **SUZANNE, SEDESE:** Essa era a última pauta da  
2950 comissão de normas, então, vencida essa questão da vista, já pode passar para próxima  
2951 comissão. **PRESIDENTE:** Então, eu vou perguntar se tem alguém contrário ao pedido de  
2952 vista, caso não tenha ninguém contrário, o pedido de vista fica aprovado. Ok. Agradeço.  
2953 Não temos manifestação contrária. O pedido de vista está aprovado. Sobre o prazo, o  
2954 pedido de vista pode ser concedido prazo até a próxima plenária: Sim ou não? Se for não,  
2955 a gente vai discutir a convocação de uma extraordinária. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**  
2956 **DE CURVELO/SSV:** Mariana, eu queria retirar a minha fala da redução do prazo porque eu  
2957 entendo que se aplica o art. 4º, da Resolução nº 681 de 2019. E ele é muito claro que é até  
2958 a plenária seguinte. E em respeito ao direito do Élder, é nesse sentido. Só uma questão, o  
2959 Élder é titular? **ELDER, SEDESE:** Sou. (Trecho incompreensível) [02:39:30]. **LUCAS,**

2960 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Porque a prerrogativa é vinculada  
2961 estritamente ao titular. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lucas. Vencido esse ponto, eu posso  
2962 chamar a comissão de apoio? A comissão de apoio também tem ponto de pauta que não  
2963 foi tratado ainda. Muito obrigada a todos pela participação e esclarecimentos, apesar da  
2964 gente ter se delongado um pouco nesse ponto, mas eu acho que foi esclarecedor.  
2965 Obrigada, gente. comissão de apoio. A técnica é a Paula? Sávio está aqui? Sávio, por  
2966 favor. **SÁVIO, CMAS BH:** Tudo bem, pessoal? Eu estou presente. A comissão de apoio fez  
2967 a reunião ontem e tinha várias pessoas ausentes. Vocês podem notar aí. A súmula está aí,  
2968 Paula? Poderia passar ela para mim, por favor? **PAULA - CEAS:** Eu pedi para  
2969 compartilhar. Não apareceu nada, não? **DANIEL- CEAS:** Tinha aparecido, Paula, mas  
2970 agora saiu. **PAULA - CEAS:** Pensei que não tinha ido. Vou de novo. **DANIEL- CEAS:** Sem  
2971 problemas, qualquer coisa você me fala que eu compartilho aqui. **SÁVIO, CMAS BH:** A  
2972 lista de presença, Paula. Você tinha que movimentar. **PAULA - CEAS:** É esse aqui. Está  
2973 na tela agora, gente? **SÁVIO, CMAS BH:** Está. **PAULA - CEAS:** Os nomes da presença.  
2974 Nós tivemos só três presenças, deu *quórum* porque a gente está com uma equipe  
2975 pequena. **SÁVIO, CMAS BH:** É, a gente aproveitou e discutiu e tem uma deliberação para  
2976 ser feita. Vamos por pontos aqui. Retorno da reunião com o Conselho Municipal, com  
2977 status em averiguação pela Secretaria Nacional de Assistência Social, quanto ao  
2978 cumprimento do art. 30º da LOAS. Realizada a reunião em 12 de agosto de 2021, com 29  
2979 participantes pelo *Google Meet*. Os conselheiros discorreram sobre a importância da  
2980 atualização do conselho e funcionamento em consonância com as normativas do *Suas*,  
2981 para manter o caráter democrático e participativo do conselho. A paridade e  
2982 proporcionalidade para equilibrar forças e manter os direitos socioassistenciais. Contamos  
2983 com a participação da convidada Maria Joanita Godinho Pimenta que discorreu sobre o  
2984 Fundo de Assistência Social: importância, fundamentação e normativas; Encaminhada  
2985 apresentação e material de apoio aos participantes. Continuamos com orientações por  
2986 telefone e *e-mail*. É uma série, mais de 100 conselhos com problemas ainda com relação a  
2987 plano, fundo e a constituição, estruturação de um conselho paritário, e estruturação de uma  
2988 forma geral, diz respeito ao seu funcionamento principalmente. A reunião foi boa. Tinha  
2989 bastante conselheiros, bastante representantes de conselhos, mas não apareceu nem  
2990 metade dos conselheiros. A gente achou importante. A princípio tinha conselheiros, mas só  
2991 que aconteceu um problema e a gente teve que prorrogar o *Meet*. Aí você já viu, metade  
2992 delas não conseguiu entrar novamente. Dentro do possível, foi interessante. Isso é um  
2993 trabalho constante. As pessoas não atentaram que elas têm prazo até final de outubro para  
2994 se adequar. **PAULA - CEAS:** Sávio. **SÁVIO, CMAS BH:** Oi. **PAULA - CEAS:** Só  
2995 completando o que você falou, são mais de 100. Só para a gente ficar com os números  
2996 exatos, são 83 municípios com pendência no conselho e 66 pendências no fundo. Sendo

2997 que alguns, a DGSUAS está trabalhando muito junto, já informou que alguns conseguiram  
2998 se regularizar. Só para ficar o número certo, eram 83, hoje a gente considera 81 porque  
2999 dois já regularizaram. **SÁVIO, CMAS BH:** Pois é, mas ainda é um número bastante alto, se  
3000 você for comparar. **PAULA - CEAS:** Bastante alto. **SÁVIO, CMAS BH:** Com a quantidade  
3001 de municípios, é a quantidade de conselhos que existe, 853 municípios, fica 10% ainda dos  
3002 municípios com problemas no funcionamento, com certeza, do conselho não sendo  
3003 estruturado da forma correta. Isso, a gente vai dar continuidade. A gente vai ver o resultado  
3004 agora e, naturalmente, a gente propõe outro encontro com esses mesmos conselhos.  
3005 Ponto 2 – E-mail do município de Barão do Cocais em 27 de julho, solicitando apoio para  
3006 resolver a questão da falta de presidente e vice no conselho. O mandato pertence a  
3007 sociedade civil e ninguém quer assumir o lugar. Encaminhamento gerado pela plenária:  
3008 agendar reunião com o conselho. *Live*; marcar a necessidade de capacitações para  
3009 empoderamento dos conselheiros, importância de assumir seu papel; lembrar das  
3010 atribuições do conselho e suas responsabilidades enquanto agentes públicos que são. Isso  
3011 é relativo aos conselheiros. A gente culpa o conselheiro, Paula, não exatamente o  
3012 conselho. Constituídos de agentes públicos - responsabilidade. A gente quer marcar uma  
3013 conversa e que contenha nessa conversa conselheiros da sociedade civil, e procurar saber.  
3014 A gente precisa conhecer o motivo e, logicamente é uma ação que a gente pretende  
3015 acumular saber com relação aos problemas que os conselhos enfrentam. É mais do que  
3016 importante que a gente faça uma *live* com este conselho e que as pessoas possam  
3017 expressar. Porque a gente fica com receio de que o principal motivo, ele não apareça muito  
3018 de imediato e isso precisa ser estudado, precisa ser verificado o porquê disso. Pode ser  
3019 que a gestão anterior tenha sido péssima. E se é da sociedade civil agora, pode ter sido de  
3020 governamental, isso é só uma coisa que me vem na cabeça para a gente imaginar. Mas  
3021 não adianta ficar imaginando, temos que conhecer. E tem uma questão também, você não  
3022 precisaria ficar sem a presidência e verificar também se ele é paritário. Se ele é paritário  
3023 até sua diretoria, que é uma recomendação importante também, naturalmente o vice seria  
3024 da área governamental, assumiria também. Na verdade, eu acho que a princípio de uma  
3025 análise, a má vontade ou o não querer ser presidente é dos dois campos – na minha  
3026 opinião – porque imediatamente na ausência do presidente, o vice assume. Por isso que  
3027 temos que verificar mesmo. Isso naturalmente, em 853 municípios, pode ter problemas do  
3028 mesmo tipo. Esse não deve ser único, essa dificuldade de uma sociedade civil assumir a  
3029 presidência por problemas anteriores ou por algum outro problema que a gente não está  
3030 ventilando aqui, pode ser que exista, então a gente vai verificar isso. Tem mais um.  
3031 Acabou? **PAULA - CEAS:** Acabou porque o outro não era de deliberação e eu nem trouxe,  
3032 era mais informativo. **SÁVIO, CMAS BH:** Qual que era o outro mesmo? Sou para eu  
3033 lembrar. Enquanto isso, temos atendido a solicitação dos Conselhos Municipais de

3034 Assistência Social de Minas Gerais para realização da Palestra Magna da conferência e  
3035 temos atendido à medida do possível. Ontem já fui em duas. Vou em mais uma sexta-feira  
3036 próxima, no que diz respeito a realização de conferência. A Gabi também tem ido. Tem  
3037 sido solicitada. A gente tem redistribuído, já estou sabendo não só da comissão, mas no  
3038 conselho como um todo e temos procurado suprir. A Paula tem uma lista ainda contendo 7  
3039 conselhos, 2 já resolveram a situação e ainda têm 5 por resolver todas as solicitações já  
3040 para o dia 26 e 27. E é complicado no último dia porque, por exemplo, eu, nos dias 27 e 28  
3041 não posso. Sexta e sábado é a conferência de Belo Horizonte. No dia anterior também eu  
3042 tenho a Iturama. Eu já sei que temos agenda lá na comissão preparatória para realização  
3043 da conferência. Semana que vem vai ser muito cheia. Vai ser difícil, não sei se a Paula já  
3044 solicitou conselheiros de outras comissões para que se faça a palestra em cinco conselhos  
3045 que solicitaram e que estamos procurando ajudar e empenhar na palestra inicial. **PAULA -**  
3046 **CEAS:** Sávio, esse nós estamos trabalhando com o apoio de todas as comissões da  
3047 Sedese, das diretorias, inclusive com vários outros colaboradores porque tivemos 120  
3048 solicitações. Voltando ao ponto, aquele que eu não trouxe, que retirei da súmula, foi aquele  
3049 que foi solicitado – aquilo que a gente já tinha como proposta de fazer as reuniões mensais  
3050 com os municípios, por regional, próximo de nós para a gente tratar esse planejamento  
3051 melhor, que não dá para fazer nesse momento exatamente em função das conferências.  
3052 Mas que vamos estruturar, tão logo termine as conferências, a gente dê uma respirada  
3053 para voltar as reuniões mensais. Nós vamos trazer mais estruturadinho. Foi por isso que  
3054 tirei da súmula. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu queria que você lembrasse porque eu sei que isso é  
3055 importante, praticamente o ano todo a gente fez isso de forma extraordinária, mas manter  
3056 uma regularidade é muito importante para resolver problemas e aquela ideia de saber quais  
3057 são os problemas. Isso é o principal, porque são 21 sub-regiões do estado e você pega  
3058 essa prática de discutir todos os assuntos que já foram acumuladas soluções. Mas eu acho  
3059 que isso tem que ser constante mesmo, não ser de forma extraordinária mesmo, mas  
3060 agora não dá nem para pensar em um calendário. Os conselheiros vão mudar. Todos eles  
3061 vão ser eleitos, então fica essa tarefa. Esse assunto para ser discutido e seria de maior  
3062 relevância. Eu sempre digo que o principal de tudo não é que você vai ensinar algo para  
3063 conselho, a forma de funcionar. É a troca de experiência. Cada um de nós pertence a um  
3064 conselho e, com certeza, todos os conselhos, se aparecerem todos os problemas, muitos  
3065 conselhos vão ter a solução para os problemas, principalmente de porte igual, mesmo  
3066 número de população, mesmo tipo de organização. A gente sempre tem conselhos  
3067 resolvendo todos os tipos de problemas que possam aparecer. Sempre vai ter um que a  
3068 gente vai se espelhar. É uma somatória de experiências que ela tem que ser socializada. E  
3069 a solução vem daí, porque é muito rico isso, você ter 853 conselhos funcionando,  
3070 apresentando soluções e problemas. Você vai ser o agente que estará levando, trazendo

3071 essas experiências para toda Belo Horizonte. É muito importante. Fora a educação  
3072 permanente, que é uma capacitação constante, incidindo sobre o que aparece com mais  
3073 frequência e com mais dificuldade também. É isso. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada,  
3074 Sávio. Vocês estão me ouvindo? **DANIEL- CEAS:** Estamos, Mariana. Está um pouco baixo  
3075 só. **PRESIDENTE:** Eu vi que o meu microfone não está funcionando bem. Boa tarde,  
3076 Aninha. Eu estou vendo aqui, a Aninha chegou agora, a nossa convidada. Tudo bem,  
3077 Aninha? **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Estou  
3078 ótima, Mariana e vocês? **PRESIDENTE:** Tudo bom. Gente, a Aninha está como convidada  
3079 em uma pauta que está prevista para às 16h. Antes de passar, acho que nós vamos ter  
3080 que fazer uma inversão de alguns pontos para passar para ela e dar continuidade depois.  
3081 Os pontos das comissões, nós encerramos? Tem alguma comissão que tem alguma coisa  
3082 para relatar ainda? Secretaria Executiva pode me ajudar se encerramos? **DANIEL- CEAS:**  
3083 A comissão de política, ontem a gente tratou na Mesa Diretora porque não teve *quórum*.  
3084 Teve os encaminhamentos já foram tratados na Mesa Diretora. Os encaminhamentos lá, foi  
3085 o Cmas foram aprovados, não entendi. Já coloco aqui. **PRESIDENTE:** Eu fiquei na dúvida  
3086 porque saiu da tela aqui para mim. Os encaminhamentos estão de acordo? A plenária está  
3087 de acordo com os encaminhamentos propostos pelo Sávio? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Sim.  
3088 **PRESIDENTE:** Obrigada, dona Anédia. Isso, porque saiu e eu não consegui verificar. Os  
3089 encaminhamentos estão aparecendo na tela. Agendar reunião com o conselho. Qual  
3090 conselho, Paula? Necessidade de capacitação. Ok. Isso foi discutido na Mesa Diretora  
3091 também. Isso já está na nossa pauta. Atribuições dos conselhos e responsabilidades. O  
3092 Sávio já pontuou isso também e vai entrar na nossa capacitação que vamos organizar para  
3093 o novo conselho. **PAULA - CEAS:** À princípio essa reunião seria mais voltada para o  
3094 conselho de Barão de Cocais. A gente pode convidar outros, mas é um problema que  
3095 surgiu lá. Tem uma questão específica desse conselho. Claro que podemos convidar  
3096 outros similares para estarem presentes, mas o foco vai ser Barão de Cocais.  
3097 **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, Paula. Encerrando as apresentações das comissões  
3098 temáticas, a gente teria agora, como discussão de próximo ponto de pauta, as questões  
3099 relativas à realização da conferência estadual. E, ainda, discussão do grupo do Regimento  
3100 Interno. A gente ainda tem dois assuntos que seriam anteriores aos informes que a Ana,  
3101 Assessora do Gabinete do Deputado André Quintão, solicitou participação na nossa  
3102 reunião. Eu pergunto à plenária, se eu posso passar a palavra para Ana, considerando que  
3103 estava agendado com eles às 16h e são 16h agora, e depois a gente retoma os dois  
3104 pontos que ficaram faltando. Se a plenária estiver de acordo. **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu  
3105 estou de acordo. **MARINETE, COGEMAS:** Ok, tranquilo. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** De  
3106 acordo. **PRESIDENTE:** Obrigada, pessoal. A Ana, Aninha está aqui entre nós  
3107 representando o Gabinete do Deputado André Quintão, que solicitou inclusão de ponto de

3108 pauta para nos trazer informações sobre o acordo da Vale e recursos para assistência  
3109 social, execução orçamentária do FEM e programas de transferência de renda. Convido a  
3110 Aninha. Peço para ficar à vontade para usar a palavra, Aninha. Será que ela caiu?  
3111 **DANIEL- CEAS:** Ela informou aqui que caiu, mas já está tentando voltar. **PRESIDENTE:** A  
3112 gente aguarda um pouquinho. **DANIEL- CEAS:** Mariana, a Ana está com dificuldade aqui.  
3113 Deixa eu ver se consigo ajudá-la. **PRESIDENTE:** Ok. **ANA, ASSESSORA DO GABINETE**  
3114 **DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Boa tarde, pessoal. Minha conexão infelizmente não  
3115 está das melhores. Eu fui entrando e cai já de cara. Qualquer problema, de antemão já  
3116 peço desculpas. Primeiro, eu quero agradecer. Eu tinha, agora no final do mês de julho,  
3117 feito uma solicitação ao conselho para que a gente viesse aqui apresentar algumas  
3118 questões que estão em discussão na Assembleia de Minas. Inicialmente eu quero fazer um  
3119 agradecimento ao conselho, a nossa Presidente Patrícia. Cumprimentar também a Mariana  
3120 e todos os servidores públicos. Cumprimentar a sociedade civil, em nome da Patrícia.  
3121 Agradecer também ao Daniel, da Secretaria Executiva, pelo acolhimento da nossa  
3122 sugestão de pauta. Na verdade, a gente achou importante, a gente veio aqui apresentar  
3123 esses pontos, não só pela importância que eles têm, mas também muito pelo momento que  
3124 a gente está passando de preparação e de discussão. Preparação da conferência estadual,  
3125 das conferências regionais e também do momento de realização das conferências  
3126 municipais. Eu preparei um *slide* que eu acho que ficaria mais fácil para eu seguir a minha  
3127 fala, mas eu não sei como é que eu faço, como é que eu compartilho. Alguém poderia me  
3128 orientar aqui? **DANIEL- CEAS:** Ana, eu já parei o meu compartilhamento. Tem duas  
3129 opções, ou eu te ensino ou eu compartilho para você, e você vai me orientando. Qual você  
3130 prefere? **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Quem  
3131 está falando? **DANIEL- CEAS:** Eu, Daniel. **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO**  
3132 **DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** É porque eu ainda não te conheço, Daniel, e eu não  
3133 estou te enxergando aqui. **DANIEL- CEAS:** Abri a minha câmera aqui. Você tem duas  
3134 opções. Ou você me compartilha ou você apresenta aí. Você está no computador? **ANA,**  
3135 **ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Estou no computador.  
3136 **DANIEL- CEAS:** Em baixo, você vai ver que tem uma telinha. **ANA, ASSESSORA DO**  
3137 **GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Mais uma vez, agradecer essa  
3138 oportunidade de trazermos esses temas aqui. Na verdade, são três pontos. Um ponto é a  
3139 questão do acordo da Vale, que como vocês acompanharam recentemente na imprensa.  
3140 Foi muito divulgado na imprensa. Foi um acordo judicial, mas que teve um momento de  
3141 discussão na Assembleia Legislativa. E com relação a esse momento de discussão, na  
3142 Assembleia Legislativa, que eu preciso trazer as informações para vocês porque diz  
3143 respeito, inclusive, obviamente, à Política de Assistência Social. O outro ponto seria um  
3144 ponto da transferência de renda, uma vez que a gente vivencia um momento que todos

3145 estão acompanhando de uma tragédia, na verdade, uma tragédia brasileira, a fome  
3146 voltando, a extrema pobreza aumentando, então também para a gente apresentar aqui um  
3147 projeto de lei que nós entramos na Assembleia de uma proposição, de um programa de  
3148 transferência de renda. E, por último, um pouco a discussão do Fundo de Erradicação da  
3149 Miséria, do FEM. Eu queria saber de vocês, quanto tempo que eu teria, só para eu poder  
3150 calcular, porque como são três temas, para eu ter um controle aqui. **DANIEL- CEAS:**  
3151 Inicialmente, na pauta, Ana, teria das 16h às 18h. **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO**  
3152 **DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Não vou precisar disso tudo. **DANIEL- CEAS:** Subiu a  
3153 pauta, mas... **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:**  
3154 Não vou cansar vocês, não. Eu vou ver se consigo falar os três pontos em até 20 minutos,  
3155 porque depois podemos abrir para o debate, ou, se vocês acharem melhor, em cada um  
3156 desses pontos, a gente fala e vocês já fazem as perguntas. Fica a critério de vocês. O que  
3157 vocês preferem? **PRESIDENTE:** Aninha, eu acho que é melhor ir ponto por ponto porque  
3158 fica mais fácil, fica mais esclarecido para eles da plenária. **ANA, ASSESSORA DO**  
3159 **GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Está. Então, eu vou tratar primeiro do  
3160 acordo da Vale. O acordo da Vale, na verdade, nada mais é do que um termo judicial que  
3161 foi celebrado entre o governo do estado e a justiça, de reparação dos danos, tanto os  
3162 socioeconômicos quanto os socioambientais, que foram causados pelo crime cometido  
3163 pela Vale. Isso é sempre importante a gente pontuar, porque estamos falando de um  
3164 acordo que advém de uma tragédia e de um crime. É um crime que deixou 272 pessoas  
3165 mortas. Inclusive, ainda tem 9 ou 10 desaparecidos, que ainda não foram encontrados.  
3166 Dessas 272 pessoas, temos trabalhadores da Vale, têm os terceirizados, têm os moradores  
3167 do Córrego do Feijão, da região. E até mesmo turistas porque pousadas da região foram  
3168 atingidas. Também foi um crime que os impactos que ele trouxe, tanto ambiental quanto  
3169 socioeconômico, foram enormes, tanto na Bacia Paraopeba quanto no estado como um  
3170 todo. Isso é só para a gente ter como referência porque senão, às vezes, pode até parecer  
3171 como se fosse uma doação e não é. É uma reparação celebrada entre o governo e a Vale,  
3172 junto com a justiça, então tem um termo judicial que tem que ser cumprido, decorrente do  
3173 crime. Eu acho que isso é bom porque isso nos dá uma... O valor do acordo ficou – vou  
3174 falar só em números aproximados. O acordo é de R\$ 37 bi. Destes R\$ 37 bi, R\$ 26 bi, ele é  
3175 uma execução quase que direta da Vale, dos municípios da Vale diretamente com a  
3176 reparação às famílias e dos municípios da região do Paraopeba. Vamos chamar assim, que  
3177 esses R\$ 26 bi seriam quase que uma execução direta, entre a Vale e os municípios  
3178 diretamente com as famílias e ali na região do Paraopeba. R\$ 11 bi desse acordo, é o valor  
3179 que foi destinado ao governo do estado para serviços e obras, tendo em vista que esse foi  
3180 um crime que, até do ponto de vista econômico e social, atingiu o estado como um todo,  
3181 traz reflexo no estado como um todo. R\$ 11 bi desse acordo, assinado no judiciário, foi

3182 destinado ao governo do estado. Esses R\$ 11 bi serão pagos pela Vale em um período de  
3183 5 anos, sendo 2 parcelas ao ano, semestral a cada ano. Inclusive, esse ano a gente já tem  
3184 uma parcela. Já tem uma parcela paga. Desses R\$ 11 bi, o que que acontece? A  
3185 Constituição do Estado de Minas Gerais determina que recursos advindos de excesso de  
3186 arrecadação superior a 1% do orçamento, que eles têm que ter autorização, que esses  
3187 créditos adicionais têm que ser autorizado pela Assembleia Legislativa. Em decorrência  
3188 disso, o governo do estado encaminhou PL desses R\$ 11 bi para que a Assembleia  
3189 pudesse discutir. Só para ficar claro: do acordo, o valor total é R\$ 37 bi, mas o valor que foi  
3190 discutido na Assembleia foi de R\$ 11 bi, do total dos 37 bi. Dentre o período de tramitação  
3191 da Assembleia, a Assembleia construiu o Colégio de Líderes. Construiu algumas propostas  
3192 fundamentais que foram apresentadas na Assembleia e aprovadas na lei. A lei é a nº  
3193 23.830, sancionada, publicada no dia 28 de julho de 2021. A primeira proposta importante e  
3194 que traz um pacto na Política de Assistência Social, que foi aprovada, é a questão da  
3195 destinação de R\$ 1.5 bi para os 853 municípios mineiros. Todos os municípios vão receber,  
3196 uma vez que o crime acaba que atinge, direta ou indiretamente, o estado como um todo. A  
3197 Assembleia achou por bem que os municípios, que é onde as políticas públicas chegam  
3198 aos seus destinatários, que os municípios recebessem parte desse recurso. Qual foi a  
3199 proposta aprovada na lei? A proposta é que os recursos iriam de forma republicana para os  
3200 853 municípios. O critério adotado foi o critério populacional, pegando a estimativa do IBGE  
3201 de 2019, que está previsto que é uma estimativa, uma vez que a gente não teve o Censo.  
3202 Seguindo um pouco o que está nessa tabelinha que vocês estão vendo, seguindo por  
3203 habitantes. Os municípios que têm: Até 5 mil habitantes - vão receber R\$ 750 mil; de 5 a 15  
3204 habitantes - R\$ 1 mi; de 15 a 25 habitantes – R\$ 1.5 mi; de 25 a 50 habitantes - R\$ 2.5 mi;  
3205 de 50 mil a 100 mil habitantes – R\$ 5 mi; de 100 mil a 200 mil habitantes – R\$ 7 mi; de 200  
3206 mil a 500 mil habitantes – R\$ 15 mi; acima de 500 mil habitantes – R\$ 30 mi; e Belo  
3207 Horizonte, que é um município que tem 2 milhões de habitantes - R\$ 50 mi. Esses recursos  
3208 serão transferidos, e é um debate que vocês devem ter acompanhado também pela  
3209 imprensa, é um recurso que vai ser transferido de forma direta para os municípios. É como  
3210 se fosse, a gente da assistência social, nós estamos habituados – o repasse de fundo a  
3211 fundo, que é esse repasse desburocratizado, sem convênio e que agiliza o repasse de  
3212 recursos. Para que essa destinação fosse possível desta forma, com uma transferência  
3213 direta aos municípios, ou seja, o governo do estado vai abrir a conta e o dinheiro vai cair  
3214 para o município. Foi promulgada uma Emenda à Constituição, que é a Emenda  
3215 Constitucional nº 109. A relatoria dessa emenda ficou a cargo do Deputado André Quintão.  
3216 E, a partir de agora, os municípios vão começar a receber a primeira parcela. A  
3217 transferência vai ser em 3 parcelas iguais, então a primeira parcela é agora até o dia 30 de  
3218 agosto de 2021. Depois, mais 30% do valor até 31 de janeiro de 2022, e mais 30% até 1º

3219 de julho de 2022. Esses recursos que vocês viram nessa tabelinha serão divididos em 3  
3220 vezes. Os municípios terão acesso a eles em 3 vezes, conforme o que está aqui no slide,  
3221 que é 40%, 30% e 30%. Primeira coisa, já vai começar e acho que isso é muito importante.  
3222 Os recursos já começam a cair na conta dos municípios. As contas já foram abertas. O  
3223 governo do estado já abriu as contas e o dinheiro já começa a cair nas contas a partir de  
3224 agora. Lá na Assembleia, uma questão que foi incluída e que é fundamental, é que os  
3225 recursos podem ser gastos tanto para obras de mobilidade – isso já estava no acordo –  
3226 quanto no fortalecimento de políticas públicas. O que foi que nós conseguimos assegurar  
3227 na Assembleia Legislativa? Foi que dentro do fortalecimento do serviço público, a gente  
3228 pudesse assegurar recursos para a assistência social porque inicialmente estava previsto  
3229 só recursos para saúde e mais esses de mobilidade e de infraestrutura, então nós  
3230 conseguimos assegurar que os recursos possam ser gastos com assistência social, para  
3231 construção, reforma e ampliação das unidades da assistência social, bem como para  
3232 aquisição de equipamentos destinados à assistência social. Isso aqui é importantíssimo,  
3233 até porque como o recurso está caindo agora nos municípios, essa é uma informação  
3234 fundamental para que os gestores municipais, os conselhos municipais inclusive, possam  
3235 estar dialogando junto às prefeituras para que parcela desses recursos que os municípios  
3236 vão receber, possam ser recursos que sejam destinados à assistência social. Essa é a  
3237 primeira questão que eu acho fundamental destacar aqui. Uma outra observação que é  
3238 importantíssima de colocar, pela lei, conforme a emenda, os recursos só são destinados  
3239 para investimento. Não podem ser destinados para pagamento de pessoal, nem para  
3240 dívida e também essa questão de não pode ser para veículos, ônibus, micro-ônibus e  
3241 caminhões porque o que estava previsto no acordo como um todo, é que investimento  
3242 deveria ser em coisas mais perenes, então eles excluíram a questão de veículos, mas com  
3243 o restante de investimento ele pode ser gasto, que, como eu falei, construção, reforma,  
3244 ampliação e aquisição de equipamentos para assistência social. O próximo aqui, um  
3245 questionamento que foi feito durante a tramitação lá na Assembleia, era o seguinte: “Mas  
3246 vai transferir isso de forma rápida, sem burocracia para os municípios? E a fiscalização,  
3247 como é que fica?” O que foi incluído na legislação é o seguinte, os municípios terão que  
3248 informar o Ministério Público, da comarca onde eles estão localizados e ao Tribunal de  
3249 Contas, a conta bancária que foi aberta pelo governo; qual é o objeto da aplicação dos  
3250 recursos; e os valores que estão sendo aplicados em cada objeto. Por exemplo, se o  
3251 município, vamos supor, município “A”, o prefeito, junto com o conselho municipal, tomou a  
3252 decisão de destinar... Vamos pegar um município de pequeno porte, município tem 4 mil  
3253 habitantes, em uma discussão a prefeitura resolveu destinar, dos R\$ 750 mil que o  
3254 município vai receber, R\$ 200 mil para a construção do Cras. Estou dando um exemplo  
3255 aqui. Isso tem que ser informado ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, o que o

3256 município vai gastar com os seus objetos e os valores. A prestação de contas vai ser feita  
3257 direta dos municípios também ao Tribunal de Contas. Essa primeira parte que eu estou  
3258 falando aqui com vocês, são dos recursos que vão para a conta dos municípios. Na  
3259 discussão na Assembleia, uma vez que o projeto de lei encaminhado pelo governo não  
3260 previa nada diretamente para a área social, então o Colégio de Líderes construiu uma  
3261 proposta que já foi negociada com o governo, destinando recursos para área social. Em  
3262 que vai ser essa destinação? É um total de R\$ 84.5 mi. Deste valor está sendo destinado  
3263 R\$ 25 milhões para a Rede Cuidar, que devem ser pactuados pela CIB, e mais R\$ 5  
3264 milhões para população em situação de rua, ou seja, mais R\$ 3 milhões que têm uma  
3265 relação direta ou quase que exclusiva, no caso da Rede Cuidar, com a Política de  
3266 Assistência Social. Além disso, R\$ 10 milhões para o Bolsa Reciclagem, que é um  
3267 programa instituído também por lei, que paga uma bolsa aos catadores de materiais  
3268 recicláveis pelos serviços ambientais prestados. O Bolsa Reciclagem tem um comitê que  
3269 gerencia o bolsa, e está ligado à Secretaria de Meio Ambiente. Ainda nesse recurso dos R\$  
3270 84, têm R\$ 5 milhões destinados ao Instituto Mario Pena; R\$ 9.5 milhões para o Hospital da  
3271 Baleia e R\$ 30 milhões para produção da vacina da UFMG. Isso também foi uma  
3272 construção feita pelo Colégio de Líderes e negociada com o governo. Eu queria já  
3273 antecipar para vocês, dizer que no que diz respeito ao Rede Cuidar e no que diz respeito à  
3274 população em situação de rua, o Deputado André Quintão vai se reunir com a Seplag e  
3275 com a Sedese, e nós vamos convidar tanto o Conselho Estadual quanto o Cogemas, para  
3276 participarem dessa discussão, com a intenção de estabelecermos o cronograma de  
3277 liberação desses recursos, porque tem um acordo com o governo desse cronograma, e  
3278 também um pouco o formato. Agora, lembrando que o Rede Cuidar, como todos sabem, os  
3279 recursos são pactuados lá na CIB e aprovados aí no conselho. Em breve estaremos  
3280 convidando o conselho para participar dessa reunião que será entre Assembleia que estará  
3281 conduzindo é o Deputado André Quintão junto com a Seplag e a Sedese, para que a gente  
3282 possa fazer uma discussão, tanto do Rede Cuidar quanto da população em situação de  
3283 rua, que são esses R\$ 5 mi. Eu acho que do acordo da Vale, deixa eu ver se já falei tudo.  
3284 Já. Já coloquei tudo. Se vocês quiserem fazer algum questionamento, alguma pergunta,  
3285 estou aqui à disposição. É assim que vocês preferem? Eu apresento e depois a gente  
3286 discute? **PRESIDENTE:** Obrigada, Aninha. Sim. Eu vou abrir. Já estou vendo que tem  
3287 mãozinha levantada da Ana Maria. Eu vou abrir a palavra aos conselheiros. Podem ficar à  
3288 vontade para esclarecimentos e comentários. Ana Maria, eu não vi se tem outra pessoa  
3289 antes dela, mas, Ana Maria, pode ficar à vontade. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Boa tarde,  
3290 minha xará. É um prazer falar com você. André Quintão é uma pessoa do meu coração.  
3291 Aninha, a minha pergunta é uma dúvida. Vejo tudo bonitinho, venho anotando porque como  
3292 sou conselheira no Conselho Municipal de Assistência Social, e além de tudo, sou a vice-

3293 presidente também. Eu tenho que estar muito atenta a tudo que chega na nossa cidade.  
3294 Mas a questão é uma só e é rapidinho para poder resolver. É a questão que você colocou  
3295 sobre esses valores para população de rua e essa Bolsa Reciclagem. Isso é só para capital  
3296 ou isso também vai ser distribuído dentro dos municípios? **ANA, ASSESSORA DO**  
3297 **GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Vocês preferem que eu já vá  
3298 respondendo? Qual é a dinâmica? **PRESIDENTE:** Aninha, pode ficar à vontade para  
3299 responder. Eu acho melhor (áudio ruim) [03:28:48]. **ANA, ASSESSORA DO GABINETE**  
3300 **DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Está. Oi, xará, você está boa, Ana Maria? Ana, o  
3301 Bolsa Reciclagem, como eu tinha falado, ele é um programa que já existe, foi instituído por  
3302 lei. Eu não vou lembrar aqui quando. Ele já existe há algum tempo. Ele é destinado às  
3303 associações de catadores, então existe um comitê que gerencia o bolsa e faz o cálculo de  
3304 quanto cada associação recebe do bolsa – porque o recurso vai para associação –  
3305 conforme as toneladas que a associação arrecadou no trimestre. É uma bolsa que é  
3306 repassada trimestralmente às associações. E são para as associações do estado. Me  
3307 parece que hoje são 133 associações existentes, mas tem um universo enorme de  
3308 catadores em cada uma delas. Entendeu? São as associações existentes no estado como  
3309 um todo. Eu não teria aqui agora para falar, nem tenho a informação, mas eu posso  
3310 verificar isso, quais são as associações que estão registradas no comitê que gerencia o  
3311 bolsa reciclagem, mas, na verdade é para atender todas essas associações. E qual foi a  
3312 outra pergunta que você fez, Ana? População de rua? **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Isso.  
3313 Se teria também seria independente para o Pop Rua ou se vinha pelo Fundo de  
3314 Assistência Social. Como é que seria isso? É pelo estado também? **ANA, ASSESSORA**  
3315 **DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** População de rua, os R\$ 5 milhões  
3316 que estão sendo destinados é para o Comitê da população de rua, e exatamente essa  
3317 reunião que vai acontecer em breve é para que a gente faça essa discussão da destinação  
3318 deste recurso. É um recurso que está sendo destinado à população de rua e ao comitê da  
3319 população de rua, porque eles têm vários projetos. Porque a gente sabe que com a  
3320 pandemia a população de rua é uma população que ficou em uma situação... Se todos nós  
3321 ficamos em uma situação vulnerável, a população de rua, a gente não tem nem nome para  
3322 falar em que situação que eles chegaram. Foi essa intenção da Assembleia de atender  
3323 com algum recurso essa população. Também seria um atendimento mais geral e isso a  
3324 gente ainda vai fazer essa discussão junto com a Sedese, a Seplag e o comitê e  
3325 convidaremos o Conselho e o Cogemas para estarem presentes. Agora, o do Bolsa  
3326 Reciclagem, dos catadores, essa discussão, no caso, não é feita diretamente aqui com  
3327 vocês, mas com a Secretaria de Meio Ambiente. Porque o Bolsa Reciclagem está na  
3328 Secretaria de Meio Ambiente. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Muito obrigada, Ana, foi  
3329 esclarecido por que justamente são essas populações, apesar de que todas as nossas

3330 populações vulneráveis estão sofrendo muito nessa pandemia, mas a população de rua,  
3331 quem vive de reciclagem o sofrimento está sendo muito maior. A gente tem que estar muito  
3332 atenta as essas pessoas. Muito obrigada mesmo. **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO**  
3333 **DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Nada, Ana. À disposição. **DANIEL- CEAS:** Mariana, o  
3334 Sávio pediu para falar. **PRESIDENTE:** Obrigada. Sávio, por favor. **SÁVIO, CMAS BH:**  
3335 Primeiro, boa tarde, Ana. Tudo bem? É uma satisfação imensa receber representação de  
3336 um mandato da Assembleia Legislativa. Ontem, em uma reunião, eu até disse isso: “A  
3337 gente deve contar com o controle externo”. A Política de Assistência Social, ela tem que  
3338 contar com o controle externo para além do controle interno, que no caso é o conselho, dos  
3339 recursos públicos na área de assistência social no estado. Numerei até a Assembleia  
3340 Legislativa, Ministério Público, etc., são controles externos importantes que a gente não  
3341 deve abrir mão. Então, agradecer essa iniciativa, inclusive deveria ter sido nossa e acabou  
3342 sendo do próprio mandato, de repassar essas informações referentes a financiamento da  
3343 Política de Assistência Social. A gente aqui no estado, o recurso é muito pouco, não passa  
3344 de R\$ 80 milhões por ano. Até acho muito pouco. De vez em quando eu costumo comparar  
3345 com o de Belo Horizonte. De Belo Horizonte é R\$ 220 mi. Como é que o estado tem  
3346 condição de trabalhar com 853 municípios com apenas R\$ 80 mi, então a diferença é muito  
3347 grande. E esse valor é um valor relativamente grande R\$ 37 bi. É um valor muito bom. A  
3348 gente veio no que seria destinado à área da assistência social, vai partir dos R\$ 11 bi. Dos  
3349 R\$ 11 bi partiu para R\$ 1.5 bi. Eu gostaria de saber os R\$ 9.5 bi para onde foram, porque  
3350 os R\$ 26 bi são famílias e regiões Paraopeba. E os R\$ 11 bi, desses R\$ 11 bi a gente já  
3351 começou no R\$ 1.5 bi que seria para os municípios, divididos por municípios. Belo  
3352 Horizonte receberia R\$ 50 mi, relativo ao Fundo Municipal de Assistência Social, quer  
3353 dizer, é ¼ praticamente. O fundo de Belo Horizonte é R\$ 220 mil e R\$ 50 mi. Eu só estava  
3354 comparando para falar para vocês que isso é dinheiro, ¼ do fundo de Belo Horizonte é  
3355 muito dinheiro, é R\$ 50 mi. Eu já estava até pensando que era tudo para assistência,  
3356 Aninha. Já estava aqui feliz da vida. Falei: “Nossa, o Fundo da Assistência Social, em Belo  
3357 Horizonte vai crescer em 25%.” Mas a coisa é diferente aqui. E veio a Emenda nº 109. A  
3358 divisão, o recebimento fundo a fundo é super bacana e tudo mais. Agora, você está  
3359 querendo dizer que os municípios vão repassar essas informações para os municípios,  
3360 especialmente em época de conferência, é importante porque eles vão ter que discutir lá  
3361 qual que vai ser o recebimento de cada um, de cada uma das políticas no município. Acho  
3362 que esse é um primeiro passo importante. Primeiro é você saber que vai ter recurso para  
3363 ser distribuído, porque se você não souber também, é pior ainda. E o conselho vai atuar  
3364 fortalecendo a secretaria a competir no município para que parte dos recursos seja para  
3365 Política de Assistência Social. É isso, Ana? **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO**  
3366 **DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** É isso mesmo, Sávio. E você tocou em uma questão

3367 superimportante que é fundamental o conselho estadual informar os conselhos municipais  
3368 porque a gente sabe muito bem que recurso público e orçamento é disputa. É disputa de  
3369 recurso. Todo mundo quer, de todas as políticas, inclusive, precisam de recursos. Umas  
3370 mais, outras menos, mas todos precisam de recurso. É importante que o conselho informe  
3371 também, nos ajude nessa informação junto aos conselhos municipais, para que os  
3372 conselhos municipais possam fazer essa discussão junto aos prefeitos, uma vez que toda  
3373 prefeitura vai receber o recurso, quanto que aquela prefeitura vai destinar, do montante do  
3374 recurso que vai ser recebido, para a Política de Assistência Social. Eu acho que é  
3375 superimportante isso que você colocou aí, que é uma forma do conselho estadual incidir  
3376 junto aos conselhos municipais para que eles possam fazer a discussão, abrir a discussão  
3377 junto com as prefeituras, junto com os prefeitos para que parte ou total desses recursos  
3378 possam ser destinados à Política de Assistência Social municipal. **SÁVIO, CMAS BH:** É, eu  
3379 acho que a gente vai ter a oportunidade boa na conferência estadual agora. Logicamente  
3380 os municípios já receberão os 40% até dia 30 de agosto, mas ainda falta a segunda e a  
3381 terceira parcela. É isso. Podemos continuar, Ana. Nós temos mais duas possibilidades  
3382 ainda, da transferência de renda e o FEM. **PRESIDENTE:** Antes da Aninha continuar, eu  
3383 me inscrevi para falar também. **SÁVIO, CMAS BH:** Desculpa, Mariana. **PRESIDENTE:**  
3384 Imagina. Agradecer a Aninha de trazer as notícias que para nós, porque realmente para  
3385 nós é muito importante os recursos que chegam para assistência social. Aninha, não sei se  
3386 você já teria essa informação, no caso desses recursos do Rede Cuidar e da População de  
3387 Rua. Para o Rede Cuidar, eles têm que ser alocados no FEAS. Para a população de rua eu  
3388 entendi que não foi definido ainda. É isso? Porque, pensando na nossa estrutura  
3389 administrativa, poderia ser alocado também junto com a Subsecretaria de Direitos  
3390 Humanos, ou isso não tem definição? Eu fiquei com essa dúvida agora. **ANA,**  
3391 **ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Mariana, os recursos  
3392 estão todos no Padem, para quem não sabe, é uma ação orçamentária que está no interior  
3393 da Secretaria de Governo, então exatamente o diálogo que vamos estabelecer com a  
3394 Sedese e a Seplag, se refere também a isso. Quer dizer, além do cronograma deste  
3395 repasse que já foi negociado com o governo, qual que vai ser o formato. Aí você está  
3396 correta, o Rede Cuidar já tem uma dinâmica que já foi estabelecida, não só pela legislação,  
3397 mas pela própria prática desde que a lei foi instituída. No caso da população de rua que vai  
3398 caber uma discussão maior, inclusive junto com o comitê, mas é isso mesmo.  
3399 **PRESIDENTE:** Está. Obrigada. Pergunto: “Mais algum conselheiro ou podemos dar  
3400 continuidade na apresentação?” Você pode dar sequência, Aninha. **ANA, ASSESSORA**  
3401 **DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Mariana, está compartilhada a tela ou  
3402 não? **PRESIDENTE:** Está. Está na última tela, isso, transferência de renda. **ANA,**  
3403 **ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Aqui, pessoal, isso

3404 pode até estar com algum dado equivocado porque essa pesquisa a gente tinha feito mais  
3405 no início do ano, quando a gente estava discutindo o projeto de lei. No momento em que  
3406 fizemos isso – que eu não vou saber precisar aqui quando foi – no Brasil tinha 16 capitais.  
3407 Aliás, antes de eu falar isso, eu acho que é importante, embora eu vá dizer isso lá na  
3408 questão do FEM, mas todos nós temos acompanhado e sabemos que os indicadores  
3409 sociais, já antes da pandemia, já nos apontavam para um aumento da extrema pobreza e  
3410 da pobreza nos últimos anos no Brasil e a gente sabe, todos nós vivenciamos isso que,  
3411 com a pandemia, esse quadro se acentuou. Daí que o tema da transferência de renda, ele  
3412 passa a ter uma centralidade na discussão de quando a gente pensa em fazer política  
3413 pública, política social, Política de Assistência Social que vá atender a população mais  
3414 vulnerável. No início do ano, quando estávamos discutindo o projeto de lei, nós apuramos  
3415 que o Brasil já tinha 16 capitais e 20 estados que tinham programas de transferência de  
3416 renda instituídos. Aqui em Minas, com a pandemia, a gente teve duas iniciativas, que foram  
3417 duas iniciativas que complementaram o auxílio do governo federal, auxílio emergencial do  
3418 governo federal. No ano passado, no segundo semestre, lá para o final do ano, outubro,  
3419 novembro e dezembro, me parece. Ou setembro, outubro e novembro, enfim, foi no  
3420 finalzinho do ano. Nós tivemos o Renda Minas, que como vocês sabem foi um recurso  
3421 proveniente de recurso federal, da Lei Complementar nº 173/2020, que repassou recursos,  
3422 inclusive essa foi uma luta grande do Congemas, do Colegiado Nacional de Gestores  
3423 Municipais – quem acompanha isso sabe – para que quando o governo federal estava  
3424 fazendo essa lei complementar para que a assistência social fosse incluída. Felizmente, a  
3425 nossa luta na esfera federal, o Congemas e os outros parceiros todos conseguiram que  
3426 fosse incluído na Lei Complementar nº 173, a possibilidade que o recurso que ia ser  
3427 transferido do governo federal, além de poder ir para saúde, que pudesse ir para à  
3428 assistência social. Do Renda Minas foram recursos provenientes do recurso federal, que foi  
3429 um auxílio emergencial pago em três parcelas de R\$ 39,00 para pessoas que se  
3430 encontravam em extrema pobreza. Extrema pobreza é aquela renda que é abaixo de R\$  
3431 89,00. Essa iniciativa foi no final do ano passado. E agora, esse ano quando tramitou o  
3432 projeto de lei que discutiu o Recupera Minas, que foi um projeto de lei que discutiu  
3433 iniciativas importantes do ponto de vista do aspecto econômico para recuperação  
3434 econômica do estado. Esse projeto de lei também foi de autoria da Assembleia e, nesse  
3435 projeto de lei que transformou na Lei nº 23.801, de maio de 2021, foi também incluído o  
3436 repasse de R\$ 600,00, em parcela única, às famílias que se encontram em situação de  
3437 extrema pobreza, a ser paga até 1º de novembro de 2021. Enfim, eu só quis colocar aqui  
3438 para situar um pouco porque foram as duas iniciativas importantes. A primeira foi uma  
3439 execução do Governo de Minas, o Força Família uma iniciativa da Assembleia Legislativa,  
3440 mas ficamos um pouco com uma preocupação da importância de construirmos uma política

3441 que seja contínua, uma vez que como a pobreza e a extrema pobreza vêm se acentuando,  
3442 principalmente com a pandemia, que seria necessário que tivesse um programa contínuo  
3443 no que diz respeito à renda básica em Minas Gerais. Nós entramos com o projeto de lei. É  
3444 o PL nº 2659/2021. Ele institui o Programa de Renda Básica Estadual – RBE, e a Renda  
3445 Variável Emergencial no Estado de Minas Gerais, que é um projeto de autoria do Deputado  
3446 André Quintão e da Deputada Beatriz Cerqueira. E ele também foi assinado por todos os  
3447 deputados do Bloco Democracia e Luta. Vários outros deputados, cerca de 14 ou 15  
3448 deputados, subscrevem esse projeto de lei. Qual é a proposta do projeto de lei que a gente  
3449 trouxe aqui hoje para vocês? Como o projeto vai começar a tramitar na Assembleia  
3450 Legislativa, que o conselho possa nos ajudar não só nessa tramitação, mas também opinar  
3451 naquilo que o conselho achar que tem que melhorar no projeto, que é necessário uma  
3452 discussão, enfim. Eu trouxe para vocês só as linhas mais gerais do projeto de lei, porque a  
3453 discussão está se iniciando agora, então é uma coisa que vamos ter tempo para discutir.  
3454 Tempo que eu falo é assim, ele está na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive na  
3455 próxima semana eu terei uma reunião com a Comissão de Constituição e Justiça. Ele ainda  
3456 tem a tramitação e depois vai para a Comissão de Trabalho, depois vai para o plenário, tem  
3457 que votar em primeiro e segundo turno, enfim. Aqui, as linhas gerais do projeto de lei. O  
3458 que o projeto de lei propõe? Primeiro, ele é um programa complementar. E é um programa  
3459 complementar ao que tiver no nível nacional, no caso, hoje temos o Bolsa Família, que tem  
3460 como compreensão que a renda é um direito social à subsistência, então que a renda  
3461 básica é um direito social. Como a gente lutou há quase 30 anos atrás para que a  
3462 assistência social fosse um direito – é isso que nós queremos: a renda também é um direito  
3463 e é um direito básico que toda pessoa e toda família deve ter. Essa é um pouco a nossa  
3464 compreensão e o sentido do projeto. É o entendimento que a renda básica é um direito  
3465 social. A gente tem duas questões no projeto. Uma é a renda básica que seria uma renda  
3466 mensal permanente garantida às pessoas e famílias em extrema pobreza. E a outra, seria  
3467 uma renda variável emergencial. Essa renda variável emergencial seria também uma renda  
3468 garantida para as pessoas e famílias que estejam vivenciando alguma situação de  
3469 emergência social ou de calamidade pública. Por exemplo, agora com a pandemia foi  
3470 decretada calamidade pública no estado de Minas Gerais, emergências também. Outra  
3471 questão, por exemplo, períodos de chuva, de seca, no estado temos muitos municípios que  
3472 decretam calamidade pública em função da seca, enfim, são tantas essas situações que  
3473 são situações que tornam as pessoas e as famílias em uma situação mais complexa e mais  
3474 vulnerável do ponto de vista social. Também, nesse projeto de lei, é previsto uma renda  
3475 variável emergencial. Como é que a gente pensou de o projeto funcionar? Essa renda, por  
3476 exemplo, você tem a renda básica. A família que está em extrema pobreza, ela receberia  
3477 essa renda permanente, enquanto ela estiver no estágio da extrema pobreza. Se, enquanto

3478 ela estiver recebendo a renda básica, tiver alguma situação de calamidade ou de  
3479 emergência social, o valor da renda básica se somaria ao valor da renda variável  
3480 emergencial. Nós fizemos um cálculo, uma estimativa de cálculo, esse programa atenderia  
3481 cerca de um milhão de famílias em Minas, que se encontram nessa situação. O custo  
3482 estimado é de R\$ 1.8 bi/anual. Eu trouxe aqui para vocês, isso aqui é o que está estimado  
3483 para receita do estado em 2022. O que está previsto na receita para 2022, no orçamento  
3484 do estado que ainda vai para Assembleia para ser votado agora no segundo semestre, é  
3485 R\$ 116 bi. Só para a gente ver, a título de comparação, é um programa que custaria ao  
3486 governo 1% da receita estimada para o governo do estado para o ano de 2022, conforme  
3487 LDO. Vamos ver o que vai chegar no orçamento do estado, mas vai ser, mais ou menos,  
3488 por aí. Quais seriam esses valores? Vamos lá nos valores. O Programa de Renda Básica,  
3489 que é essa renda permanente, seria um benefício complementar mensal com o valor de R\$  
3490 150,00 pago à pessoa, preferencialmente à mulher, por meio de depósito mensal em conta.  
3491 Funcionaria como funciona o Bolsa Família, mas isso tudo a lei não trata porque isso tem  
3492 que ser feito por meio de regulamento do governo do estado. Você teria uma renda básica  
3493 de R\$ 150,00. Mais uma renda de R\$ 300,00, durante 3 meses para os casos  
3494 emergenciais. Por exemplo, agora, nesse momento de pandemia, a família que recebe a  
3495 renda básica de R\$ 150,00, ela teria mais R\$ 300,00, então ela receberia R\$ 450,00  
3496 mensais. É mais ou menos esse o cálculo. E, por último, as rendas não anulam quaisquer  
3497 outras rendas criadas, tanto no âmbito federal quanto municipal, ou seja, é uma renda  
3498 complementar às rendas instituídas pelos demais poderes. Uma outra questão que eu  
3499 esqueci de colocar, o projeto de lei também pretende fomentar as economias locais  
3500 incentivando as ações de economia popular solidária. Essa também é uma questão  
3501 importante que está prevista, inclusive para ser regulamentada pelo governo do estado.  
3502 Enfim, o projeto de lei que inicia a tramitação agora, em linhas muito gerais. Coloquei aqui  
3503 em linhas muito gerais, o projeto é esse. De qualquer forma, qualquer um de vocês pode  
3504 acessar o projeto de lei pelo site da Assembleia. É só colocar o número do projeto de lei.  
3505 Projeto de Lei nº 2.659, do ano de 2021. E fazer um convite para que o conselho, que  
3506 vocês se debrucem, conversem, inclusive que no decorrer da tramitação do projeto de lei  
3507 na Assembleia, que o conselho possa contribuir com essa discussão e, inclusive se tiver  
3508 outras questões e que possam ser incluídas, nós estamos absolutamente abertos e à  
3509 disposição para fazer essa discussão. Só para fechar esse ponto, eu queria dizer que é  
3510 importante termos essa perspectiva, uma vez que – como eu já disse várias vezes aqui – a  
3511 questão da pobreza, da extrema pobreza e da fome, só estão se acentuando. Nós ainda  
3512 estamos em plena pandemia. A pandemia não acabou. Quem está achando que ela  
3513 acabou, ela não acabou, a gente ainda vamos viver por um tempo grande. E, conforme os  
3514 indicadores sociais, existem uma tendência de piora para os próximos anos. A gente

3515 pensar em um programa que seja instituído e que garanta a renda enquanto direito é  
3516 fundamental e é superimportante que a gente faça e que o estado de Minas Gerais possa  
3517 ter esse programa. **PRESIDENTE:** Obrigada, Aninha. A gente fica muito satisfeito em ver  
3518 esse tipo de iniciativa e esperançoso de que isso realmente se concretize. Falando um  
3519 pouco da gente da Subas, do esforço e da dificuldade de operacionalizar um programa de  
3520 transferência de renda e da importância que a gente sabe que isso tem para as famílias e  
3521 para nós da Política de Assistência Social. Está aberta a palavra. Algum conselheiro  
3522 gostaria de se inscrever? **SÁVIO, CMAS BH:** Mariana, já tem alguém inscrita? Minha  
3523 mãozinha sumiu daqui. Eu quero me inscrever também, mas eu não sei onde é que está a  
3524 minha mãozinha aqui. **PRESIDENTE:** Deixa só eu falar. Eu vi Ana Maria e Lucas inscritos.  
3525 Não consigo ver. **DANIEL- CEAS:** Desculpa, foi o Edeilson, depois foi a Ana Maria, aí foi  
3526 Sávio falando e depois foi o Lucas. **PRESIDENTE:** Ok. Por favor, começando pelo  
3527 Edeilson. Edeilson está presente? Pode ser que tenha caído. Ana Maria, você quer falar? E  
3528 se o Edeilson entrar, depois de você, a gente passa a palavra para ele. **ANA, CMAS JUIZ**  
3529 **DE FORA:** Vamos sim, para não perder tempo. A questão é a seguinte, quando você fala  
3530 muito em transferência de renda, eu tenho uma preocupação muito grande. Isso é perfeito.  
3531 Eu fico com o meu coração pulando quando eu vejo essas coisas. Meu Deus, eu que  
3532 convivo na periferia sei o que essas pessoas estão passando e a gente tenta ajudar da  
3533 melhor maneira possível. Mas a preocupação é a seguinte, qual é a metodologia para o  
3534 módulo de renda variável emergencial, eu estou vendo aqui, que há uma questão que você  
3535 pode, são famílias inscritas no CadÚnico, para essa transferência de R\$ 300,00. Agora,  
3536 qual é a metodologia para poder credenciar família na Renda Básica, nesse valor de R\$  
3537 150,00? Isso me incomoda muito, porque vemos muitas pessoas que têm extrema  
3538 necessidade, que estão abaixo da linha da pobreza, a gente precisa de brigar muito para  
3539 que elas tenham acesso a algum benefício. E isso me preocupou, porque aqui não tem  
3540 escrito em lugar nenhum que o Programa da Renda Básica, você tem alguma metodologia  
3541 para cadastrar essa família. Como que seria isso? Você tem conhecimento, principalmente  
3542 nesse da básica? **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ**  
3543 **QUINTÃO:** Ana, primeiro, o projeto de lei, ele trata como um todo a questão do CadÚnico.  
3544 O CadÚnico é um cadastro superimportante que nós precisamos fortalecer no sentido de  
3545 ele ser a nossa referência para construção de qualquer política pública. Eu acho que essa  
3546 preocupação que você coloca é extremamente pertinente, mas o que está previsto no  
3547 projeto de lei é que a base seja o Cadastro Único. Quanto à metodologia, Ana, isso já é  
3548 uma questão que o projeto de lei não entra, uma vez que essas questões dizem mais  
3549 respeito à gestão. E quando diz respeito à gestão, isso é regulamentado por decreto do  
3550 Executivo, ou seja, primeiro você tem que ter a lei, primeiro é o projeto de lei que é esse aí.  
3551 Esse projeto de lei tem que tramitar na Assembleia, tem que ser aprovado na Assembleia,

3552 depois de aprovado na Assembleia, aí sim tem que ser feito um decreto onde esse decreto  
3553 do governo do estado vai regulamentar como é que essa lei vai ser implementada. É nesse  
3554 momento do decreto, ou da resolução, mas me parece que é... Deveria ser uma resolução  
3555 do conselho e um decreto do governo que aí você tem a descrição da metodologia de  
3556 como que vai funcionar, tendo em vista que é uma questão de gestão. Eu não sei se eu fui  
3557 clara, Ana. Se eu respondi o que você perguntou, mas é só para reforçar novamente. A lei,  
3558 o projeto de lei tem que falar em termos mais gerais e genéricos. E a execução de como  
3559 ele vai ser executado, qual que é a metodologia, isso tudo tem que ser feito via resolução,  
3560 discussão do conselho junto com o decreto do governo do estado. Eu só queria lembrar  
3561 uma coisa, Mariana – antes de passar para próxima pessoa – que você levantou também,  
3562 fechando com o que a Ana colocou, da importância da concretização disso. É só chamar  
3563 um destaque para uma coisa. Primeiro, o projeto de lei, como eu disse, está começando a  
3564 tramitar. Ele está na primeira comissão que é a Comissão de Constituição e Justiça. Ele  
3565 tem um caminho a percorrer na Assembleia. Vai passar em algumas comissões, como eu  
3566 tinha falado anteriormente, tem que ser votado em 1º e 2º turno, e tem que ser negociado  
3567 com o governo. A concretização e a implantação desse projeto de lei vai depender de um  
3568 esforço e de um trabalho de articulação e convencimento de todos nós junto ao governo.  
3569 Porque é um projeto de lei que tem custo, em que pese que o custo representa 1% - vou  
3570 falar em cerca, para não falar em valor exato – cerca de 1% da receita do estado é um  
3571 recurso que é considerável, R\$ 1.8 bi, é um recurso considerável. É um projeto de lei que  
3572 vai depender, eu acho – para que a gente chegue ao final e tenha ele aprovado – de um  
3573 esforço de todos nós nessa articulação e na discussão junto ao governo do estado. **ANA,**  
3574 **CMAS JUIZ DE FORA:** Aninha, só para completar, me perdoe, eu devo ter perdido. Eu  
3575 achei que ele já tinha sido votado na Assembleia. Eu achei que já estava instituído esse  
3576 PL. Me desculpa. **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ**  
3577 **QUINTÃO:** Não. Ele está começando a tramitar, Ana. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Está  
3578 bom. Obrigada. **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:**  
3579 Nada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Aninha e Ana Maria. A próxima inscrição é do Sávio e do...  
3580 Esqueci o nome. Quem caiu e conseguiu voltar? **SÁVIO, CMAS BH:** É o Lucas depois. A  
3581 primeira observação, hoje em dia está se pensando mesmo nisso, dado o empobrecimento.  
3582 A Aninha já deu os motivos. Na Política de Assistência Social a gente também discuti muito  
3583 isso, está começando a discussão, quero dizer. O que chama atenção são as 16 capitais e  
3584 os 20 estados que possuem programas de transferência de renda, quer dizer, não está  
3585 começando agora, já existe um certo consenso. Vinte estados é muito, não é? É uma  
3586 quantidade de 70%, 80% do que temos. Dezesesseis capitais também, bastante significativo.  
3587 Isso é bom. Isso anima porque vocês chegaram a uma conclusão de elaborar programa de  
3588 transferência de renda, então não é tão difícil assim. Mesmo porque 1%, não é? Agora, é

3589 um convencimento mais geral relativo a todas as políticas. Tem que ter um consentimento  
3590 mais geral. E, naturalmente, não seria o fundo da assistência social. O fundo da assistência  
3591 social queria bancar isso. É um recurso do estado, se for para município vai ser um recurso  
3592 do município. Eu já fiz as contas aqui do que o governo já gastou com cesta básica, é  
3593 exatamente isso mesmo, é 1% da receita anual. Belo Horizonte é R\$ 11 mi, R\$ 10 milhões  
3594 e gastou aqui uns 150. É mais ou menos 1% mesmo. Engraçado, é isso mesmo, a nível de  
3595 município. É muito se você pensa em termos do fundo da assistência social, mas do ponto  
3596 de vista da renda do município e o tanto que isso traz de vantagem, eu acho que muito não  
3597 é o dinheiro, é o nível da pobreza que é muito também. Se você pegar um milhão no  
3598 estado de Minas Gerais, quer dizer, mais ou menos 4 milhões de pessoas, que é o 1/5 do  
3599 estado. Imagina, 20% das pessoas do estado em situação de pobreza, miséria, etc. É  
3600 muito interessante isso aqui. E tomara. A gente vai fazer força mesmo. Nós temos as  
3601 nossas instâncias, Frente Mineira em Defesa do *Suas*, a própria Frente Parlamentar em  
3602 Defesa do *Suas*, essa frente existe na Assembleia. Isso é muito bom, essas forças aí:  
3603 Cogemas, Conselho Estadual, os conselhos municipais, as reuniões dos conselhos, os  
3604 fóruns dos trabalhadores estadual e municipal já constituídos. Essas são forças que a  
3605 assistência vem se constituindo dessa forma, uma forma de se fortalecer e que nessa hora  
3606 deve fazer bastante diferença. Muito boa a iniciativa e a gente vai vendo, Ana. Época boa  
3607 também de discutir isso, época de conferência, acredito que foi bem prudente e veio a  
3608 calhar mesmo. Ok, pessoal. **PRESIDENTE:** Obrigada. Sim, Aninha. **ANA, ASSESSORA**  
3609 **DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Pode deixar. Tem mais uma pessoa  
3610 inscrita, depois eu falo e a gente fecha o ponto. **PRESIDENTE:** Parece que o Edeilson  
3611 retornou. Edeilson, você pediu a fala? Então, vou passar para o Lucas, que é o próximo  
3612 inscrito. Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigada, Mariana.  
3613 Eu gostaria de parabenizar a Aninha pela apresentação. Muito esclarecedora e, na pessoa  
3614 dela, fazer com que chegue até à Assembleia Legislativa os cumprimentos do CEAS pelo  
3615 projeto. Eu acredito que esse seja o espírito da assistência social, garantir proteção para  
3616 quem dela precisa. A ideia de trazer uma renda mínima básica fixa para que acolha os  
3617 mineiros, e também uma renda variável, de acordo com as situações de emergência e  
3618 calamidade pública, de certa forma, garante essa proteção tão necessária para população.  
3619 E, de toda sorte, a gente consegue garantir com que os usuários consigam superar as suas  
3620 vulnerabilidades e também garantir autonomia para que eles também tenham o poder de  
3621 decisão. É só mesmo para parabenizar. Gostei muito da apresentação. E fazer um pedido  
3622 para que todos os passos que forem dados junto a esse projeto de lei, que o CEAS possa  
3623 ser informado. Se for realizada conferência ou audiências públicas que o CEAS possa ser  
3624 convidado para poder compor e poder opinar, contribuir ainda mais com a consolidação  
3625 desse projeto de lei. É isso. Obrigada, Mariana. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lucas. Perguntar

3626 novamente, Edeilson, você voltou? Você quer falar? Pode ficar à vontade. Acho que ele  
3627 está com problema de conexão. **DANIEL- CEAS:** Talvez, também, ele tenha esquecido a  
3628 mão levantada. **PRESIDENTE:** É, mas ele está abrindo a câmera. Eu estou vendo aqui.  
3629 Abre a câmera e cai. Bom, então eu vou voltar a palavra para Aninha. **ANA, ASSESSORA**  
3630 **DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Pegando um pouquinho o que o  
3631 Sávio colocou dessa questão, porque quando a gente discute qualquer política pública, a  
3632 gente não discute política pública sem orçamento. Você tocou nessas questões  
3633 orçamentárias e financeiras que são fundamentais e eu queria só chamar um destaque  
3634 para uma questão que eu falei que o custo, a estimativa de custo para esse programa seria  
3635 de R\$ 1.8 bi, mas nós temos hoje, se for 2020, só o Fundo de Erradicação da Miséria  
3636 arrecadou R\$ 730 mi, ou seja, se você pegar o Fundo de Erradicação da Miséria e destinar  
3637 todo ele a este programa, você teria mais cerca de R\$ 1 bi que o governo teria que aportar,  
3638 além do Fundo de Erradicação da Miséria. Como nós vamos discutir, daqui a pouquinho eu  
3639 vou apresentar os dados do Fundo de Erradicação da Miséria, eu só quis adiantar um  
3640 pouquinho para a gente ver que, embora seja um recurso considerável mas, frente à  
3641 demanda social, frente à vulnerabilidade das famílias, frente à fome, considerando que a  
3642 gente já tem o Fundo de Erradicação da Miséria que já arrecada recurso destinado para  
3643 isso, nós teríamos aí cerca de mais R\$ 1 bi para que o governo aportasse nesse programa.  
3644 A hora que gente for falar do Fundo de Erradicação da Miséria, podemos aprofundar um  
3645 pouco nisso. Lucas, foi super boa a sua fala porque eu estava até esquecendo de dizer  
3646 aqui, de lembrar aqui para falar e eu tinha até anotado. Nós já entramos com um  
3647 requerimento na Assembleia, que estamos aguardando para ser aprovado na Comissão de  
3648 Trabalho e de Assistência Social, que deve ser aprovado na próxima semana, para a gente  
3649 fazer uma audiência pública para discussão do Auxílio Brasil, da medida provisória do  
3650 governo federal referente ao Auxílio Brasil. Vocês podem ter certeza de que não vão só  
3651 receber o convite para estarem presentes, mesmo que seja de forma remota, mas também  
3652 para compor a Mesa de discussão. Porque você mencionou audiência, eu estava  
3653 esquecendo de falar da audiência. Em breve vamos fazer essa audiência e o conselho será  
3654 convidado para compor a Mesa e fazer essa discussão. E acho que você levantou também  
3655 um ponto muito importante, e na hora que você falou me veio uma ideia – eu sei que o  
3656 conselho, vocês estão muito apertados na organização das conferências – mas, talvez,  
3657 Mariana, fica uma sugestão para Mesa Diretora do conselho de ter uma comissão formada  
3658 ou das que já existem, para se debruçar um pouco na discussão do projeto de lei, desse  
3659 projeto de lei e que seja um grupo que possa estabelecer esse diálogo que o Lucas  
3660 também mencionou, de forma mais sistemática com a gente lá no gabinete, lá na  
3661 Assembleia. Eu não sei se isso é possível em função do aperto que vocês estão aí, mas eu  
3662 acho que seria muito bem-vindo se vocês criassem um grupo de pessoas que pudesse se

3663 debruçar sobre o projeto e fazer considerações, sugestões para que a gente tenha esse  
3664 diálogo e esse canal aberto de discussão junto com o conselho. Fica a sugestão muito em  
3665 cima do que o Lucas colocou. **PRESIDENTE:** Obrigada, Aninha. É ótima ideia, sim. Eu  
3666 acho importante, necessário ter essa abertura do CEAS poder contribuir. Eu ia até sugerir,  
3667 se a plenária concordasse, a gente discutisse isso em reunião de comissões conjuntas, já  
3668 incluindo no mês de setembro. Nós tempo para isso, Aninha. Daria para a gente fazer essa  
3669 discussão **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Dá,  
3670 tranquilo **PRESIDENTE:** Eu acho importante. Acho que a plenária também vai concordar,  
3671 incluir isso na nossa pauta de comissões conjuntas. Mais alguma inscrição? Podemos  
3672 avançar? Podemos, Aninha. **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ**  
3673 **QUINTÃO:** Agora, o último ponto, vou ver se acelero um pouquinho aqui por causa do  
3674 horário, já está se esgotando. Eu que achei que não fosse gastar esse tempo todo, mas  
3675 estou aqui, falo igual papagaio. Fundo de Erradicação da Miséria. Antes de falar do fundo,  
3676 é importante que a questão dos dados. Têm alguns dados que eu tive acesso a eles e eles  
3677 são públicos, estão na página da Fundação João Pinheiro, que são dados do observatório  
3678 da desigualdade em parceria com o Corecon. Corecon é o Conselho Regional dos  
3679 Economistas. Eles apontam lá que em Minas mais de 25% da população se encontra em  
3680 situação de pobreza, cerca de 3.5 milhões de pessoas, ou de extrema pobreza 1.5 milhão  
3681 de pessoas. É só para a gente ter ideia da escala que nós estamos falando no caso de  
3682 Minas Gerais. Além disso, também já mencionei isso aqui em outros momentos, mas eu  
3683 acho que é importante falar, a questão da fome também, embora eu não tenha achado  
3684 nenhuma coisa e se vocês souberem de algum estudo mais específico de Minas Gerais,  
3685 mas eu não tive acesso e nem consegui, com relação a fome. Mas os dados que temos  
3686 nacionalmente são alarmantes. Tem dado que é 55,2% da população se encontra em  
3687 insegurança alimentar. Desses aí, quase 10% convive com a fome, diariamente com a  
3688 fome. São dados alarmantes. Isso é só para a gente ver o tanto que o Fundo de  
3689 Erradicação da Miséria é fundamental, inclusive para o momento que estamos vivenciando  
3690 agora. Só para quem não conhece o Fundo de Erradicação da Miséria, eu vou falar aqui  
3691 rapidinho. O fundo é uma previsão constitucional. Ele está lá na Constituição do Brasil,  
3692 Constituição da República. Ele foi introduzido na Constituição pela Emenda Constitucional  
3693 nº 31, no ano de 2000. E o que está previsto? Que os estados, o Distrito Federal e os  
3694 municípios, ou seja, os entes federados, que eles devem instituir os fundos de combate à  
3695 pobreza que serão financiados com um adicional de até no limite de 2% na alíquota do  
3696 ICMS sobre produtos e serviços supérfluos. Isso é o que está previsto lá. Está na  
3697 Constituição por força da Emenda Constitucional nº 31. Isso foi inserido na Constituição do  
3698 Brasil no ano de 2000. Em 2011, nós, na Assembleia, fizemos e vários de vocês não só  
3699 participaram, mas ajudaram muito nessa construção, o Seminário Legislativo Pobreza

3700 Desigualdade. Foi um seminário muito superimportante, discutido em 11 regiões do estado,  
3701 com uma participação enorme, demarcou uma serie de legislações que vieram depois,  
3702 várias iniciativas importantes, inclusive na assistência social, que agora não vem ao caso  
3703 mencionar, mas, enfim. Em dezembro, me parece, de 2011 também foi instituído o Fundo  
3704 de Erradicação da Miséria, que é o FEM, instituído pela Lei nº 19.990. A lei tramitou na  
3705 Assembleia e foi sancionada pelo governador da época em dezembro de 2011, obviamente  
3706 que o objetivo era erradicar a pobreza e a extrema pobreza. De lá para cá, eu acho que é  
3707 importante falar que algumas coisas aconteceram com o Fundo de Erradicação da Miséria.  
3708 O primeiro projeto de lei que foi enviado para Assembleia, esse lá em 2011, primeiro previa  
3709 a existência do fundo até 2015. No decorrer da tramitação a gente, lá na Assembleia, foi  
3710 colocada a previsão do FEM até 2030. Em 2019, tramitou um PL, que era um projeto de lei  
3711 de iniciativa do governo, que era um trajeto que alterava a legislação tributária de Minas  
3712 Gerais. Esse projeto de lei foi transformado nessa lei que está aí na tela, na Lei nº 23.521,  
3713 de 27 de dezembro de 2019. Nessa lei aqui – e isso é importante – nós conseguimos  
3714 inserir duas coisas que foram estratégicas. São muito importantes e, uma delas, é  
3715 estratégica para a Política de Assistência Social. Aqui nós fizemos uma emenda e  
3716 conseguimos aprovar em acordo com o governo, inserindo nessa lei o pagamento integral  
3717 do Piso Mineiro da Assistência Social. E é isso que está possibilitando a regularidade do  
3718 pagamento do piso a partir de 2020, ou seja, nós conseguimos colocar que o pagamento  
3719 do piso tem que ser pago integralmente com o recurso do FEM. Isso significa que a gente  
3720 assegurou a receita para o pagamento do Piso Mineiro, então isso está em lei. Lei nº  
3721 23.521. Foi uma emenda feita lá pelo acordo, feito pelo André junto com o governo e nós  
3722 conseguimos inserir isso. A outra questão que eu acho importante também, que foi inserida  
3723 nisso e que, inclusive modifica a lei do FEM. A lei do FEM é a nº 19.990. Eu estou falando  
3724 os números porque, às vezes, vocês querem consultar, se vai com o número no site da  
3725 Assembleia, localiza mais fácil e mais rápido. A outra coisa que foi instituída na Lei nº  
3726 23.521 é que o grupo que coordena o FEM, que ele tem que ser responsável pela  
3727 elaboração do Plano Mineiro de Combate à Miséria e tem que aprovar também um plano  
3728 de trabalho anual, que vai demonstrar a aplicação da receita. Isso tudo, na verdade, tem  
3729 uma determinação de uma lei complementar que existe em Minas, que é uma Lei  
3730 Complementar nº 91. Me parece que ela é de 2005 ou de 2006, que é a Lei Complementar  
3731 que determina a gestão, a extinção, criação de fundos públicos. Na verdade, foi inserido aí  
3732 essas duas questões que são fundamentais para questão do FEM. Então, primeiro, o  
3733 pagamento integral do Piso Mineiro de Assistência Social, e a outra questão é a elaboração  
3734 do Plano de Combate à Miséria e o Plano de Trabalho, que o grupo coordenador do FEM  
3735 tem que executar para que seja aplicada a receita. Agora, em 2020, nós entramos... E  
3736 quando eu estou falando “nós” é o André que entrou, com um PL nº 1737, que objetivava o

3737 quê? Incluir dentro das prioridades de aplicação dos recursos do FEM, as situações  
3738 decorrentes de calamidade pública, epidemia e pandemia. Por quê? Isso foi logo no início  
3739 que começou a pandemia e a gente sabia que ia ter dificuldades de receitas e etc., então  
3740 entramos com esse projeto de lei priorizando, colocando que os recursos do FEM poderiam  
3741 ser priorizados para aplicar em ações e em situações que seriam decorrentes do estado de  
3742 calamidade, epidemia e pandemia. Isso foi transformado da norma jurídica que é uma lei, a  
3743 Lei nº 26.631, de abril de 2020, que é uma lei de autoria da Assembleia Legislativa, que  
3744 determina uma série de questões na área social, na área da saúde, na área tributária e  
3745 etc., com relação à pandemia. O que desse PL nosso foi introduzido na lei 23.631? Ele  
3746 altera o artigo 4º, da lei do FEM. Ele determina que os recursos do FEM podem ser  
3747 utilizados prioritariamente para mitigar os efeitos dos danos socioeconômicos decorrentes  
3748 de estado de calamidade pública para as pessoas que se encontrem em situação de  
3749 pobreza ou extrema pobreza. O que eu estou querendo mostrar aqui é que a lei do FEM,  
3750 no decorrer desses anos todos, sofreu alterações, e dentre as alterações que foram  
3751 sofridas, são alterações que permitem que os recursos do FEM possam ser gastos, que  
3752 priorizam os recursos do FEM sendo gastos prioritariamente para lidar com essas  
3753 situações sociais públicas, de calamidade pública e de emergência social. Isso é só para  
3754 falar para vocês do ponto de vista da legislação. Era só para dar uma ideia para vocês de  
3755 onde veio o FEM; como foi essa história do FEM; quais são as legislações que asseguram  
3756 o fundo, era para dar uma geral na informação. Agora, eu vou falar um pouco da execução  
3757 orçamentária do FEM em 2020. Aqui estão colocados apenas os valores arredondados.  
3758 Primeiro é importante falar que esses dados são dados, a fonte deles é do Portal da  
3759 Transparência, da apuração do site da transparência. Os valores estão todos  
3760 arredondados. Todos os dados são referentes a execução de 2020. O FEM, o ano  
3761 passado, ele arrecadou R\$ 743 mi, como eu disse, a arrecadação dele vem de onde? É de  
3762 2% que tem acrescido ao ICMS, nos produtos supérfluos, bebidas, cigarros, perfumes, etc.  
3763 Esses produtos que a gente compra, todos eles têm um acréscimo de 2% para financiar o  
3764 Fundo de Erradicação da Miséria. Esses 2%, de tempos em tempos tem que ser votado  
3765 novamente na Assembleia. Ele não pode ser *ad aeternum*, não. Eu não sei se é de três em  
3766 três anos, me parece que é de quatro em quatro anos tem que ser votado e é essa votação  
3767 que teve em 2019, quando a gente inseriu o pagamento integral do Piso Mineiro, foi  
3768 exatamente quando estava tramitando a prorrogação desses 2% sobre o ICMS. Foi  
3769 arrecadado em 2020, R\$ 743 mi, desse valor cerca de 69% permaneceram no FEM, um  
3770 valor de cerca de R\$ 520 milhões porque existe uma lei federal, uma Emenda  
3771 Constitucional nº 93 que determina que esses recursos que são alocados em fundos, em  
3772 alguns fundos, que eles têm que ter uma desvinculação das receitas. Me parece que é 30%  
3773 da receita que é desvinculada. Quer dizer, o governo tem a obrigação de desvincular, mas

3774 ele pode, após desvincular por discricionariedade retornar esse recurso ao fundo. Os dados  
3775 aqui, a gente vai trabalhar eles todos com valor de R\$ 520 mi, que é o valor que ficou no  
3776 fundo em função desse decréscimo fruto da Emenda Constitucional nº 93. Do total dos R\$  
3777 520 mi, cerca de 24%, ou seja, R\$ 128 milhões foram os recursos liquidados e 75%, cerca  
3778 de R\$ 391 mi, não foram executados. Dos R\$ 520 milhões o governo empenhou, liquidou e  
3779 pagou cerca de R\$ 128 mi. O restante não foi executado. Desses R\$ 128 mi, cerca de 34%  
3780 é destinado para pagamento de pessoal e encargos, que dá cerca de R\$ 44 milhões e 66%  
3781 é destinado para o custeio, ou seja, para as ações finalísticas. Lembrando, gente – isso é  
3782 uma coisa que é importante – que o fundo de erradicação financeira, tanto a questão de  
3783 pessoal quanto principalmente das ações de custeio, envolve várias ações que extrapolam  
3784 a Política de Assistência Social, ou seja, ele não é gasto só na Política de Assistência  
3785 Social, tem coisa que na área de agricultura. Depois, com mais tempo, podemos até trazer  
3786 quais são as ações do fundo. Quais são as ações que foram gastas em 2020, podemos  
3787 detalhar isso. Dos R\$ 128 milhões que foram executados, 42%, que é cerca de R\$ 54  
3788 milhões é o pagamento do Piso Mineiro, que é aquele que nós colocamos lá na lei tributária  
3789 que deveria pagar o Piso Mineiro integralmente. É isso que garante o pagamento integral  
3790 do Piso. O que temos estabelecido a partir de 2020, o pagamento regular do Piso Mineiro.  
3791 Esse valor do Piso também corresponde a 64% do total gasto com o custeio. Seriam esses  
3792 dados mais gerais que eu queria trazer. Em outra oportunidade podemos apresentar quais  
3793 são as ações que o fundo, em 2020, foi destinado para as quais as ações, porque tem esse  
3794 nível de detalhamento. Antes de eu concluir, eu queria fazer uma menção que acho  
3795 importante. Em geral, os governos – não estou falando só desse governo, mas os governos  
3796 em geral – destinaram o FEM para pagamento de pessoal em geral. Nós até  
3797 reconhecemos esse problema, a questão da crise fiscal do estado, que o estado de Minas  
3798 Gerais passou nos últimos anos. A gente entende e reconhece a questão da crise fiscal  
3799 que o estado passou nos últimos anos e por isso trazermos essa discussão ao conselho, o  
3800 que a gente entende é que hoje, onde há um aumento da arrecadação do estado, a gente  
3801 sabe que a arrecadação do estado ela vem subindo muito em decorrência da questão do  
3802 ICMS e pela questão que a gente sabe o tanto estamos pagando, principalmente de  
3803 energia e do combustível. Isso tudo vai aumentando a arrecadação do estado. Entendendo  
3804 isso, somando com esses recursos da Vale, do acordo da Vale que estão entrando para o  
3805 estado. Inclusive, esqueci de mencionar no acordo da Vale, além daquele valor que vai  
3806 para os municípios, tem muito recurso da Vale destinado para os hospitais regionais, para  
3807 as estradas, melhorias das estradas. Isso eu esqueci de mencionar quando eu falei do  
3808 acordo da Vale. Se a gente somar que o estado conseguiu equilibrar as contas, começou a  
3809 pagar o pagamento do pessoal em dia, tem aumento na arrecadação do estado, tem o  
3810 recurso da Vale que é um recurso grande do ponto de vista de investimento que também

3811 desafoga um pouco o estado. A gente acha que somado isso tudo, que eu estou falando da  
3812 situação fiscal e financeira do estado, somado a tudo isso com um momento de pandemia  
3813 e com um momento difícil, do ponto de vista social e das políticas sociais, a gente entende  
3814 que é um momento que precisamos destinar esses recursos do FEM para suas ações  
3815 finalísticas, ou seja, para de fato, erradicar a miséria e a pobreza no estado de Minas  
3816 Gerais. Era um pouquinho isso que eu queria falar. Depois, se vocês quiserem, a gente  
3817 manda a questão das ações do fundo. E estou à disposição para alguma dúvida. Mariana.  
3818 **PRESIDENTE:** Obrigada, Aninha. Esse assunto é sempre importante. Várias plenárias e  
3819 reuniões de comissões aqui do CEAS, a gente já discutiu o FEM. Hoje mesmo, de manhã.  
3820 Ontem, na reunião da comissão de orçamento e hoje, agora, não foi de manhã, foi no início  
3821 da tarde, teve o encaminhamento da comissão de orçamento sobre oficialiar a Seplag para  
3822 ver, conversar, conseguir agenda, participar do grupo coordenador do FEM. Obrigada por  
3823 você trazer esse assunto. São informações importantes aqui e de lutas, de pleitos para  
3824 área da assistência social. Eu pergunto se temos inscritos? **SÁVIO, CMAS BH:** Gostaria de  
3825 falar só uma coisa. **PRESIDENTE:** Sim. **SÁVIO, CMAS BH:** (Trecho incompreensível)  
3826 [04:40:55] perceber através da fala da Ana, as diferentes formas de obtenção de recursos,  
3827 de criação de fundos. Existe uma variedade impressionante. Olha só, 2% de acréscimo  
3828 para produtos que são supérfluos. Você vai ver arrecadação imensa. Eu estou lembrando  
3829 aqui do Bolsa Família. Não tinha recurso para o Bolsa Família também, não. Era R\$ 33 bi  
3830 que haveria de arrumar para os 14 milhões de famílias. Isso não vem do orçamento da  
3831 seguridade social, isso veio do orçamento fiscal, da fonte imposto de renda. Pegou lá do  
3832 que aumentava os recursos do imposto de renda de um ano para o outro. Você pegou  
3833 85%, tira, o que sobrou é R\$ 33 milhões por ano, que servia para pagar o Bolsa Família,  
3834 então, quer dizer, isso eu acho que é vontade política. É você ter essa abstração, essa  
3835 ideia de trabalhar uma fonte para um determinado objetivo. Agora, o ICMS, isso, na hora  
3836 que você fala é uma beleza, mas na hora que você vai ver, você fala assim, o fundo é  
3837 chamado Fundo de Erradicação da Miséria, é uma preocupação que vem lá de 2000, foi  
3838 criado lá. Todo mundo teve que criar justamente porque a pobreza, imaginava-se que ia  
3839 acelerar. E o recurso gasto com folha de pagamento. É uma coisa meio incoerente. Não  
3840 tem nada a ver. Agora eu descobri qual é a regularidade. A regularidade do pagamento do  
3841 Piso Mineiro, ela aconteceu, de uns tempos para cá, na verdade e o motivo, hoje fiquei  
3842 sabendo. Mas, é rediscutir isso aí. Eu acho que é todo aquele exemplo que você falou, R\$  
3843 1.8 bi para transferência de renda para essas famílias, um bilhão de famílias em situação  
3844 de pobreza, logicamente, 800 a gente já poderia tirar daqui total, porque erradicação da  
3845 miséria é recurso direto para família. Eu não vejo outra forma. Mas, muito bom, Ana. Vocês  
3846 estão de parabéns lá e que a gente possa, a partir de agora, intensificar mais essa relação  
3847 do conselho com esse órgão de controle externo, a Assembleia Legislativa porque lá temos

3848 percebido que tem gente que está trabalhando pela Política de Assistência Social, com  
3849 certeza. **PRESIDENTE:** Obrigada, Sávio. Eu vi aqui a inscrição do Márcio Caldeira? É isso  
3850 mesmo? **MÁRCIO, ASSPROM:** Sim, Presidente. Ana, parabéns pela apresentação. Eu  
3851 acho que Mariana já introduziu um pouco da minha fala, o quanto é importante qualificar  
3852 nossa discussão com essas informações referentes ao FEM, principalmente, e os outros  
3853 projetos que você apresentou aqui, transferência de renda, tanto que isso rebate na  
3854 assistência. Eu acho que é importante pensar o FEM, e eu não sei, junto com a própria  
3855 Assembleia, porquê das últimas leis que foram aprovadas, cuja origem de recurso, de  
3856 receita são provenientes do FEM, e que foram destinadas até para execução de ações  
3857 dentro da assistência, o conselho teve grandes discussões aqui do ponto de vista de que  
3858 algum recurso estava sendo destinado diretamente para Sedese, para desenvolver uma  
3859 ação. A gente aqui, enquanto conselho, colocava a Sedese em uma situação  
3860 extremamente que complexa do ponto de vista de questionamento, porque o recurso, às  
3861 vezes, era destinado para uma determinada ação, mas essa ação não alocada dentro do  
3862 FEAS. Então a gente ficava naquela discussão, questão da legislação e etc, eu acho que a  
3863 gente precisa, sim, avançar um pouco nessa questão, até do ponto de vista até do controle  
3864 social das ações do FEAS em cima desses recursos que são aportados diretamente do  
3865 FEM para dentro do FEAS. Para que o conselho realmente possa desencadear o seu  
3866 processo de controle social, mas de uma forma mais efetiva. Eu acho que temos uma  
3867 legislação muito robusta. É importante que a gente pense – como já foi discutido aqui no  
3868 conselho – ideias ou propostas de fazer uma vinculação de destinação de recurso do FEM  
3869 diretamente para o FEAS para que ele possa aportar em algumas ações. Eu acho que a  
3870 gente precisa dessa linha de continuidade para a gente ter fonte de receita para o FEAS de  
3871 uma forma mais efetiva. E o FEM tem a destinação dele de combate à miséria. E a Política  
3872 de Assistência Social, ela tem esse enfrentamento, só que ela não tem uma vinculação  
3873 direta de recurso do FEM para o FEAS. A gente teria que pensar em uma estratégia para  
3874 fortalecer nesse sentido, fortalecer o financiamento da política pública de assistência no  
3875 estado, por meio do próprio FEM, e colocar isso como uma legislação mais efetiva que  
3876 ultrapasse os limites dos governos que virão pela frente. E seja uma política pública,  
3877 robusta, concreta, que a gente tenha continuidade de financiamento para execução das  
3878 ações com recursos que vierem do FEM. Queria agradecer a sua participação, a sua  
3879 explanação. Muito obrigado. Obrigado, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, Márcio.  
3880 Aninha, pode ficar à vontade. **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO**  
3881 **ANDRÉ QUINTÃO:** Eu já finalizo, Mariana. Não tem mais ninguém inscrito? **PRESIDENTE:**  
3882 Não temos mais inscrição, não. **ANA, ASSESSORA DO GABINETE DO DEPUTADO**  
3883 **ANDRÉ QUINTÃO:** O Sávio falou uma questão importante, mas eu acho que é exatamente  
3884 o que ele mencionou. E eu vou reiterar o que eu tinha falado agora no final da minha fala.

3885 De fato, Sávio, é isso. O fundo existe faz 10 anos. Exatamente 10 anos. Vai fazer 10 anos  
3886 no final do ano. E, no decorrer desses anos, geralmente os governos utilizaram recurso  
3887 para o pagamento de pessoal. É exatamente isso, eu acho que está na hora, o momento  
3888 nos exige que, de fato, o fundo tenha a destinação para o objetivo que ele foi criado, que é  
3889 a erradicação da miséria e da fome. Eu acho que agora estamos em um momento, pelos  
3890 motivos que eu mencionei anteriormente, que o estado consegue ter um equilíbrio com  
3891 relação à questão da crise fiscal, e eu acho que está exatamente em um momento no qual  
3892 podemos avançar nessa questão e que o fundo possa ser, de fato, destinado para o  
3893 objetivo pelo qual ele foi criado. Essa é uma questão. A outra que o Márcio falou. Márcio é  
3894 um prazer. Há muito tempo que eu não o vejo, não o encontro, como vários de vocês aqui,  
3895 mas eu acho que você tem mais tempo. Você não é só do tempo da pandemia, não. Tem  
3896 algum tempo que eu não o vejo, se não estou te vendo, pelo menos ouvindo. Mas o Márcio  
3897 levantou uma questão que é superimportante, porque é uma questão que temos que estar  
3898 sempre atentos, é o seguinte, o Fundo de Erradicação da Miséria, ele tem data para ser  
3899 encerrado. Pela atual lei, a data para ser encerrado é 2030. A gente sabe que a miséria  
3900 não vai ser erradicada até 2030, provavelmente, no decorrer dos próximos anos terão  
3901 novas leis que vão estender o prazo de existência do fundo. Mas, o que eu estou querendo  
3902 falar, que é uma questão importante que você coloca, que o fundo, do ponto de vista do  
3903 que que nós desejamos, é que ele seja provisório. Agora, o Piso Mineiro não pode ter essa  
3904 provisoriade. O Piso Mineiro tem que ser uma coisa que se estenda para a Política de  
3905 Assistência Social. Eu acho fundamental isso que você está colocando e que nós temos  
3906 que ficar atentos. Hoje, o que está garantindo o Piso Mineiro são os recursos do FEM. A  
3907 gente tem que fazer um trabalho para no futuro, quando este fundo deixar de existir, que  
3908 isso não se traduza na inexistência do Piso Mineiro. Você está coberto de razão. Eu acho  
3909 que essa é uma luta que o CEAS, o Cogemas, o próprio governo do estado, nós na  
3910 Assembleia, a gente vai ter que fazer essa discussão. Quer dizer, o Piso Mineiro é um  
3911 serviço é continuado da Política de Assistência Social. No dia que o Fundo de Erradicação  
3912 da Miséria deixar de existir, o Piso Mineiro tem que ter o seu recurso garantido pelo  
3913 governo que estiver no momento. Mas eu acho que essa é uma discussão que eu acho  
3914 importante a gente começar a acumular agora, mas ela ainda vai estar aí para o futuro.  
3915 Não é uma coisa tão imediata, mas que eu acho importante que a gente tenha isso como  
3916 um horizonte para frente de uma discussão que vamos ter, do ponto de vista financeiro e  
3917 orçamentário. Era isso, Mariana. Eu já queria agradecer. Eu não sei se tem mais alguém  
3918 aqui para falar. Já agradecer muitíssimo, Mariana, essa oportunidade de poder estar aqui  
3919 nesta plenária junto com vocês hoje. Coloquei aí, não sei se está compartilhado, os  
3920 contatos. Me parece que não tem o meu *e-mail*, então eu vou falar aqui para vocês. O meu  
3921 é [ana.correa@almg.gov.br](mailto:ana.correa@almg.gov.br). Nós estamos absolutamente à disposição lá enquanto Frente

3922 Parlamentar de defesa do Suas e mesmo enquanto mandato do André Quintão. Queria já  
3923 deixar isso para vocês. Agradecer muito a Mariana, a presidência. Deixar o meu abraço  
3924 também à Patrícia, a toda Mesa Diretora, a todos os conselheiros e falar que estamos à  
3925 disposição para fazer e aprofundar essas discussões com o conselho no que vocês  
3926 demandarem, no que for necessário. Obrigada. **PRESIDENTE:** Nós que agradecemos,  
3927 Ana. Com certeza, para nós é uma grande oportunidade estar aqui conversando com você.  
3928 E saber que o André está sempre em defesa do Suas e sempre lutando e conseguindo  
3929 muitos avanços para a Política de Assistência Social. Antes de você sair, Ana. O Lucas,  
3930 parece que quer falar. Lucas. Não? Então, está. Podemos nos despedir da Ana? E,  
3931 reiterando os agradecimentos em nome de todos. Ok. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
3932 **CURVELO/SSV:** Mariana, não só ao Deputado André, mas também como todos os  
3933 deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, um sozinho não consegue fazer  
3934 tudo que a gente precisa. Precisa também da parceria dos demais. É importante deixar isso  
3935 claro também, da importância de todos os que estão lá representando o nosso povo  
3936 mineiro. **PRESIDENTE:** Com certeza, Lucas. Obrigada. **ANA, ASSESSORA DO**  
3937 **GABINETE DO DEPUTADO ANDRÉ QUINTÃO:** Lucas, principalmente, em um poder  
3938 onde as decisões são tomadas só de forma colegiada. Na Assembleia não existe decisão,  
3939 nem deliberação de um único parlamentar. Todas as decisões, todas as leis, tudo que se  
3940 aprova lá, é aprovado dentro de um colegiado de parlamentares. É isso mesmo. Mariana,  
3941 eu vou me retirando. Abraços para vocês. Estamos aí na luta. Nos encontramos em breve  
3942 nas conferências regionais, estadual, nas municipais, enfim, um ótimo trabalho para todos  
3943 vocês. Muito obrigada e eu vou sair. **PRESIDENTE:** Obrigada, Aninha. Tchau. Um abraço.  
3944 Daniel, podemos voltar com a nossa pauta? A gente ainda tem dois pontos de pauta para  
3945 tratar, mas eu acredito que serão rápidos. Acredito, espero porque já escureceu. Antes de  
3946 entrar nesses pontos de pauta, eu queria só registrar o encaminhamento dessa questão  
3947 que foi apresentada do Projeto de Lei de Transferência de Renda. Eu queria pontuar e  
3948 deixar isso como encaminhamento, se a plenária concordar, a discussão desse projeto de  
3949 lei, considerando que houve abertura para o CEAS apresentar propostas e eu acho que é  
3950 importante tomarmos um conhecimento mais aprofundado do projeto de lei, se entender  
3951 que cabe propostas, é uma oportunidade. Gostaria de ver se a plenária aprova esse  
3952 encaminhamento porque tem que entrar na pauta do mês que vem. **SILVESTRE, SEF/MG:**  
3953 Eu aprovo. Eu acho importantíssimo. **MARINETE, COGEMAS:** Ok, também. **MÁRCIO,**  
3954 **ASSPROM:** Também de acordo. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** De acordo. **PRESIDENTE:**  
3955 Lucas, quer falar? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não, só tentando  
3956 ler. **PRESIDENTE:** Ah, você está tentando ler o que está na tela. **LUCAS, CONSELHO**  
3957 **CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É, que eu estou no celular. **PRESIDENTE:** Eu não estava  
3958 vendo também, não. Ok. Está incluído para o próximo mês. Voltando para os pontos, temos

3959 três pontos importantes para deliberação que eu vou pedir à Secretaria Executiva para  
3960 apresentar e para detalhar um pouco para mim, sobre as conferências, sobre a conferência  
3961 estadual. Nós temos o Regimento Interno para as conferências regionais. Ele está em  
3962 consulta pública. Nós temos essa minuta de resolução que precisa ser aprovada na  
3963 plenária de hoje. E qual é o outro ponto? Rosa ou Daniel, vocês me ajudam? **DANIEL-**  
3964 **CEAS:** Mariana, o projeto de lei vai ser para comissão conjunta, que você tinha sugerido,  
3965 não é isso? **PRESIDENTE:** Sim. É porque eu acredito que é mais produtivo discutir em  
3966 uma reunião de comissão conjunta. Mês que vem já tem comissão conjunta para  
3967 apreciação de prestação de contas. **DANIEL- CEAS:** Isso. **PRESIDENTE:** Se colocar esse  
3968 projeto de lei para cada comissão e a gente não conseguir fazer a discussão, o projeto está  
3969 na Assembleia, então, a gente também não pode ir protelando isso para o outro mês.  
3970 **DANIEL- CEAS:** Sem problemas. **PRESIDENTE:** Eu acho que é a oportunidade. **SÁVIO,**  
3971 **CMAS BH:** Pessoal, eu vou fazer uma sugestão, de todo ponto relativo à conferência,  
3972 daqui para frente até a conferência, que seja colocado em primeiro lugar. Porque uma hora  
3973 dessa, já são 18h10, discutir uma proposta de resolução... **PRESIDENTE:** Sávio, eu  
3974 concordo. Ontem, na Mesa Diretora, ainda falei isso. “Vamos colocar os pontos de  
3975 deliberação para o início.” Porque a gente acaba chegando ao fim do dia muito cansado.  
3976 Mas o Daniel me falou que esse ponto é simples, não é, Daniel? **DANIEL- CEAS:** É bem  
3977 simples. Eu concordo com o Sávio inclusive. Eu acho que (trecho incompreensível)  
3978 [04:58:39] prioridade, mas é bem simples. O primeiro ponto é uma discussão  
3979 **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Queria fazer uma sugestão. **DANIEL- CEAS:** Ok.  
3980 **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Discutir a minuta de resolução do Regimento da  
3981 conferência e deixar a última pauta para próxima plenária porque está todo mundo cansado  
3982 (trecho incompreensível) [04:59:08] Regimento Interno não é urgente, não tem que ser  
3983 hoje. É urgente, mas não tem que ser hoje. **PRESIDENTE:** Francielly, esse ponto do  
3984 Regimento Interno é só recomposição da comissão porque temos conselheiros novatos,  
3985 então é simples. É só aprovar o nome das pessoas que estão entrando. E a outra questão  
3986 era exatamente sobre a agenda. Se a gente não conseguir, eu concordo também de gente  
3987 jogar para o mês que vem. Vamos resolver o da conferência. Daniel. **DANIEL- CEAS:** O  
3988 primeiro, é que esse Regimento Interno, na verdade, não está em consulta. O que tem que  
3989 ser aprovado é o tempo da consulta pública e a Secretaria Executiva liberaria esse  
3990 Regimento Interno do dia 23 ao dia 7, com um tempinho só para analisar, para ter essa  
3991 deliberação e juntar todas as propostas. A ideia seria fazer essa consulta pública do dia 23  
3992 ao dia 7, que passou no grupo de discussão, só que aqui teria que ser deliberado em  
3993 plenária. Só se os conselheiros e conselheiras concordarem ou não com esse prazo do dia  
3994 23, próxima segunda-feira, até o dia 7, para se ter uma consulta pública sobre o Regimento  
3995 Interno das conferências regionais, para depois finalizarmos o regimento. A discussão é o

3996 prazo da consulta pública. **PRESIDENTE:** Ok. Sim. Isso foi o encaminhamento da  
3997 Comissão da Organização de Conferências? Correto? **DANIEL- CEAS:** Isso.  
3998 **PRESIDENTE:** Ok. Por mim, se foi discutido em comissão e a comissão entendeu que é  
3999 necessário para plenária deliberar. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:**  
4000 Mariana, gostaria que me lembrasse qual é o período das conferências regionais?  
4001 **DANIEL- CEAS:** Final de setembro. **PRESIDENTE:** Eu acho que é dia 27 de setembro é a  
4002 primeira conferência regional. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não  
4003 seria mais fácil reduzir isso até o dia 5? Ficaria mais fácil para a Secretaria Executiva se  
4004 organizar melhor, até o domingo. **PRESIDENTE:** Dia 7 é feriado. Dia 6 é ponto facultativo,  
4005 então eu não vejo diferença, não. Entre dia 5 e dia 7 dá no mesmo. Ok. Lucas. **LUCAS,**  
4006 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Por mim, tudo bem, Mariana. **PRESIDENTE:**  
4007 Ok. Podemos considerar esse prazo? Alguém tem alguma manifestação contrária? Se não,  
4008 a gente considera que o prazo da consulta pública do Regimento das Conferências  
4009 Regionais fica do dia 23 de agosto ao dia 7 de setembro. Ok. Considero esse prazo  
4010 aprovado. Daniel, pode avançar. **DANIEL- CEAS:** O segundo ponto é a resolução, que é  
4011 bem simples, quando a gente estava terminando o sistema que, inclusive, já quero falar  
4012 para vocês que o sistema já está pronto. Eu só vou fazer a liberação final dele na segunda-  
4013 feira. O sistema para os municípios colocarem seus pontos trazidos das conferências  
4014 municipais já está pronto. Eles estão pedindo muito, inclusive. A gente vai finalizar isso na  
4015 segunda-feira, mas achamos um erro formal em uma das resoluções que falava que os  
4016 municípios podiam dar 10 propostas para União, na verdade são 5 com as orientações do  
4017 CNAS. E a gente fez essa resolução só para alterar formalmente. A resolução estava certa  
4018 e o anexo estava errado. Essa resolução é só para alterar esse anexo. É um errinho, mas a  
4019 gente achou melhor corrigir. Eu vou mostrar para vocês que é bem simples. **PRESIDENTE:**  
4020 Daniel, precisa de outra resolução? Isso não pode ser uma errata, não? Por que é correção  
4021 só de um número de um lugar? Não sei se tem necessidade de outra resolução para isso.  
4022 **DANIEL- CEAS:** A gente pode publicar isso ou aprovar aqui agora, considerarem a  
4023 aprovação aqui, já publica e resolver também. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
4024 **CURVELO/SSV:** Eu não entendi direito, Daniel. O áudio picou. **DANIEL- CEAS:** A gente  
4025 estava fazendo um sistema para os municípios colocarem as suas propostas e a gente  
4026 percebeu que tinha uma resolução que o anexo estava com um número errado, entendeu?  
4027 Essa resolução é só para corrigir essa resolução errada. É isso basicamente.  
4028 **PRESIDENTE:** Eu entendi. É um número que saiu digitado errado e publicado errado, por  
4029 isso que eu perguntei se não é o caso de publicar uma errata ao invés de uma nova  
4030 resolução. **DANIEL- CEAS:** Essa resolução só corrige o erro. A gente não muda mais  
4031 nada. **PRESIDENTE:** Eu entendi. Eu entendi, por isso mesmo que eu não sei se isso é  
4032 objeto de resolução. A resolução é um ato administrativo e isso, na verdade, a gente está

4033 resolvendo nada. Só está corrigindo erro de digitação. Não é isso? **DANIEL- CEAS:** Sim.  
4034 Se a plenária decidir, a gente faz. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:**  
4035 Nem vou pedir para plenária, não. Eu vou chamar a razoabilidade que o Nilson trouxe aqui,  
4036 o princípio da economicidade da eficiência do Poder Público, gente. **PRESIDENTE:**  
4037 Exatamente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não tem o menor  
4038 sentido de fazer uma resolução para poder fazer... É uma palavra? **PRESIDENTE:**  
4039 Obrigada, Lucas. **DANIEL- CEAS:** É um número. **PRESIDENTE:** É um número. É um  
4040 algarismo. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não faz sentido.  
4041 **DANIEL- CEAS:** Podemos passar para frente? **MARINETE, COGEMAS:** Podemos passar  
4042 para frente. É uma errata e pronto, realmente. **PRESIDENTE:** Exatamente. E tem custo.  
4043 Publicação na imprensa oficial custa dinheiro também. **MARINETE, COGEMAS:** Pois é.  
4044 Vamos garantir pelo menos... **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Posso falar? Eu não consegui  
4045 entender por que fazer isso se ontem foi a final da nossa conferência aqui em Juiz de Fora,  
4046 e nós fizemos tudo certinho. Na hora de colocar também, a Márcia vai fazer perfeito. Eu  
4047 acho também que não é preciso, não. Faz só uma errata nisso aí. **PRESIDENTE:**  
4048 Obrigada. Isso. **DANIEL- CEAS:** Ok. O ponto final, que eu estou grifando de azul, seria um  
4049 relatório da Comissão de Monitoramento, que a comissão teria que apresentar esse  
4050 relatório. **SÁVIO, CMAS BH:** Mudando de assunto. Outro ponto... **PRESIDENTE:** É porque  
4051 isso... Muito bem lembrado. Eu, Sávio e Luanda, somos dessa comissão. Apenas nós três  
4052 com a Adelmira, que nos assessorou muito bem. Eu lembro que encaminhei uma  
4053 manifestação da Sedese e o Sávio e a Luanda pediram um prazo para fazer isso e, você  
4054 pode me corrigir, eu acho que tem bem uns três meses, não é Sávio? **SÁVIO, CMAS BH:**  
4055 Fora os três meses que você demorou para fazer e para mandar para gente. Isso é  
4056 importante porque... Não me esqueço disso, não. Pode ter certeza. Tenho o hábito de  
4057 conferir que tem muito a ver com isso aqui, porque até agora a gente estava discutindo  
4058 monitoramento das deliberações da conferência para fazer o PPAG, para fazer as  
4059 previsões orçamentárias e tentar incluir. Agora já é diferente. Agora a gente vai ter que ver  
4060 o que o estado conseguiu fazer, qual que é a consideração que ele teve com relação às  
4061 conferências, com a última conferência e depois comparar isso com o plano estadual de  
4062 assistência social, o quanto o plano foi viabilizado considerando as deliberações da  
4063 conferência. Quer dizer, essa é a lógica. E depois apresentar isso tudo. Mariana, vamos ver  
4064 se a gente dá uma pensada nisso para ver qual que vai ser o nosso planejamento para  
4065 fazer isso. Porque isso é uma pauta da conferência estadual que é o ato de conferir, não é  
4066 isso? Eu vou dar uma pensada aqui, se você quiser, a gente já pode marcar uma reunião  
4067 nós três para... Tem que forçar mesmo. Não tem jeito de fugir disso, não. Vamos ter que  
4068 sentar e fazer. E na hora que o trabalho ficar pronto, vai ser muito bacana, muito ilustrativo.  
4069 A partir de agora, a consideração com relação a deliberação de conferência está posta

4070 porque elas vão ter que ser consideradas nas previsões orçamentárias, no ato de conferir  
4071 da conferência posterior e é um aprimoramento da política. A consideração com a  
4072 deliberação de conferência ela é muito grande. As conferências municipais, a gente  
4073 costumava olhar na véspera da conferência posterior para ver se tinha feito ou não. Não é  
4074 isso. Você tem que monitorar os dois anos que duram de vigência de uma deliberação de  
4075 conferência e fazer com que aconteça. **PRESIDENTE:** Ok. Nós vamos ter que resolver isso  
4076 em setembro. A gente precisa disso para conferência estadual, não é, Secretaria  
4077 Executiva? **SÁVIO, CMAS BH:** É para conferência. **PRESIDENTE:** Estadual, que é em  
4078 outubro. **SÁVIO, CMAS BH:** A de conferir é a estadual. **PRESIDENTE:** Ok, vamos fazer  
4079 agenda e vamos resolver isso agora em setembro. É o nosso prazo máximo. **SÁVIO,**  
4080 **CMAS BH:** Está bom. Com certeza. **PRESIDENTE:** Ok. Estamos acordados? Passamos  
4081 esse ponto de pauta? E já passamos para o próximo que é essa recomposição do grupo de  
4082 trabalho do Regimento Interno. **DANIEL- CEAS:** Isso. É o último ponto de hoje. É uma  
4083 resolução rápida. Eu posso ler rapidinho e vocês aprovam ou não? **PRESIDENTE:** Deixa  
4084 só eu esclarecer. O grupo do Regimento Interno tentou se reunir em julho. Não houve essa  
4085 reunião. A gente já discutiu na plenária passada que os conselheiros não estavam  
4086 conseguindo conciliar as agendas para participar desse grupo, por isso e assim como  
4087 outras comissões não estavam tendo *quórum*, esse grupo também teve dificuldade de ter  
4088 *quórum*. No entanto, a gente tentou, nos pactuamos, aprovamos que a gente ia tentar mais  
4089 duas reuniões que seriam julho, setembro e novembro. A de julho não foi possível  
4090 acontecer e um dos motivos é porque houve troca de conselheiros. Então, qual que é o  
4091 objetivo? Reconstituir esse grupo, porque temos conselheiros novos. Isso a gente já teria  
4092 que fazer de toda forma e, a segunda proposta, se nós tentamos mais uma agenda para  
4093 setembro para esse grupo. Feita a recomposição do grupo, se esses membros teriam  
4094 disponibilidade para uma agenda em setembro. São duas questões para deliberarmos.  
4095 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana, eu sou favorável a fazer a  
4096 nomeação e a gente decidir isso pelo grupo. Acho que fica mais fácil. **PRESIDENTE:**  
4097 Perfeito, Lucas. É válida a sua sugestão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
4098 **CURVELO/SSV:** E já vou pedir ao Daniel para que passe com a parte normativa, no art. 1º,  
4099 para podermos ganhar tempo. **PRESIDENTE:** Está ótimo. **DANIEL- CEAS:** Seu desejo é  
4100 uma ordem, como diriam. **SÁVIO, CMAS BH:** Mariana, não sei se a Ana deixou o material  
4101 dela aí. É importantíssimo a gente ter aqueles números, aqueles motivos. **DANIEL- CEAS:**  
4102 Sávio, eu já pedi por *WhatsApp* e vou pedir as demais informações que ela passou  
4103 também, mas eu já pedi para ela. **SÁVIO, CMAS BH:** Se passar para a gente por  
4104 *WhatsApp*, seria ótimo. **DANIEL- CEAS:** Claro, assim que ela me disponibilizar eu já passo  
4105 para vocês pelo grupo como eu sempre faço. **SÁVIO, CMAS BH:** Obrigado. **DANIEL-**  
4106 **CEAS:** Eu quem agradeço. “Resolve: Art. 1º. Nomear para o Grupo de Trabalho

4107 responsável pela revisão do Regimento Interno do Conselho Estadual de Assistência Social  
4108 de Minas Gerais – CEAS/MG: I – representante governamental da comissão de orçamento  
4109 e Financiamento, em substituição à Gabriele Sabrina da Silva Azevedo, o conselheiro Élder  
4110 Carlos Gabrich Júnior; II – representante governamental da comissão de normas, em  
4111 substituição a Joana Moraes Rebelo Horta Lopes, a conselheira Suzanne Cristina Horta  
4112 Silva. Art. 2º. A Resolução 719, de 19 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com as  
4113 seguintes alterações: O art. 4º passa a ter a seguinte redação. “Art. 4º. O Grupo de  
4114 Trabalho terá a duração necessário para que cumpra os seus objetivos, principalmente  
4115 aqueles estabelecidos no art. 5º, observado o princípio da eficiência e o interesse  
4116 institucional e público. §1º O Grupo de Trabalho reunir-se-á nos meses de agosto e  
4117 setembro, e quinzenalmente a partir do mês de novembro, por convocação do coordenador  
4118 ou por um terço de seus membros. §2º Para instalação da reunião do Grupo de Trabalho,  
4119 deverá se observar o *quórum* da maioria simples de seus membros. §3º Para cumprimento  
4120 do *quórum* estabelecido no §2º será desconsiderada a ausência justificada de seus  
4121 membros, formando-se a maioria simples a partir dos demais membros. **LUCAS,**  
4122 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu acho que só tem que fazer uma correção  
4123 nos meses de agosto e setembro porque a gente vai se reunir só em setembro, depois  
4124 quinzenalmente. **DANIEL- CEAS:** Sim. Mas vai ser quinzenalmente mesmo?  
4125 **PRESIDENTE:** Novembro e dezembro, a proposta é essa, mas eu acho que podemos  
4126 permanecer com a redação e nós vamos passar pela mesma situação. **LUCAS,**  
4127 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso. **PRESIDENTE:** Se houver a condição  
4128 da gente se reunir, a gente vai reunir. O objetivo é tentar reunir. **DANIEL- CEAS:** Como  
4129 que a gente coloca a redação aqui no parágrafo 1º? **PRESIDENTE:** É isso: “A partir de  
4130 setembro e quinzenalmente a partir de novembro.” É isso mesmo. **DANIEL- CEAS:** A partir  
4131 de setembro, setembro e outubro seria uma vez só? Por exemplo. **PRESIDENTE:** Outubro,  
4132 não. O acordado foi setembro e depois novembro por causa da conferência. “No mês de  
4133 setembro e quinzenalmente a partir do mês de novembro.” É isso. **DANIEL- CEAS:** Ok.  
4134 Está bom. Beleza. Pronto. **PRESIDENTE:** Pergunto à plenária. **FRANCIELLY,**  
4135 **FETSUAS/MG:** Eu tenho uma dúvida. **PRESIDENTE:** Sim. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:**  
4136 No parágrafo 3º está falando do *quórum* estabelecido “será desconsiderado a ausência  
4137 justificada de seus membros.” Como assim? **DANIEL- CEAS:** Aqui, a ideia, Francielly,  
4138 quando o conselheiro ou conselheira justifica a ausência, não conta ele no cálculo de  
4139 *quórum*. Entendeu? **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Se o GT tem 5 pessoas, duas  
4140 justificam, o *quórum* é contado em cima de 3 pessoas? **DANIEL- CEAS:** Pelo que eu  
4141 entendi da redação, sim. **PRESIDENTE:** Essa redação estava na outra? Eu não entendi  
4142 também, não. Essa redação saiu de onde? **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Não foi isso que  
4143 a gente aprovou em plenária, não. **SÁVIO, CMAS BH:** Francielly tem razão. Isso não

4144 existe, não. Você vai fazer reunião com uma pessoa? Se forem 5, 4 justificam, você vai  
4145 fazer com 1? Não pode. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Nós  
4146 discutimos isso com Patrícia na última reunião que a gente teve e foi o acordo que a gente  
4147 fez no grupo. Não sei se Suzanne ainda está com a gente? Patrícia participou junto  
4148 conosco. **SUZANNE, SEDESE:** Não foi isso que a gente discutiu em plenária, não.  
4149 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não. Se entende que não é dessa  
4150 forma é só tirar, gente. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu acho que não. **FRANCIELLY,**  
4151 **FETSUAS/MG:** Como assim? A gente não discutiu isso em plenária e vocês discutiram  
4152 isso em paralelo e enfia isso na resolução? Está certo, não. **PRESIDENTE:** Eu não lembro  
4153 dessa discussão em plenária. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Nós  
4154 somos o grupo de trabalho, Francielly. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Mas vocês tinham  
4155 que falar aqui na plenária que tinha essa diferença. Se eu não vejo, o negócio ia ser  
4156 aprovado. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mas não está em  
4157 discussão? É justamente para isso, Francielly. A gente não está querendo empurrar nada  
4158 para ninguém, não. Não está sendo público? **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Não. As  
4159 coisas não assim, não. Se eu não visse, se eu não comento esse parágrafo, a resolução ia  
4160 ser aprovada sem (trecho incompreensível) [05:18:20] para isso porque vocês (áudio ruim)  
4161 [05:18:24]. **PRESIDENTE:** Deixa eu só entender, porque eu também não lembro dessa  
4162 discussão. E, nessa reunião de Grupo de Trabalho, provavelmente eu não devia estar  
4163 presente. Quem da Secretaria Executiva estava? Isso foi um encaminhamento do grupo e  
4164 de qual reunião? Se vocês puderem esclarecer para gente. **DANIEL- CEAS:** Isso, Mariana,  
4165 não estava na antiga resolução. Isso seria uma proposta do Grupo de Trabalho que fez  
4166 nessa proposta de resolução como o Lucas falou, foi uma discussão do grupo para ser  
4167 aprovada ou não em plenária, então o grupo fez essa minuta e, a partir daqui, está em  
4168 plenária. Mas, se vocês quiserem retirar, a gente retira também. **PRESIDENTE:** Era só  
4169 para esclarecer para quem não estava presente também entender por que eu também...  
4170 **DANIEL- CEAS:** Eu não lembro se foi a última discussão do último grupo. **PRESIDENTE:**  
4171 Entendi. **FRANCIELLY, FETSUAS/MG:** Nós discutimos em plenária a questão do *quórum*,  
4172 Daniel. Tem que retirar esse parágrafo daí porque está ferindo a discussão. **DANIEL-**  
4173 **CEAS:** Claro, podemos discutir se for a decisão da plenária. A plenária é soberana. Posso  
4174 retirar, então? **PRESIDENTE:** É esse o entendimento, gente. Está claro para todo mundo?  
4175 A primeira questão é **SÁVIO, CMAS BH:** Com certeza. **PRESIDENTE:** Ok. Está claro,  
4176 então estou perguntando para saber se está esclarecido. **SÁVIO, CMAS BH:** Com certeza.  
4177 Aí que está ficar discutindo essas coisas depois de 18h30. **PRESIDENTE:** A deliberação é  
4178 para esse grupo se reunir precisa da maioria simples. Precisamos de *quórum* para ter a  
4179 reunião do grupo. É isso que está acordado aqui. Ok. **SÁVIO, CMAS BH:** Se for 5 pessoas,  
4180 é 3. Se for 6 pessoas, é 4. Se for 7, é 4, é por aí. **DANIEL- CEAS:** Isso. **PRESIDENTE:** Ok.

4181 Bom, conseguimos fechar. Tem um ponto – só para lembrar aqui. Os conselheiros que  
4182 tomaram posse hoje, no caso, Ana Maria. Eu já pediria que você entrasse para uma das  
4183 comissões, Ana Maria, para no próximo mês você já participar das reuniões de comissão.  
4184 Acho que você pode escolher, pelo que a Secretaria Executiva me falou, o conselheiro  
4185 quando toma posse, ele já escolhe a comissão que ele vai participar. Correto? **ANA, CMAS**  
4186 **JUIZ DE FORA:** Eu gostaria de estar na comissão de orçamento, pode? **PRESIDENTE:**  
4187 Executivos, vocês orientam a Ana Maria? Você pode resolver, eles te orientam. Te colocam  
4188 no grupo e, a partir do próximo mês, você já participa. **MARINETE, COGEMAS:** Mariana,  
4189 eu também posse na reunião extraordinária, eu também fiz opção para contribuir na  
4190 comissão de apoio aos conselhos municipais. **PRESIDENTE:** Ótimo. **MARINETE,**  
4191 **COGEMAS:** Eu não sei, eu acho, depois tem que ver quem coordena. **SÁVIO, CMAS BH:**  
4192 Muito bem. Parabéns. Você fez uma boa escolha. **MARINETE, COGEMAS:** Eu já escolhi.  
4193 Está bom. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Presidente, eu gostaria de ficar na de orçamento  
4194 porque aqui no Cmas eu sou de orçamento, então eu gostaria de ligar uma coisa com a  
4195 outra porque é meio complicado. Preciso ficar muito atenta a tudo, porque de repente não  
4196 me cobram as coisas enquanto conselheira de comissão. Vice-Presidente, por favor, a  
4197 senhora pode falar isso? Aí a vice-presidente tem que ser igual a você, porque a hora que  
4198 toma posicionamento do lugar da presidente, a gente fica perdidinha, Presidente.  
4199 **PRESIDENTE:** Está certo. Acho que encerramos todos os assuntos. Agradeço a  
4200 participação, paciência de estarmos todos aqui até essa hora, conseguindo concluir tudo  
4201 que estava na pauta. Muito obrigada mais uma vez por ter realizado essa reunião e eu  
4202 estava aqui conduzindo junto com a Secretaria Executiva, ajuda de todo mundo, do Lucas  
4203 corrigindo a hora que a gente esquece o que ficou para trás. Muito obrigada. Boa noite.  
4204 **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Lucas e Daniel, Presidente, já me identifiquei e são duas  
4205 pessoas que sei que vou explorar e muito. Lucas, você faz parte do Orçamento, não é? De  
4206 normas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** De Normas. Isso, de  
4207 Normas. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Isso. O Daniel, já cato ele porque ele é da  
4208 Secretaria Executiva. **DANIEL- CEAS:** Pode chamar, Ana. **PRESIDENTE:** Outra coisa, nós  
4209 temos reunião de Comissão de Conferência na próxima semana, não temos? **SÁVIO,**  
4210 **CMAS BH:** Temos, sim, dia 24. **DANIEL- CEAS:** Terça-feira. **PRESIDENTE:** Semana que  
4211 vem, lembrando então temos duas reuniões do CEAS. Uma da Comissão de Conferência,  
4212 na terça-feira e a plenária extraordinária com o Cedca na quinta-feira. **DANIEL- CEAS:** Dia  
4213 26 às 14 horas. **PRESIDENTE:** Muito bem. Muito obrigada a todos. Bom fim de semana.

Nome	Representatividade	Assinatura
Alison Pereira Ramos	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira	

Ana Maria Mezonato	Cmas Juiz de Fora	
Carla Valéria Soares Vita	Fasemig	
Domingos Sávio de Araújo	CMAS/BH	
Elder Gabrich Júnior	Sedese	
Francielly Ferreira Caetano	Fórum Municipal dos Trabalhadores do Suas	
Gabriela de Almeida Loyola	Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas de Salinas	
Isaura dos Santos Lopes	Associação Quilombola do Suassuí e Pitangueiras - ASQUIS	
Jéssica Teixeira Silva	Movimento Nacional de População de Rua	
Lígia Camargos da Silva	Secretaria de Estado de Saúde	
Lucas Estevão Ribeiro	Conselho Central de Curvelo	
Márcio Caldeira	Assprom	
Marinete da Silva Morais	Cogemas	
Poliana de Souza Vieira Leal	SEE	
Silvestre Dias	SEF	
Stella Samara de Paula Faria	Seapa	
Suzanne Horta	Sedese	
Vinícius de Queiroz Castanheira	SEF	

4214

4215